



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE

EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas.

Morrinhos
2019

RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE

EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – nível Mestrado Profissional do Instituto Federal Goiano para obtenção do Título de Mestre.

Linha de pesquisa: Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT

Orientador: Dr^a. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

Morrinhos
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

P228e Parente, Rayce Cristina Monteiro.

Evasão escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO-Campus Palmas. / Rayce Cristina Monteiro Parente – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019. 148 f. : il. color.

Orientadora: Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2019.

1. PROEJA. 2. Ensino profissional. 3. Evasão escolar. I. Oliveira, Jussara de Fátima Alves Campos. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 371.212.8

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional – Tipo: Projeto – Observatório de Vida dos Estudantes em Vias de Evasão do IFTO | |

Nome Completo do Autor: Rayce Cristina Monteiro Parente

Matrícula: 20172043310225

Título do Trabalho: **EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas.**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 31/01/2020

- | | | |
|--|---|---|
| O documento está sujeito a registro de patente? | <input type="checkbox"/> Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| O documento pode vir a ser publicado como livro? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morinhos, 16/01/2020.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica (ProfEPT)

BANCA EXAMINADORA

Estudante: Rayce Cristina Monteiro Parente

Orientador(a): Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

Membros:

1. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

2. Dr. José Carlos Moreira de Souza

3. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Suplentes:

1. Dra. Juliana Cristina da Costa Fernandes

2. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro

Data: 20/11/2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de
Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO –
Campus Palmas

Autora: Rayce Cristina Monteiro Parente
Orientadora: Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO em 20 de novembro de 2019.


Prof.^a Dr.^a Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof.^a Dr.^a Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Avaliadora Externa
Pontifícia Universidade Católica – PUC Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

PROJETO OBSERVATÓRIO DE VIDA DO ESTUDANTE EM
VIAS DE EVASÃO DO IFTO

Autora: Rayce Cristina Monteiro Parente
Orientadora: Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO em 20 de novembro de 2019.



Prof.ª Dr.ª Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos



Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos



Prof.ª Dr.ª Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Avaliadora Externa
Pontifícia Universidade Católica - PUC Goiás

*Dedico este trabalho à minha família,
por ter me apoiado durante toda esta
jornada.*

*Ao meu esposo, pela compreensão,
carinho e por ter sempre confiado em
mim.*

*Dedico também a todos que, direta ou
indiretamente, contribuíram com esta
pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro momento agradeço a Deus, pelo dom da vida! Pelas bênçãos diárias e por ter me dado forças e sabedoria para continuar em minha caminhada, apesar das dificuldades.

Em segundo, agradeço à minha família que é o meu ponto de equilíbrio, meu alicerce e refúgio. Agradeço a todos pela dedicação, compreensão, amor e incentivos. Em especial, à minha mãe, mulher guerreira e grande exemplo, que apesar das dificuldades, está sempre com um sorriso no rosto.

Ao meu esposo, pela compreensão e apoio. Obrigada por ser tão paciente e incentivador!

Aos professores que ensinaram e orientaram ao longo do curso. E à minha orientadora, agradeço pelos ensinamentos.

A todos os meus amigos, que conheci durante o curso e que levarei para sempre no coração.

A toda a equipe do IFGoiano e do IFTO, que sem eles não seria possível esta realização.

E novamente a Deus, por ter me permitido a viver esse sonho e por ter colocado todas essas pessoas em meu caminho.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se propôs a caminhar.

Paulo Freire (1997, p. 155)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - O ENSINO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	23
1.1. O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	32
1.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA CONQUISTA DA CLASSE TRABALHADORA	36
1.3. A EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM RETRATO DO IFTO.....	45
1.3.1. O Curso de Atendimento	47
CAPÍTULO 2 - RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS	49
2.1. O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NA EJA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	55
2.2. ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO NO BRASIL: ALGUMAS AÇÕES.....	56
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
3.1. INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	63
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	64
3.2.1. Perfil dos docentes e membros da comissão	65
3.2.2. Perfil dos estudantes	68
3.3. PRODUTO EDUCACIONAL	71
3.3.1. O Observatório da Vida dos Estudantes em Vias de Evasão do IFTO	72
3.3.2. Síntese das atividades desenvolvidas	77
3.4. CONTRIBUIÇÕES	81
CAPÍTULO 4 - EVASÃO ESCOLAR E A EJA/EPT: ACHADOS DA PESQUISA	90

4.1.	FATORES QUE DESPERTAM O INTERESSE E A PERMANÊNCIA NO CURSO: O OLHAR DOS ESTUDANTES.....	90
4.2.	FATORES CONDICIONANTES A EVASÃO	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	110
	ANEXOS.....	119
	Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética – IFGOIANO	119
	Anexo 2 - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética do IFTO	124
	Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	128
	APÊNDICES	131
	Apendice 1 – Questionário Alunos em Curso	131
	Apendice 2 – Questionário Estudantes Evadidos	135
	Apendice 3 – Questionário Docentes.....	139
	Apendice 4 – Questionário Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do <i>Campus Palmas</i>	143
	Apendice 5 – Autorização para Pesquisa.....	147
	Apendice 6 – Termo de Autorização de Uso de Imagem	148

TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de cursos, por tipo, ofertados pelo IFTO em 2019.....	33
Tabela 2 - Atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892/2008 e Decreto 5.840/2006 do IFTO	34
Tabela 3 - Taxa de Evasão do IFTO	35
Tabela 4 - Índice de Eficiência Acadêmica do IFTO	35
Tabela 5 - Dados de matrícula do IFTO - 2017	45
Tabela 6 - Taxas de rendimento escolar por região geográfica – Brasil – 2018.....	51
Tabela 7 - Taxas de rendimento escolar por região geográfica e dependência administrativa – Brasil - 2018.....	52
Tabela 8 - Comparativo de estudantes evadidos por tipo de curso do IFTO (2012 e 2017)	54

FIGURAS

Figura 1 - Formas de oferta do Proeja	42
Figura 2 - Nota oficial no Instagram do IFTO	77
Figura 3 - Membros da Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito, durante a reunião do dia 06/05/2019.	78
Figura 4 - Reunião com os presidentes e membros das comissões locais das unidades do IFTO.....	79
Figura 5 - Situação de matrícula dos estudantes do IFTO, com base no Sistema Acadêmico.	80

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação de matrícula no curso de Atendimento na modalidade EJA/EPT do <i>Campus</i> Palmas do IFTO	47
Gráfico 2 - Atendimento direto aos estudantes, em relação ao cargo ou função.....	66
Gráfico 3 - Participação em programa de capacitação PROEJA.....	67

Gráfico 4 - Sexo dos estudantes.....	68
Gráfico 5 - Caracterização de cor/raça/etnia dos estudantes	68
Gráfico 6 - Faixa etária dos estudantes	69
Gráfico 7 - Estado civil.....	70
Gráfico 8 - Número de filhos.....	70
Gráfico 9 - Situação financeira e trabalhista.....	70
Gráfico 10 - Renda familiar	71
Gráfico 11 - Tipo de ensino fundamental	71
Gráfico 12 - Motivações para se matricular no PROEJA do <i>Campus</i> Palmas - IFTO	91
Gráfico 13 - Fatores determinantes para o abandono do curso - docentes	94
Gráfico 14 - Outros fatores determinantes para o abandono do curso - estudantes... 95	
Gráfico 15 - Dificuldades identificadas pelos professores, no processo de ensino-aprendizagem para os estudantes de cursos EJA/EPT	97
Gráfico 16 - Benefícios concedidos pela instituição que influenciam na tomada de decisão quanto a permanência ou abandono do curso	98
Gráfico 17 - Itens de suma importância para a permanência dos estudantes de cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.....	98
Gráfico 18 - Relação entre as disciplinas cursadas e o seu cotidiano.....	100
Gráfico 19 - Fatores que podem influenciar o estudante a evadir do curso.....	102
Gráfico 20 - Procura da instituição de ensino pelos estudantes evadidos para que retornassem ao curso.....	103

QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos professores.....	65
Quadro 2 - Caracterização dos membros da Comissão Local de Permanência e Êxito	66
Quadro 3 - Responsáveis e ações do Observatório de Vida dos Estudantes em Vias de Evasão	76

SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CEB – Câmara de Educação Básica
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- GT – Grupo de Trabalho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- IF – Instituto Federal
- IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
- MEC – Ministério da Educação
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- OVEP - Observatório da Vida do Estudante Profissional
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNP – Plataforma Nilo Peçanha
- PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
- TCU – Tribunal de Contas da União
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar a percepção dos diferentes sujeitos históricos sobre a evasão escolar no Curso de Atendimento, ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do *Campus* Palmas do IFTO. Ademais, estabeleceram-se, outros objetivos de caráter específico. O primeiro deles foi a identificação dos índices de evasão dos cursos de EJA/EPT do *Campus* Palmas do IFTO, no período de 2017 a 2018. O segundo esteve relacionado a identificar os fatores que levam à evasão escolar. Em terceiro, está a análise das estratégias que a instituição tem utilizado para favorecer a permanência escolar. A questão que colocamos neste trabalho é: qual a percepção dos diferentes sujeitos em relação à evasão no curso Atendimento, ofertado na modalidade de EJA/EPT? A opção pelo tema se deu em razão do alto número de estudantes que abandonaram o curso nos últimos anos. O percurso metodológico adotado nesta pesquisa está centrado numa perspectiva dialética, visto que busca revelar elementos contraditórios, relacionando-os à lógica social, devendo analisá-los com base no contexto sociopolítico, sociocultural, econômico. Os procedimentos investigativos pautaram-se na pesquisa quali-quantitativa e estudo de caso. Quanto aos recursos metodológicos para a coleta de dados foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados, e, por fim, a elaboração de um produto educacional. Para a construção da base empírica, foram selecionados os discentes (matriculados e evadidos) e docentes do Curso de Atendimento, além dos membros da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Palmas. Como aporte teórico para as reflexões desta pesquisa foram estudados pesquisadores como Cruz; Gonçalves (2015); Dal-Farra; Lopes (2013); Dore; Lüscher (2011); De Oliveira; Machado (2012); Mayo (2004); Moura (2007; 2012), Paulo Freire (2011); Gadotti (2006), dentre outros. Como produto educacional da pesquisa, foi elaborado um projeto denominado “Observatório da Vida do Estudante em vias de evasão do IFTO”, a ser desenvolvido por todas as unidades da instituição, como uma das ações do Plano Estratégico Institucional de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO. Os resultados da pesquisa mostraram que as causas da evasão estão relacionadas a diversos fatores. Os docentes apontaram como fatores da evasão no curso: dificuldades financeiras; dificuldades nos estudos; frequência insuficiente e a dificuldade de conciliar escola e trabalho. Por outro lado, os estudantes apontaram: dificuldade de conciliar estudo e trabalho; problemas pessoais e dificuldade de acompanhamento do curso devido ao tempo fora da escola. Os estudantes apontaram, também, que os programas de assistência influenciam na tomada de decisão de permanecer ou abandonar o curso, como: auxílio permanência, auxílio alimentação e auxílio transporte. Os resultados da pesquisa revelam a necessidade de esforços por parte das diferentes esferas de atuação na instituição (gestores, docentes, técnicos administrativos), a fim de estabelecer ações que favoreçam a permanência dos estudantes nos cursos, a partir do acompanhamento de cada estudante, como proposto pelo Observatório da Vida dos Estudantes em Vias de Evasão do IFTO. Com base nos dados levantados pelo Observatório, será possível avaliar as medidas necessárias para cada caso, a fim de realizar um trabalho preventivo e de resgate desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Profissional; Proeja; Evasão.

ABSTRACT

This research aimed to identify the perception of different historical subjects about dropping out from the Customer Service course, offered by the Youth and Adult Education Integrated with Vocational Education, a specific course modality on IFTO – Campus Palmas. Besides, other objectives of specific characters were established. The first was the identification of dropout rates of EJA/EPT courses on IFTO – Campus Palmas, from 2017 to 2018. The second was related to identifying the factors that lead to school dropout. The third was the analysis of the strategies that the institution has used to improve school permanence. The main question we ask in this paper is: what is the perception of the different subjects concerning dropout in the Customer Service course, offered in the EJA/EFA modality? The theme chosen was due to the high number of students who dropped out in recent years. The methodological approach adopted in this research is centered on a dialectical perspective since it seeks to reveal contradictory elements, relating them to social logic, demanding an analysis based on the socio-political, socio-cultural and economic context. The investigative procedures were based on qualitative and quantitative research and case study. The methodological resources for data collection were: bibliographic research, documentary research, field research with applications of questionnaires and finally, the elaboration of an educational product. To construct an empirical basis, Customer Service students (enrolled and evaded) and teachers were selected, as well as the Permanence and Success Committee members of Palmas Campus. As theoretical contribution to the reflections of this research were studied researchers such as Cruz; Gonçalves (2015); Dal-Farra; Lopes (2013); Dore; Lüscher (2011); De Oliveira; Machado (2012); Mayo (2004); Moura (2007; 2012), Paulo Freire (2011); Gadotti (2006), among others. As an educational product, a project named “The IFTO Student Evasion Life Observatory” was created to be developed by all units of the institution, as an act of the Institutional Strategic Plan for Access, Permanence and Success of IFTO Students. The survey results demonstrated that dropout cases are related to several factors. The teachers pointed out as dropout factors: financial and study difficulties; insufficient attendance and difficulty to conciliate school and work. On the other hand, students pointed out: the difficulty in reconciling study and work; personal problems and difficulty in keeping up the course due to time out of school. The students also highlighted that assistance programs do influence the decision to stay or leave the course, such as stay, food and transport allowance. The research results reveal the need for efforts by different institutions spheres of activity (managers, teachers, administrative technicians), to establish actions that support students' permanence on the Customer Service course through monitoring each student as proposed by The IFTO Student Evasion Life Observatory. Based on the data collected by the Observatory, it will be possible to evaluate the necessary measures for each case to perform a preventive work and rescue these students from evasion.

Keywords: Professional Education. Proeja. School dropout.

INTRODUÇÃO

Desde 2013, a Rede Federal vem implementando alternativas para a redução de seus índices de evasão. O Programa de Permanência e Êxito (PPE), criado pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo promover ações para a permanência e êxito dos estudantes em suas instituições de ensino. Em 2017, mais de 23% dos estudantes matriculados nas instituições que compõem a rede evadiram. Em 2018, houve um decréscimo de quase 5% desse percentual, regredindo para 18%. com base nos dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha. Isso mostra uma grande evolução no combate à evasão. No entanto, quando se trata da EJA/EPT, observamos que a busca pela redução da evasão dos estudantes matriculados nessa modalidade de ensino não acompanhou a mesma evolução, apesar de ter registrado um decréscimo de mais de 2%, passando de 23,5% em 2017, para em torno de 21% em 2018 (PNP, 2019).

Em levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2013, identificou-se que os cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertados pelas instituições da Rede Federal, através do Programa Nacional de Educação Profissional Articulada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foram os cursos com maiores índices de evasão (24,0%). Vemos que, em 2018, a redução foi de apenas 1% em relação ao levantamento realizado pelo TCU em 2013, muito abaixo do que esperava para esses 5 (cinco) anos.

Nesse contexto, pesquisar os motivos dos altos índices de evasão em cursos de educação de jovens e adultos é fundamental, para que se possa viabilizar o prosseguimento dos estudos desse público. E mais, considerando que ainda existem poucos estudos sobre a retenção e a evasão em cursos Proeja, esperamos identificar ações que possam modificar esta realidade.

Em síntese, este estudo buscou entender e, também, identificar os fatores que levam à evasão escolar. Além disso, a opção pelo tema sobre a evasão se deu em razão do alto número de estudantes que abandonaram o curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA ofertado pelo *Campus Palmas*, do Instituto Federal do Tocantins.

Diante do exposto, a questão que colocamos neste trabalho é: A questão que colocamos neste trabalho é: qual a percepção dos diferentes sujeitos em relação à evasão no curso Atendimento, ofertado na modalidade de EJA/EPT? Esse problema de pesquisa está subdividido nas seguintes questões: qual o índice de evasão do IFTO nos cursos Proeja? quais têm sido as dificuldades encontradas pelos estudantes da EJA/EPT, que têm impedido sua permanência nos cursos? E se a instituição vem desenvolvendo alguma ação para diminuir os casos de evasão.

Nesse sentido, os fatores que levam à evasão escolar podem ser muitos. Dentre esses, os fatores que contribuem para que o estudante não consiga cumprir o percurso formativo no tempo adequado. Contudo, a falta de estratégias direcionadas ao público de educação de jovens e adultos, pela instituição de ensino, leva ao alto número de retenção e evasão, pois há estudantes que vêm, em alguns casos, de longos períodos sem estudar e, ao retornarem, a falta de subsídio, seja esse, financeiro, psicológico e/ou pedagógico, leva ao abandono dos estudos mais uma vez.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi identificar a percepção dos diferentes atores sobre a evasão escolar no Curso de Atendimento, ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do *Campus* Palmas do IFTO.

Para a consecução deste objetivo geral, consideramos importante o estabelecimento de outros de caráter específico. O primeiro desses foi identificar os índices de evasão dos cursos de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do *Campus* Palmas do Instituto Federal do Tocantins, no período de 2017 a 2018.

O segundo está relacionado a identificar os fatores que levam à evasão escolar. Em terceiro plano, está a análise das estratégias que a Instituição tem utilizado para favorecer a permanência escolar e, como resultado da pesquisa, a proposição de um produto educacional.

O conceito de evasão utilizado está em conformidade com o descrito na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC, a qual entende que a evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa. A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, e por fatores sociais e familiares; e pelo grau de

atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (FINI; DORE; LUSCHER, 2013).

Os altos números da evasão são preocupantes, ainda mais, quando essa está relacionada à educação de jovens e adultos. Assim sendo, esta pesquisa buscou fomentar uma discussão sobre os fatores que motivam a evasão do estudante nos cursos que fazem parte do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos do IFTO - *Campus* Palmas. Bem como, pretendeu-se fazer uma proposição de um Plano de Intervenção, no qual foram traçadas ações e estratégias que favoreçam a permanência escolar nos cursos do IFTO.

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa está centrado numa perspectiva dialética, visto que busca revelar elementos contraditórios, relacionando-os à lógica social, devendo analisá-los com base no contexto sociopolítico, sociocultural, econômico. O método dialético leva o pesquisador a trabalhar com a contradição e o conflito; o devir; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolve seu objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

A metodologia utilizada foi a da pesquisa quanti-qualitativa e estudo de caso. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Por esta razão, o passo inicial para esta pesquisa foi a definição dos sujeitos sociais pesquisados, bem como a amostra necessária. São estes sujeitos: os discentes (matriculados e evadidos) e docentes do Curso de Atendimento, além dos membros da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Palmas, que respondem à problematização no que diz respeito às categorias analisadas.

Por outro lado, foram necessários levantamentos quantitativos a respeito das características dos sujeitos pesquisados como: gênero, faixa etária, formação acadêmica, tempo de atuação na educação profissional, dentre outras.

Os recursos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o questionário semiestruturado. Na revisão bibliográfica, buscamos autores que discutem o contexto histórico da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos, além da temática da evasão escolar.

A pesquisa documental baseou-se na análise de documentos oficiais como: leis, decretos, portarias e resoluções, além de referências bibliográficas.

Para estabelecer o diálogo com o corpo empírico da pesquisa, foram aplicados questionários semiestruturados aos discentes (evadidos e em curso) e docentes do Curso de Atendimento, além dos membros da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Palmas (Apêndices 1 a 4).

Em um primeiro momento, para a identificação dos índices de evasão no curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA, do IFTO – *Campus* Palmas, entre os anos de 2017 e 2018, recorreu-se às informações repassadas pela Coordenação de Registros Escolares do *campus* e dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha. Em seguida, foram aplicados questionários semiestruturados, operacionalizados pela ferramenta do Google *Forms*, encaminhados e aplicados, individualmente, aos sujeitos participantes, com o objetivo de compreender as percepções da população pesquisada a respeito do objeto de estudo desta pesquisa.

Como Produto Educacional, foi elaborado um projeto de intervenção, a ser adotado por todas as unidades do IFTO, na busca da redução dos índices de evasão que atinge toda a instituição, como parte do Plano Estratégico Institucional de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta o contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica e da educação de jovens e adultos no Brasil, dessa forma, fazemos uma discussão sobre a legislação pertinente tanto a EJA quanto a Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, observamos os aspectos dualistas que envolvem essas modalidades de ensino. Fazemos uma análise sobre a realidade do IFTO quanto à oferta de cursos EJA/EPT. Por fim, apresentamos um breve resgate do Curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA ofertado pelo *campus* Palmas.

No segundo capítulo, analisamos os desafios da evasão escolar, fundamentando-se em diversos autores, quanto ao sentido desse termo e os impactos dela para as instituições de ensino. Ademais, consideramos algumas ações que foram adotadas com vistas à redução dessa evasão ao longo dos anos em diferentes realidades brasileiras.

O terceiro capítulo é responsável por descrever os procedimentos metodológicos que possibilitaram o estudo sobre a evasão escolar, assim como a

elaboração, o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional. Além disso, apresentamos a contribuição da pesquisa, por meio do artigo que foi produzido ao longo dos estudos. O artigo, intitulado “A evasão escolar no IFTO: um olhar sobre o PROEJA”, foi apresentado no V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e IV Workshop Nacional de Educação Profissional e Evasão Escolar, realizado no Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Para finalizar, no quarto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, evidenciando os fatores que despertam o interesse no curso e aqueles que condicionam a evasão escolar, evidenciando as contradições inerentes ao assunto, pelos diferentes sujeitos.

CAPÍTULO 1 - O ENSINO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Neste capítulo, propomos apresentar o contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica e da educação de jovens e adultos. Além disso, analisamos os aspectos dualistas que envolvem essas modalidades de ensino. Com isso, pretende-se identificar e analisar quais os princípios que norteiam a educação profissional e tecnológica no país, bem como a EJA. Fazemos uma análise sobre a realidade do IFTO quanto à oferta de cursos EJA/EPT. Por fim, apresentamos um breve resgate do Curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA ofertado pelo *campus* Palmas.

A educação profissional no Brasil apresenta uma diversidade de experiências ao longo da história. A partir de 1800, observa-se a adoção de um modelo de aprendizagem de ofícios manufatureiros, com a finalidade de amparar a camada menos privilegiada da sociedade (BRASIL, 2009). Nesse sentido, a proposta inicial de educação profissional tinha finalidade estritamente utilitária e mantenedora da servidão, fazendo com que as crianças e os jovens pobres recebessem instrução primária e aprendessem ofícios como carpintaria, tipografia, alfaiataria, encadernação, tornearia, sapataria, entre outros.

Percebe-se desde a colonização a existência do dualismo no ensino. Por um lado, a educação para os serviços manuais, destinada aos pobres, aos negros, aos índios e, por outro lado, a educação intelectual, oferecida aos filhos dos colonos brancos e da burguesia, afastando-os de esforços físicos e preparando-os para assumir cargos políticos e para ingressar na administração pública (ROMANELLI, 2005). Essa dualidade, também apontada por Saviani (2006), tem início desde a época dos escravos, em que havia uma educação específica para os homens livres, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar; e outra para escravos e serviçais, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Os estudos de Lima Araújo e Socorro Rodrigues (2010) indicam que ajustar a formação apenas à realidade imediata legitimou a divisão técnica do trabalho e cristalizou a dualidade da educação brasileira e da educação profissional:

Compreendemos aqui que a origem da dualidade educacional indicada anteriormente, que se manifesta na constituição de dois “sistemas” de formação de subjetividades e de duas redes diferentes de escola, não está na instituição escolar ou nas práticas dos professores, mas na divisão social do trabalho que separa o trabalho intelectual do trabalho corporal, impondo limites ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas. (Lima Araújo; Socorro Rodrigues, 2010, p. 51-52)

Assim, essa realidade é conformadora da acomodação social e não se trata de uma questão de opção pedagógica, mas de um antagonismo entre a educação do capital, que forma para o mercado de trabalho, e outra que prioriza os processos de valorização humana, processo discutido ainda hoje, como apontam Moura, Lima Filho e Silva (2015) ao destacarem a existência de dois projetos em disputa que ora sinalizam na direção da formação humana integral e ora a negam em favor dos interesses hegemônicos.

Esse modelo de educação permaneceu durante a fundação do Império, em 1822, e da Constituição Imperial de 1824. Ambos não trouxeram mudanças com relação ao ensino profissional, continuando a ser tratado como destinado aos "pobres, humildes e desvalidos" (BRASIL, 1824). No entanto, a partir de meados do século XIX, com o aumento da produção manufatureira no Brasil, as sociedades civis começaram a ser organizadas com o objetivo de amparar crianças órfãs e abandonadas e de ministrar o ensino de artes e ofícios.

Em uma breve análise do discurso de posse do Presidente da República Afonso Pena, em 15 de novembro de 1906, percebe-se a preocupação em criar e em multiplicar institutos de ensino técnico e profissional, visando o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. Entretanto, Afonso Pena faleceu sem concretizar tais planos e Nilo Procópio Peçanha assumiu a Presidência para completar o mandato.

O novo presidente editou o Decreto nº. 7.566/1909, criando as escolas de aprendizes artífices em todas as capitais do Brasil, mantendo-se com a mesma concepção assistencialista. Para ele, tal concepção justificava-se, pois precisava considerar o aumento constante da população das cidades e a necessidade de se facilitar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades. Além disso, o decreto justificava também que era preciso não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastasse da ociosidade

ignorante, escola do vício e do crime e, dessa forma, o governo formaria cidadãos úteis à Nação.

Essas escolas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito e tinham o objetivo de “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício [...]” (BRASIL, 1909). Eram oferecidos dois tipos de cursos: um primário, destinado aos analfabetos e outro de desenho para “o exercício satisfatório do ofício que aprenderem” (BRASIL, 1909). Com isso, pretendia-se a formação e a qualificação de mão de obra, com base nas demandas industriais locais. Havia, claramente, uma distribuição dos educandos segundo as funções sociais e características “de sua origem social” (SAVIANI, 2007, p. 159).

Em 1927, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Fidélis Reis que tornava o ensino profissional obrigatório, com objetivo de preparar as futuras gerações para a sociedade industrial e tecnológica, cujo avanço começava a chegar ao país. Para o autor do projeto, a reforma radical do sistema de ensino era a resposta aos desafios que os “novos tempos” colocavam para a sociedade brasileira. Contudo, a Lei nunca chegou a ser executada (SOARES, 1995, p. 99): Fidelis Reis sofreu forte oposição, pois seu projeto tornava aquele ramo de ensino extensivo a todos, pobres ou ricos, desfavorecidos da fortuna ou representantes das classes abastadas (FONSECA, 1961, p. 195). Para Fidelis Reis, profissionalização da escola e conversão dela em “escola-oficina” era a formação do homem de que precisava o país. Uma escola, antes de tudo, moralizadora, que promovesse nas novas gerações a formação do caráter.

A partir de 1937, o ensino profissional adquire maior impulso e isso se reflete na Constituição outorgada pelo Estado Novo, na qual se encontram as diretrizes nesse campo (PICANÇO, 1995). O texto constitucional de 1937 estabeleceu, em seu artigo 129, o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, como dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Ainda segundo o texto constitucional, era dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinada aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulava o cumprimento do dever sobre as escolas ao Estado, bem como os auxílios, facilidades

e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937). Nota-se, assim, que a Constituição de 1937 destinava às indústrias e sindicatos a oferta de ensino aos filhos dos operários, reforçando a dualidade educacional entre as classes sociais. Fonseca (1993, p. 19) assim afirma:

[...] uma das principais características da proposta é a desobrigação do Estado com o financiamento do ensino, especialmente dos níveis médio e superior. [...] A partir daí, o Estado passa a diminuir sucessivamente os investimentos no setor educacional.

Assim, o pensamento de preconceito e divisão de classes está presente na forma de governo do Estado Novo. Nas palavras de Romanelli (2005, p. 153):

[...] oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola. E fazendo isso, estava orientando a escolha da camada social de educação. Com efeito, assim orientada para um tipo de educação capaz de assegurar acréscimo de prestígio social, a demanda voltaria naturalmente as costas às escolas que o Estado mesmo proclamava como sendo as escolas dos pobres. Aí está, para a nossa tese, a prova de que, do lado da oferta, ou seja, do lado do Estado, existiu uma grande responsabilidade na orientação da escolha do tipo de educação feita pela demanda (p. 153).

Ainda durante o governo estado-novista, em 1942 entraram em vigor as reformas propostas pelo ministro Gustavo Capanema. As Leis Orgânicas do Ensino, como ficaram conhecidas, responsáveis por instituir o Ensino Secundário. Neste período, aos estudantes eram possíveis dois segmentos: o ensino secundário regular obrigatório, com duração de quatro anos, destinado às “elites condutoras” e o ensino profissionalizante - para as classes populares. O primeiro permitia acesso ao ensino superior, enquanto, os concluintes do ensino profissionalizante industrial, poderiam seguir estudos em nível de terceiro grau, somente dentro das áreas técnicas específicas (PARDAL; VENTURA; DIAS, 2005).

As Leis Orgânicas do Ensino foram responsáveis por reformulações do ensino em todo o país, inclusive pela estruturação do ensino industrial. No mesmo ano foi editado o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro, que transformava os Liceus em Escolas Técnicas e Industriais Federais. Ao todo, foram criadas 21

Escolas Técnicas e 13 Escolas Industriais Federais, equiparando o ensino profissional ao ensino médio (BRASIL, 2009).

Durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, o Ensino Industrial foi regulamentado, inclusive com destinação de recursos próprios para a educação. De acordo com o Plano de Metas do governo, “o objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país” (BRASIL, 2009). Houve ainda a influência da chegada da indústria automobilística como o grande ícone da consolidação da indústria nacional.

Ainda no governo de JK, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e ganharam autonomia administrativa, didática e de gestão, passando à denominação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

Em 1961, a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), equiparou o ensino técnico ao ensino acadêmico. As instituições poderiam ofertar os cursos: ensino técnico de grau médio e comercial; o primeiro abrangendo os cursos industrial e agrícola; e o segundo, ministrado em dois ciclos, sendo um ginásial (com a duração de quatro anos), e outro colegial (no mínimo de três anos). Neste período, a educação profissional tornou-se, compulsoriamente, parte do currículo de segundo grau.

Em 1971 a Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil e passou a considerar o ensino profissional como principal objetivo do 2º grau. De acordo com o parágrafo 3º do artigo 4º, o 2º grau seria fixado pelo Conselho Federal de Educação, com fixação das disciplinas do núcleo comum e o mínimo exigido em cada habilitação profissional. Ainda de acordo com essa lei, as empresas poderiam ter participação, em regime de colaboração, na formação do estudante, conforme a habilitação escolhida.

Com essa reforma, o regime militar pretendeu conferir um novo caráter ao segundo grau de ensino. Com o propósito de lhe conferir caráter terminal e de diminuir a demanda sobre o ensino superior, a reforma imprimiu-lhe o carimbo de ‘profissionalizante’, ou seja, acabava-se com o ensino médio de caráter formativo, com base humanística, para fornecer ‘uma profissão’ aos jovens que não pudessem ingressar na universidade. (BITTAR, BITTAR, 2012, p. 162-163)

Em 1996, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394, a educação passa a ser organizada em dois níveis básicos:

a Educação Básica e a Educação Superior. A educação profissional, segundo a LDB, “será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996). Neste sentido, Oliveira (2014, p. 40) ressalta que “a LDB 9.394/96 acena para essa separação quando enuncia que o educando poderá ser preparado para o exercício de profissões técnicas, desde que se atenda a formação geral”. Assim, de acordo com Moura (2007, p. 16)

Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto.

Nas palavras de Bittar e Bittar (2012), o governo sucessor ao período militar no Brasil manteve traços mais conservadores do que de mudança em relação ao período anterior. Prova disso foi a promulgação do Decreto nº. 2.208, que tinha o intuito de separar a educação profissional do ensino médio, em 1997. O Decreto n.º 2.208 determinava uma organização curricular própria para a educação profissional independente do ensino médio, criando assim “uma formação técnica aligeirada, sem vinculação com a formação geral do educando, mas com vinculação direta com as necessidades mercadológicas” (PAIVA, 2013, p. 45).

Os postulados trabalhados para intervir no sistema de ensino são: todo poder ao mercado e, em contrapartida, minimização do Estado; e qualificação da escola básica de modo a torná-la capaz de formar os recursos humanos necessários ao mercado, ao mesmo tempo que mais imune às diferenças sociais. (SUÁREZ, 1995, p. 267)

Cabe ressaltar que o Decreto n. 2.208/1997 visava a qualificação de mão de obra, sem levar em consideração a formação geral do cidadão. Conforme aponta o artigo 1º, a educação profissional pretendia “promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades

gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas” (BRASIL, 1997), reforçando assim, a dicotomia entre educação propedêutica e técnica.

O decreto reforçou o compromisso de uma “formação tecnicista voltada para o mercado de trabalho e flexível de acordo com os interesses econômicos, exterminando a possibilidade de uma formação mais humanística e unitária” (AFONSO, GONZALEZ, 2016, p. 722). Nessa perspectiva,

A educação profissional tem desafios históricos que giram sempre em torno da sua finalidade e, no contexto brasileiro, tem servido para preparar mão-de-obra (sic) para incrementar a produção capitalista. Desse modo, é caracterizada por servir de formas distintas, aos sujeitos das diferentes classes sociais: aos portadores de um maior capital cultural é destinado o ensino superior e ao grupo social menos favorecido são destinadas às atividades profissionalizantes no ensino médio. (LIMA, SILVA, CUNHA, 2014, p. 2)

Deve-se considerar que a educação profissional busca integrar a escola e trabalho, além do domínio operacional de um determinado fazer. Isso envolve a compreensão global do processo produtivo, tecnológico e da valorização da cultura e do trabalho como princípio educativo. Assim, busca-se formar integralmente o ser social, disso “decorrem as ilusões sobre a possibilidade de construir uma educação geral, omnilateral ou politécnica dentro do sistema capitalista” (FRIGOTTO, 2009, p. 171). Diante dessa realidade, Moura, Leite Lima Filho e Ribeiro Silva (2015, p. 1061) consideram que a formação politécnica visa a “formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politecnicidade pode abarcar a ideia de formação humana”.

Buscando romper essa dualidade historicamente estabelecida, foi publicado o Decreto n. 5.154/2004, responsável por rearticular a educação profissional ao ensino médio e promover a expansão dessa modalidade de ensino, revogando o Decreto n.º 2.208/1997. No campo das políticas para a educação profissional, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, evidenciou tentativas de acomodação entre a educação para a empregabilidade e a educação para o desenvolvimento, com tendência ao desenvolvimento econômico-social (OLIVEIRA, 2014). Assim, “retoma-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e

cultura técnica” (MOURA, 2007, p. 19). O Decreto n. 5.154/2004 passou a ser o principal instrumento legal da educação profissional.

Nas palavras de Pacheco (2009, p. 8),

A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Em 2008, foi publicada a Lei nº 11.892 responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa institucionalização da Educação Profissional como é um reforço do momento histórico vivenciado no país, em que se busca a equidade entre a sociedade, ou seja, a diminuição das desigualdades sociais e principalmente educacionais. Dessa forma, o objetivo do governo era elaborar uma proposta que visasse:

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil, MEC, 2004, p. 2)

Com isso, os Institutos Federais surgiram com o compromisso de ofertar 50% de suas vagas aos cursos técnicos (inciso I do artigo 7º), inclusive para educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para atender aos cursos de formação de professores (alínea b do inciso VI do artigo 7º). Os 30% restantes de suas vagas foram destinados aos cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharias e, ainda, aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, buscando garantir a verticalização da educação.

A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários

de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. (PACHECO, 2011, p. 24-25)

Os avanços em torno da educação profissional são contraditórios e marcados por proposições políticas públicas governamentais. Contudo, não se pode esquecer que essa modalidade de educação tem por objetivo:

[...] redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. (VIEIRA, SOUZA JUNIOR, 2016, p. 159)

Nessa linha de raciocínio,

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (PACHECO, 2011, p. 12)

Salienta-se que a “expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, [...] tem contribuído para a democratização do ensino e do desenvolvimento local”, oportunizando as populações, “acesso ao ensino público de qualidade e o contato com outra realidade educacional” (Oliveira, 2014, p. 66). Nesse entendimento, os Institutos Federais, segundo Pacheco (2011, p. 22) “devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *locus*; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada”. Essas novas possibilidades de acesso à educação modificaram muitas realidades sociais nas cidades do interior do país, nas populações ribeirinhas e distantes dos grandes centros urbanos, favorecendo o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei.

Apesar de a Rede Federal ainda deter menos de 1% das matrículas no Brasil, segundo o relatório Notas Estatísticas Censo Escolar 2017, divulgado pelo Inep, ao longo dos anos as matrículas em cursos técnicos de nível médio aumentaram. De acordo com o relatório, as matrículas em cursos de nível médio integrado à educação

profissional cresceram 1,05%, saltando de 554.319 em 2017 para mais de 584 mil matrículas em 2018. Em se tratando da matrícula total, houve um aumento de 3,9% em relação ao ano de 2017. Esses dados indicam que há perspectivas positivas de valorização da educação profissional no Brasil e que, apesar dos desafios esse modelo de ensino apresenta ganhos para todos os envolvidos: os estudantes, o poder público e os setores da economia como comércio, indústria, agronegócio e, certamente, para a educação.

1.1. O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

O Instituto Federal do Tocantins - IFTO foi criado pela Lei n.º 11.892/2008, com a fusão da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, dando origem à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O *Campus* Araguatins, procedente da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, foi criado pelo Decreto n.º. 91.673 em 20 de setembro de 1985, com objetivo de ofertar cursos de 1º e 2º graus profissionalizantes. A unidade foi convertida em autarquia Federal, em 16 de novembro de 1993, pela Lei n.º 8.731. Com o advento da lei que criou a Rede Federal, a instituição foi incluída entre as unidades que fazem parte do IFTO. Já o *Campus* Palmas iniciou suas atividades em 1993, ainda como Escola Técnica Federal de Palmas, no entanto, passou a funcionar efetivamente apenas dez anos depois, em 2003. Com a publicação da Lei n.º 11.892/2008, a Escola Técnica Federal de Palmas passou a ser incorporada à estrutura do IFTO.

Atualmente, o IFTO é formado por 12 (doze) unidades, sendo uma reitoria situada na capital Palmas, 8 (oito) *campi* e 3 (três) *campi* avançados, distribuídos nas microrregiões do Estado do Tocantins. O instituto oferta cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com os ensinos médio, subsequentes, concomitantes e cursos de EJA/EPT, além de licenciaturas e outros cursos de graduação (IFTO, 2014). Além disso, disponibiliza cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, voltados principalmente para a pesquisa aplicada e inovação tecnológica.

Tabela 1 - Quantidade de cursos, por tipo, ofertados pelo IFTO em 2019.

Tipo de curso	Quantidade
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	25
Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio	15
Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio	4
EJA/EPT (Proeja)	5
Curso Superior de Tecnologia	10
Licenciatura	12
Bacharelado	11
Pós-graduação (<i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>)	6
Total	88

Fonte: elaborado a partir de www.ifto.edu.br

O IFTO caracteriza-se como uma instituição de educação básica, profissional e superior, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de educação, que integra conhecimentos técnicos e tecnológicos, além da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, o IFTO busca desenvolvimento na área e nos programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica, estimulando a pesquisa vinculada à responsabilidade social e a melhoria do ensino. Segundo Pacheco (2011, p. 29) cabe aos Institutos Federais, “a formação de cidadãos como agentes políticos, capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais [...]”. Esse tipo de formação possibilita aos estudantes uma prática de cidadania para além da capacidade técnica. Desse modo:

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. (PACHECO, 2011, p. 29)

Essa visão, já bastante diferenciada da educação profissional proposta em seus primórdios no Brasil, considera o desenvolvimento integral dos sujeitos, não apenas focado na manutenção da mão de obra, mas no projeto de desenvolvimento social, intelectual, político, dentre outros.

Anualmente, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige que as instituições pertencentes à Rede Federal elaborem seus Relatórios de Gestão, de forma

sistematizada, com alguns indicadores que permitam avaliar se os objetivos e finalidades previstos para essa rede estão sendo cumpridos e, de certa maneira, averiguar a qualidade da oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sendo assim, serão apresentados os indicadores referentes ao IFTO relativos ao atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006; o Índice de Eficiência Acadêmica e a Taxa de Evasão.

Uma das finalidades dos Institutos Federais é a oferta de pelo menos 50% de suas vagas para cursos técnicos, 20% para cursos de formação de professores e 10% para Proeja. A tabela abaixo demonstra a realidade referente a esse indicador:

Tabela 2 - Atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892/2008 e Decreto 5.840/2006 do IFTO

Nível/Tipo de curso	2017	2018
Técnicos	58,8%	53,6%
Proeja	3,5%	2,7%
Formação de Professores	13,6%	15%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018/2019 (adaptado).

Percebe-se que o IFTO atende apenas os percentuais de cursos técnicos, com mais de 53%, podendo-se identificar uma queda no número de matrículas em 2018, com relação ao ano anterior. Verifica-se, também, o aumento no número de vagas ofertadas para cursos de Formação de Professores no período analisado. Contudo, o IFTO ainda não alcançou os percentuais previstos na legislação para atendimento aos cursos de formação de professores e Proeja.

No que se refere à Taxa de Evasão, indicador que permite avaliar o percentual de estudantes que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, têm-se os seguintes dados:

Tabela 3 - Taxa de Evasão do IFTO

Tipo de curso	2017	2018
Qualificação Profissional (FIC)	36,1%	49%
Técnico	27,2%	24,3%
Bacharelado	18,7%	10,9%
Licenciatura	29,7%	24,2%
Tecnologia	29%	23,7%
Especialização (<i>Lato Sensu</i>)	13,8%	13%
Mestrado Profissional	-	4,8%
Proeja	60,2%	66,9%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018/2019 (adaptado).

Os dados demonstram que os maiores percentuais de evasão, em 2017 e 2018, são nos cursos (Proeja), respectivamente, 60,2% e 66,9%. Considerando ainda o aumento de mais de 6% de um ano para o outro, essa modalidade de ensino é um grande desafio para o IFTO. Todos os outros tipos apresentam percentuais abaixo de 40%.

Quanto ao Índice de Eficiência Acadêmica, indicador responsável por medir o percentual de estudantes concluintes, levando em consideração o percentual de retidos no ano de referência, com previsão de conclusão do curso, o IFTO apresenta a seguinte realidade:

Tabela 4 - Índice de Eficiência Acadêmica do IFTO

Índice	2017	2018
Conclusão Ciclo	41,45%	39,31%
Evasão Ciclo	54,15%	49,99%
Retenção Ciclo	4,4%	10,7%
Eficiência Acadêmica	43,4%	44%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018/2019 (adaptado).

O índice referente à Eficiência Acadêmica subiu em relação ao ano de 2017. Considerando o mesmo período, houve diminuição do número de evasão, resultando uma melhora desses indicadores. Apesar de ter um decréscimo nos casos e evasão, a

quantidade de estudantes que ficaram retidos no ciclo, isto é, a quantidade de alunos que não concluíram o curso no tempo adequado, aumentou drasticamente, mais que duplicando em relação ao ano anterior.

Segundo o Relatório de Gestão do IFTO (2018), esses dados são reflexos das diversas greves que ocorreram até 2015, fazendo com que as unidades tivessem atrasos, no ano da análise, dos calendários escolares e acadêmicos. Mesmo considerando que houve melhoras em relação a alguns índices, o IFTO precisa avançar em busca de uma qualidade educacional, no que concerne a EPT.

1.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA CONQUISTA DA CLASSE TRABALHADORA

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito fundamental. Esse direito deve ser compartilhado entre Estado, família e sociedade, conforme determina o Artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Sabe-se que, apesar de estar previsto na legislação, sua aplicabilidade ainda é bastante negligenciada pelo poder público (DA ROCHA; JOBIM, 2016). Há uma lacuna muito grande entre o desejável para a educação e a realidade, inclusive quando se trata da educação de jovens e adultos. Mesmo percebendo os avanços de muitos anos no Brasil, ainda se mantém a perversa lógica da exclusão.

Como efeito, a não garantia de condições plenas para a realização do direito à educação das crianças e adolescentes oriundos das camadas populares e da classe trabalhadora brasileira, ao longo da história nacional, tem sido a causa geradora de um enorme contingente populacional de milhões de brasileiros jovens e adultos trabalhadores que, em não concluindo sua escolarização básica, são submetidos a um processo de exclusão social ainda mais severamente agravado pelo ingrediente do déficit educacional que carregam consigo em razão do modelo social excludente. (ZANARDINI; LIMA FILHO & SILVA, 2012, p.8).

Esses trabalhadores jovens e adultos pouco escolarizados praticamente não fazem escolhas profissionais ocupam postos de trabalhos que são disponibilizados

para eles como construção civil, empregadas domésticas, babás, serviços gerais, entre outros com renda inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Constata-se a real necessidade de se buscar a equidade, já que o processo educacional deve preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho (BRASIL, 1988). Além disso, sabe-se que a autonomia é “condição fundamental para que a reflexão se torne possível; condição em que cada um mediante a vontade livre seja capaz de realizar suas próprias escolhas” (ZAMBEL, LASTÓRIA, 2016, p. 2214).

No que diz respeito à qualidade da oferta, “a educação deve tratar de forma diferenciada o que é desigual na origem para se chegar a resultados de aprendizagem equiparáveis e não reproduzir as desigualdades presentes na sociedade” (UNESCO, 2008, p. 13). Porém, historicamente, o Brasil é marcado por graves diferenças sociais, inclusive de escolarização, fortalecendo a dicotomia social. Reforçando essa realidade, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017 apontam que a exclusão educacional ainda atinge 7% da população brasileira. Isso representa mais de 11 milhões de analfabetos, entre a população de 15 anos ou mais.

Em relação à classe trabalhadora, verifica-se que a educação escolar é o instrumento para que se tenha poder de barganha e se consiga conscientização emancipatória e política, mas, para que isso ocorra, é preciso que supere “a sua [...] crescente subsunção aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a *omnilateralidade* e a *politecnia*” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 29). Essa superação não ocorre de maneira instantânea e rápida, mas como um processo a ser conquistado.

De acordo com Gadotti (2006, p. 141) “com a divisão social do trabalho aparece a necessidade de exclusão de contingentes cada vez maiores de “alunos” da escola. [...] Com isso surge também o problema da recuperação ideológica para o sistema, desses contingentes”. Nessa perspectiva, ainda de acordo com o autor, “cabe ao Estado prover os meios para que todos tenham a oportunidade de educar-se” (GADOTTI, 2006, p. 139). A educação de adultos surge como forma de recuperar esse contingente.

Seguindo a proposta de Paulo Freire, a educação para jovens e adultos deve levar em conta a realidade do estudante, seus conhecimentos adquiridos histórica e socialmente, para que, assim, o saber seja consolidado criticamente, e, dessa forma, diminuir as desigualdades educacionais (PICONEZ, 1995). O modelo freireano

valoriza o sujeito e sua história no processo de educação, levando-o a uma participação ativa da sua formação, lutando por seus ideais e pela quebra dos padrões da hegemonia.

A argumentação de Mayo (2004, p. 80) sobre a educação de adultos é que essa se “constitui uma esfera importante da sociedade civil e, portanto, é um lugar de luta. Ela pode servir para consolidar assim como para desafiar a hegemonia existente, que, nesse caso, serve como um lugar de luta contra hegemonia”. Dessa forma, a EJA se apresenta como desafiadora tanto para quem se propõe a realizá-la, quanto para quem ocupa o lugar do poder, pois, uma vez concretizada da forma como foi sonhada, passa a ser uma ameaça à manutenção da mão de obra barata e passiva diante de seus direitos.

Apesar da educação de adultos ter seu marco inicial na década de 30, foi em 1947 que o governo se preocupou, efetivamente, com tal modelo. Nesse período, houve uma campanha nacional voltada para esse público. Entretanto, a Campanha de Educação de Adultos promovia um aprendizado superficial, em curto período da alfabetização. Além disso, havia inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país.

Nos anos 60, Paulo Freire desenvolveu uma proposta que levava em consideração as condições do educando. A pedagogia freireana fundamentou-se na interação do homem com a realidade, na concepção de que os dois são inacabados e estão em constante integração (PICONEZ, 1995). Paulo Freire defendia, assim, uma educação libertadora, capaz de promover a humanização, através do trabalho livre, da desalienação e da afirmação dos homens como pessoas. Nessa perspectiva, era preciso que os “oprimidos” fossem libertos dos opressores (FREIRE, 2011).

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, com base na proposta de Paulo Freire. Entre outras propostas, o governo empenhou um esforço para eliminação do analfabetismo. Nesse sentido, Gadotti (2006, p. 163) observa que “a alfabetização não é a extensão da possibilidade de ler e escrever para todos, mas é possibilitar a todos o acesso ao mundo, poder construí-lo com liberdade”. Assim, na concepção freireana, “não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (FREIRE, 2011, p. 77).

A EJA destina-se aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade da educação básica na idade apropriada. Com a aprovação da LDB, em 1996, e a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em 2000, passou-se a considerá-la como modalidade da educação básica. Assim, as modificações apresentadas pela LDB:

Por um lado, [...] incorporou uma mudança conceitual ao substituir a denominação Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos, avaliada de forma positiva por profissionais da área. [...] Por outro lado, o corpo do texto continuou referindo-se a “cursos e exames supletivos” (Art. 38), perpetuando, portanto, a concepção de suplência, de correção de fluxo escolar e de compensação. (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 31-32)

O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000, que definiu as diretrizes para essa modalidade de ensino foi responsável, também, por estabelecer as funções a serem desempenhadas pela EJA. Dentre essas temos: a função reparadora que se propõe restaurar o direito à igualdade, anteriormente negado; função equalizadora, que diz respeito à igualdade de oportunidades; e a função qualificadora, que se refere à aprendizagem permanente do ser humano, defendida como aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2000). Isso significa que o jovem e adulto tem “direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (BRASIL, 2000, p. 7). Para tanto, Ribeiro (2011, p. 14) aponta que “os sujeitos que não tiveram acesso à escola se tornam mão de obra mais barata, empregada na constituição de riquezas, o que contribui para as diferenças entre as classes sociais”.

A cada dia aumenta as demandas, nacionais e internacionais, por políticas públicas efetivas para contenção do analfabetismo. Frente a essa realidade, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi elaborado com o compromisso e “esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no Brasil” (BRASIL, 2014, p. 5). Para isso pretende-se:

Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2014, p. 11)

O PNE apresenta as “metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais” (BRASIL, 2014, p. 9). Assim, em se tratando da educação de jovens e adultos, a intenção é:

Meta 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. [...] Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014, p. 10)

Segundo o relatório do Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os anos de 2012 a 2017, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste obtiveram os índices de alfabetização na faixa de 15 anos ou mais de idade, superiores aos 93% estimados. Entretanto, as regiões Norte e Nordeste ficaram com os indicadores abaixo do esperado, representando 92,0% e 85,5%, respectivamente (INEP, 2018). Para alcançar as metas do PNE, os governos estaduais, municipais e/ou federal devem buscar o aumento gradual da escolarização dos jovens e adultos, articulando com a qualificação profissional e oportunizando o exercício pleno de sua cidadania.

Conforme os dados do PNAD, em 2017, 853 mil pessoas estavam matriculadas na EJA Ensino Fundamental e 811 mil na EJA ensino médio, representando um crescimento de 3,4% no ensino fundamental e 10,6% no ensino médio, em relação ao ano anterior. Desse total, 95,5% das matrículas estavam na rede pública de ensino (PNAD/IBGE, 2018). Apesar disso, “[...] a configuração do capitalismo subordinado e dependente no Brasil produziu historicamente uma sociedade na qual a exclusão e a negação de direitos são marcas características” (ZANARDINI; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 8).

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016), iniciou-se uma política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Uma das ações foi a promulgação do Decreto 5.154/2004, que possibilitou a

integração da educação geral à educação profissional no âmbito do ensino médio, revogando o Decreto n.º 2.208/1997. O texto previa a oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, devendo esses, articularem-se a cursos de educação de jovens e adultos, com objetivo de qualificação e de elevação do nível de escolaridade do trabalhador (BRASIL, 2004).

O restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica é fundamental para que estes objetivos sejam alcançados. Igualmente, o Proeja é parte indissolúvel desta política por seu potencial inclusivo e de restabelecimento do vínculo educacional para jovens-adultos e adultos. (PACHECO, 2011, p. 11)

Mesmo sendo possível a formação inicial e continuada dos trabalhadores, o governo propôs um programa que previa a integração da educação profissional à educação de jovens e adultos. Lançado através do Decreto n.º 5.478/2005, o objetivo era atender jovens e adultos, pela oferta de educação profissional técnica (MEC, 2007). O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) nasceu da articulação dos movimentos sociais, da sociedade civil e entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Educação (MEC).

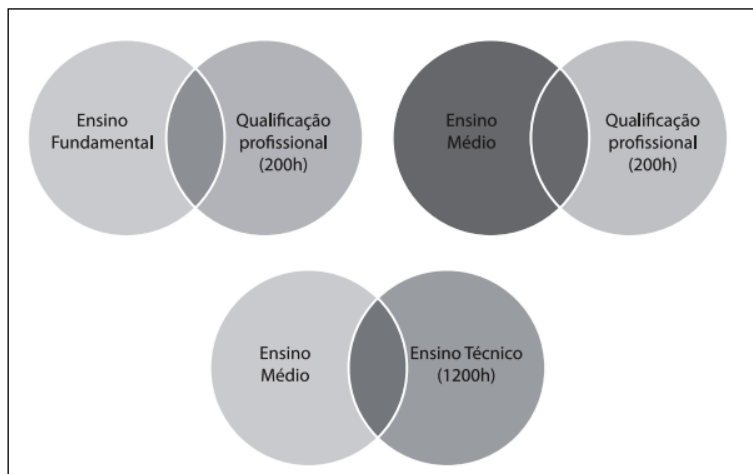
Azevedo e Tavares (2015, p. 111) assim ressaltam:

Tendo como objetivo se constituir em uma política de inclusão social emancipatória, parte da compreensão de que a escola é um *locus* integrante e atuante nas dinâmicas sociais, devendo contribuir para o desenvolvimento das vocações produtivas e das potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental.

Ao público de jovens e adultos, segundo o decreto, eram oferecidos seguimentos de cursos e programas, um de formação inicial e continuada de trabalhadores, e outro de formação profissional técnica de nível médio. Para tanto, os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no âmbito do Proeja, deveriam ser ofertados em no máximo 1.600 horas, levando em consideração a formação geral e específica. Já para cursos de educação profissional técnica de nível médio, a carga horária máxima deveria ser de 2.400 horas, devendo respeitar a carga

horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica (BRASIL, 2005).

Figura 1 - Formas de oferta do Proeja



Fonte: TAUFICK, 2013, p. 91.

A figura apresenta as possibilidades de se fazer os cursos profissionalizantes ao mesmo tempo com a escolarização básica ou de maneira integrada. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) colocam que não se pode limitar a formação de jovens e adultos, quando se limita a carga horária dos cursos ofertados a esse público.

O programa procurava garantir o acesso à educação de qualidade e pôr em prática as concepções de “politecnia, escola unitária, trabalho como princípio educativo e educação emancipadora e libertadora” (SILVA, 2014, p.17). Assim, visava à universalização da educação básica, principalmente, no atendimento aos jovens e adultos que interromperam as trajetórias escolares (MEC, 2007). Nas palavras das autoras De Oliveira e Machado (2012, p. 4) “pela primeira vez na história da EJA há a possibilidade de oferta nacional da modalidade no ensino médio de forma integrada a EP, o que contribuiu para ampliar o conceito da EJA, até então ainda muito restrito à alfabetização e à sua oferta no ensino fundamental”.

Com a necessidade de ampliação do Programa, em 2006, o governo revogou o Decreto n.º 5.478/2005, publicando o Decreto n.º 5.840/2006. As mudanças foram motivadas, principalmente, por questionamentos sociais quanto à abrangência e ao atendimento (BRASIL, 2007). As alterações se deram em relação ao nível de ensino (fundamental e médio), à forma de articulação (integrado ou concomitante) e às instituições ofertantes, permitindo estabelecimentos estaduais, municipais e, inclusive, privados oferecessem esses cursos.

Essas mudanças provocaram a alteração de denominação, passando a ser chamado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Com isso, pode-se observar um direcionamento das políticas públicas para o encadeamento da formação do trabalhador jovem e adulto; para uma formação qualificada; e para inserção ao mundo do trabalho, de forma cidadã, profissional e qualificada (AMORIM, 2016). Desse modo, reafirma-se que

[...] a Educação de Jovens e Adultos e o ensino regular sequencial para os adolescentes com defasagem idade-série devem estar inseridos na concepção de escola unitária e politécnica, garantindo a integração dessas facetas educacionais em todo seu percurso escolar, como consignado nos artigos 39 e 40 da Lei nº 9.394/96 e na Lei nº 11.741/2008, com a ampliação de experiências tais como os programas PROEJA e ProJovem e com o incentivo institucional para a adoção de novas experiências pedagógicas, promovendo tanto a Educação Profissional quanto a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores. (BRASIL, 2010)

Em 2007, prazo máximo para que as instituições da Rede Federal aderissem ao Proeja, o governo divulgou, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, um relatório com a proposta de viabilizar essa mudança. O documento apresentava princípios e estratégias a serem adotadas visando assumir a “necessidade de inserção da EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, ampliando, de fato, o direito à educação básica, pela universalização do ensino fundamental e médio” (SETEC, 2007, p. 7).

A proposta do Proeja colocava a necessidade de evidenciar a importância do estudante no processo ensino e aprendizagem, a contextualização dos conceitos e dos conteúdos desenvolvidos. Além disso, reconhecia os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelos educandos por meios informais. Cabe ressaltar que ao longo dos anos, o Proeja vem perdendo espaço, principalmente, por programas como o Pronatec (AZEVEDO, 2015).

A efetiva implementação do Proeja não alcançou todos os fins propostos. Assim descreve Moura e Henrique (2012, p. 121):

Vários aspectos contribuem para um quadro preocupante, dentre eles: a falta de processos sistemáticos de formação continuada dos docentes; a ausência de discussões mais qualificadas no interior das instituições acerca da concepção do EMI e da implantação do

Programa; a forma impositiva como esse Programa entrou em vigor; os elevados índices de evasão; e uma visão elitista de parte dos profissionais que integram a rede federal, os quais vinculam a entrada do público da EJA nessas instituições a uma ameaça à qualidade do ensino ali existente. Dessa forma, esse conjunto de fatores está contribuindo significativamente para que haja uma parcial rejeição ao Programa no interior da rede, reforçando a visão preconceituosa em direção aos seus sujeitos.

Contudo, ao longo dos anos, algumas ações foram realizadas buscando sua consolidação enquanto política pública. Em 2008, por iniciativa do MEC, foram desenvolvidos os “Diálogos PROEJA”, em várias instituições da Rede Federal, com o objetivo de acompanhar as dificuldades e os acertos do programa. Os “Diálogos PROEJA” consideraram aspectos como: currículo integrado, metodologias de ensino, avaliação, evasão, acesso e permanência, aprendizagem, educação inclusiva e material didático, destinados aos professores, estudantes, gestores e outros membros da sociedade. Essas ações, por parte da Setec, foram desenvolvidas até 2011.

Em 2018, foi realizado o I Encontro Nacional da EJA integrada a EPT da Rede Federal de Educação Profissional, ocorrido entre os dias 21 a 23 de maio de 2018, no Instituto Federal de Goiás (IFG), na cidade de Goiânia. Nesta perspectiva,

O encontro procurou evidenciar a importância da retomada da implantação e consolidação da EJA/EPT (Proeja) nas instituições da Rede Federal, por meio dos relatos de experiências os quais trouxeram ações que contribuíram para a superação de muitos problemas enfrentados por essa modalidade educativa nestes onze anos de existência. Afinal, essa modalidade e esse programa dizem respeito à busca de efetivação do direito à educação de mais de 80 milhões de brasileiros que não concluíram a Educação Básica. (IFG, 2018, p. 1)

Em razão de conflitos de interesses, muitos projetos ficaram comprometidos. Diante dessa realidade, a implementação do Proeja não atingiu todos os fins propostos mesmo passados onze anos do lançamento do programa. Para efetivação dessa modalidade de ensino, é preciso universalizar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. Nesses termos, cabe às instituições estabelecer ações e assumir a responsabilidade de efetivar o direito à educação, cumprindo a meta de 10% das matrículas. Contudo, a Rede Federal atende apenas 19.824 matrículas, o que representa 2,4% do percentual esperado (PNP, 2019).

É necessário monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados, buscando sempre a capacitação dos profissionais envolvidos no processo educacional, controle da evasão e aumento significativo do êxito dos estudantes nos cursos ofertados pelas instituições. Deve-se ainda levar em consideração as características dos estudantes, valorização de suas histórias e reconhecer suas necessidades, para que não haja desmotivação e desistências ao longo do percurso escolar.

1.3. A EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM RETRATO DO IFTO

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019 do IFTO, os cursos ofertados aos jovens e aos adultos são destinados àqueles que não puderam concluir os estudos na idade regular. Esses cursos são oportunidades educacionais, devendo considerar as características dos estudantes, os seus interesses, as condições de vida e de trabalho (IFTO, 2014).

Desde sua implantação, em 2008, pela Lei n.º 11.892/2008, o IFTO vem ofertando cursos de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional sejam no modelo de Formação Inicial e Continuada, isto é, cursos de qualificação profissional, ou de cursos Técnicos. Ao longo desses anos, o IFTO já ofertou 15 (quinze) cursos, contabilizando mais de 500 estudantes concluídos.

Segundos dados da Plataforma Nilo Peçanha, havia, em 2017, 8 (oito) cursos ativos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), sendo 3 (três) de Qualificação Profissional (FIC) e 5 (cinco) cursos técnicos, com 318 estudantes matriculados, conforme tabela 4. Contudo, atualmente, há apenas 5 (cinco) cursos em funcionamento nos *campi*: Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional, todos na forma de Qualificação Profissional (FIC) Integrado ao Ensino Médio.

Tabela 5 - Dados de matrícula do IFTO - 2017

Tipo de curso	Tipo de oferta	Nº de Unidades de ensino	Nº de Cursos	Nº de Matrículas
Qualificação Profissional (FIC)	Proeja Integrado	2	3	290
Técnico	Proeja Integrado	3	5	28

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018.

Analisando os dados do IFTO, das matrículas registradas em 2017 que constam na Plataforma Nilo Peçanha, 14,47% estavam em cursos com fluxo regular; 9,43% estavam retidas e a evasão atingiu 59,7% em cursos de EJA/EPT. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2015-2019, a oferta desses cursos deverá observar “os mínimos previstos em lei, devendo os cursos estar de acordo com a Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) e/ou Guia Pronatec ou outro que venha substituí-lo ou alterá-lo” (IFTO, 2014, p. 59). Apesar disso, as matrículas na EJA/EPT representam apenas 3,5%, muito abaixo do estabelecido no Decreto n.º 5.840/2006, contrariando a análise de Faria e Moura (2015, p. 160):

[...] a realidade que o PROEJA vivencia necessita ser discutida, reavaliada e reestruturada para que realmente se possa realizar uma ação conjunta em torno da construção de uma política educacional comprometida com a melhoria das ofertas educacionais para a EJA em que a inclusão se dê levando em consideração a permanência com qualidade.

O *Campus* Palmas oferta 2 (dois) cursos: Atendimento e Manutenção e Operação de Computadores, ambos integrados à Educação Profissional na Modalidade EJA. Os cursos possuíam, em 2017, 220 estudantes matriculados. Desses, 67,28% registraram algum tipo de abandono dos cursos e apenas 11,82% estavam com fluxo regular, de acordo com dados constantes da Plataforma Nilo Peçanha. Já em 2018, houve decréscimo no número de estudantes matriculados, conforme dados da PNP, passando para 129 estudantes, do qual 8,74% estavam com fluxo escolar retido, isto é, permaneceram no curso mesmo após o prazo para conclusão. Já o abandono neste período atingiu mais de 70% das matrículas, considerando as transferências e o desligamento, que é a solicitação de cancelamento formal do estudante junto à instituição de ensino.

Ressalte-se que, desta forma, ainda há muito que ser estabelecido para alcançar o mínimo instituído, buscando a redução das desigualdades socioeconômicas e promoção da justiça social.

1.3.1. O Curso de Atendimento

O curso de Atendimento oferecido forma de articulação Integrada à Educação Profissional na Modalidade EJA. Esse curso que iniciou em 2009, tem duração de dois anos e a cada semestre são disponibilizadas 40 vagas.

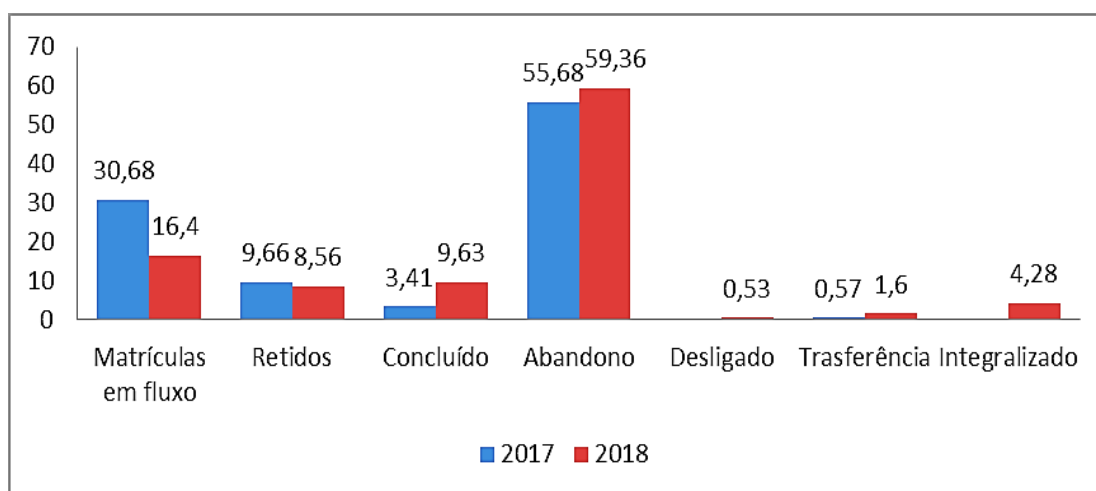
O objetivo do curso é:

[...] contemplar a elevação da escolaridade com profissionalização, neste caso formação inicial e continuada de trabalhadores, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral de grande contingente de cidadãos jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas, cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma inicialização profissional de qualidade. (IFTO, 2009, p. 7)

Nesse sentido, o curso de Atendimento busca “[...] desenvolver competências, habilidades e condutas não apenas específicas à área de atendimento, mas também, no campo das relações interpessoais, hoje muito valorizada em todas as áreas de trabalho” (IFTO, 2009, p. 7).

Ao longo dos anos de realização do curso, foram ofertadas mais de 800 vagas. Contudo, apenas cerca de 200 estudantes concluíram com êxito o curso. O gráfico 1 mostra a situação de matrícula nos anos de 2017 e 2018 do curso.

Gráfico 1 - Situação de matrícula no curso de Atendimento na modalidade EJA/EPT do *Campus* Palmas do IFTO



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019 (adaptado).

Podemos ver que o número de retidos e de estudantes que concluíram o curso apresentou melhoria em seus índices. Contudo, é possível notar que, em 2018, houve agravo em relação ao número de matrículas em fluxo regular, assim como o número de estudantes que abandonaram o curso, se desligaram ou solicitaram transferência. Esses índices mostram que ainda há muito que buscar para viabilizar uma continuidade dos estudos desses jovens e adultos que buscam o curso de EJA/EPT na instituição.

CAPÍTULO 2 - RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

Neste capítulo, analisamos os desafios da evasão escolar, fundamentando-se, em diversos autores quanto ao sentido desse termo e analisamos os impactos dessa evasão para as instituições de ensino. Além disso, consideramos algumas ações que foram adotadas com vistas à redução dessa evasão ao longo dos anos em diferentes realidades brasileiras.

O problema da repetência e da evasão escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino. Os fatores influenciadores e as consequências desse “fracasso” estão ligados às condições sociais, culturais, políticas, econômicas e outras. Esse é um fenômeno complexo e requer compromisso de todos na busca por soluções que garantam o acesso, a permanência e o êxito escolar (UNICEF, 2012). Mas, a realidade de muitas famílias, para manterem-se economicamente, faz com que as crianças e jovens abandonem os estudos para ajudar na renda familiar.

De acordo com Gadotti (2006, p. 59), “a chamada ‘evasão escolar’ nada mais é do que a garantia para as classes dominantes de que continuarão a se apoderar do monopólio da educação”.

Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. (BRASIL, 2007, p.11)

A evasão escolar engloba vários motivos e atinge todos os níveis e modalidades de ensino. O termo evasão adquire muitos significados. Seguindo o entendimento de Dore e Lüscher (2011), a evasão pode se dar na forma de repetência ou saída sem concluir o curso. Isso se dá na forma de desligamento, transferência ou desistência, repercutindo, negativamente, nas instituições. Contudo, segundo as

autoras, nem sempre o abandono escolar significa, necessariamente, a exclusão do sistema educacional.

Narciso (2015, p. 75) ainda evidencia que “a evasão escolar é quando o educando sai da instituição antes da conclusão da série ou etapa, abandonando o curso, finalizando o compromisso de permanecer na escola”. Entretanto, há casos em que o estudante opta por continuar os estudos em outra instituição, nível de ensino ou modalidade, ou até mesmo, em outro curso. Corroborando tal entendimento, Johann (2012) define a evasão como um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, quando há o rompimento do vínculo estabelecido entre a instituição e o estudante, sem a renovação do compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Acrescenta-se, ainda, que essa situação de evasão é vista como abandono, sem a intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula, rompe-se o vínculo existente entre o estudante e a escola.

Nas pesquisas de Abramovay e Castro (2003), os termos evasão escolar e abandono escolar são conceitualmente diferenciados. Para os autores, a evasão escolar refere-se ao estudante que deixa a escola, mas com a possibilidade de retorno à mesma; já o abandono escolar ocorre quando o estudante deixa a escola em definitivo. No estudo realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, designada pelo MEC, no ano de 1996, classifica-se e distingue-se a evasão escolar em seus diversos contextos, sendo que a:

Evasão de curso – ocorre quando o estudante desliga-se do curso em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; Evasão da instituição – ocorre quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; Evasão do sistema – ocorre quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o curso no qual está matriculado. (ANDIFES, 1996, p.19)

É importante, também, ressaltar a definição dada por Bueno (1993) que distingue evasão de exclusão. Para ele, a primeira corresponde “a uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade”, enquanto a segunda, “implica a admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do jovem que se apresenta para uma formação” (BUENO, 1993, p.13).

A retenção caracteriza-se, por sua vez, quando o estudante não concluiu os créditos mínimos para progredir na etapa de ensino ou não pode passar para a etapa seguinte. Segundo a Setec/MEC, o estudante retido é aquele que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso (SETEC, 2016). A retenção também influencia, significativamente, na decisão de evadir, uma vez que ocasiona a distorção idade-série e desmotiva o jovem a continuar os estudos (UNICEF, 2012).

Considerando todas as definições de evasão apresentadas, será utilizada aquela constante no Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT. Segundo o manual, são contabilizadas como evadidas as matrículas que tiveram alteração de status para Evadido, Desligado ou Transferido Externo. As altas taxas de evasão são uma realidade em todas as regiões do País, conforme pode ser observado na tabela 4. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2018, o Ensino Médio é a etapa de ensino que concentra as maiores taxas de reprovação e abandono dos estudantes brasileiros.

Tabela 6 - Taxas de rendimento escolar por região geográfica – Brasil – 2018

Região	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono ¹	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Norte	88,1%	80,6%	9,1%	8,8%	2,8%	10,6%
Nordeste	88,9%	83,2%	8,9%	10,1%	2,2%	6,7%
Sudeste	94,2%	85,3%	5,0%	10,1%	0,8%	4,6%
Sul	90,8%	79,2%	8,4%	14,3%	0,8%	6,5%
Centro-Oeste	94,4%	85,0%	4,8%	9,8%	0,8%	5,2%
Brasil	91,5%	83,4%	7,0%	10,5%	1,5%	6,1%

Fonte: Microdados Censo Escolar, Inep 2018.

Vemos nos dados do Censo Escolar de 2018 divulgado pelo Inep que a evasão escolar no Ensino Médio atingiu 6,1% do total de matrículas, enquanto que a retenção 10,5% nesse mesmo nível de ensino. Ainda no ensino médio, as maiores taxas de reprovação foram nas regiões Sul (14,3%), Sudeste e Nordeste (ambas com 10,1%), enquanto a região Norte foi a região que menos registrou reprovação em

¹ Taxa de abandono – indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola.

2018 (8,8%). Entretanto, em se tratando de abandono (evasão), o Norte foi que apresentou maior índice, atingindo mais de 10% de suas matrículas. Esse “fracasso escolar” acarreta prejuízos às instituições e aos estudantes, uma vez que evidencia as desigualdades socioculturais, principalmente regionais, vivenciadas pela população.

Se observarmos por dependência administrativa (Tabela 5), as instituições públicas possuem ainda os maiores índices de reprovação e abandono escolar, realidade que atende todas as etapas de ensino, fundamental e médio. Enquanto o “sucesso escolar”, as taxas de aprovação nas instituições de ensino privadas apresentam resultados superiores a 95%.

Tabela 7 - Taxas de rendimento escolar por região geográfica e dependência administrativa – Brasil - 2018

Unidade Geográfica	Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	Privada	98,0%	96,0%	1,9%	3,7%	0,1%	0,3%
Brasil	Pública	90,2%	81,7%	8,1%	11,4%	1,7%	6,9%
Norte	Privada	98,3%	96,5%	1,5%	3,1%	0,2%	0,4%
Norte	Pública	87,2%	79,5%	9,8%	9,2%	3,0%	11,3%
Nordeste	Privada	97,6%	95,4%	2,2%	4,0%	0,2%	0,6%
Nordeste	Pública	86,9%	81,8%	10,4%	10,8%	2,7%	7,4%
Sudeste	Privada	98,0%	96,1%	1,9%	3,7%	0,1%	0,2%
Sudeste	Pública	93,3%	83,5%	5,7%	11,2%	1,0%	5,3%
Sul	Privada	98,3%	96,2%	1,7%	3,6%	0,0%	0,2%
Sul	Pública	89,7%	77,0%	9,5%	15,8%	0,8%	7,2%
Centro-Oeste	Privada	98,6%	96,1%	1,3%	3,6%	0,1%	0,3%
Centro-Oeste	Pública	93,5%	83,2%	5,5%	10,8%	1,0%	6,0%

Fonte: Microdados Censo Escolar, Inep 2018.

Charlot (2000) e Schwartzman (2010) afirmam que o Ensino Médio no Brasil é enciclopedista e que, por isso, os estudantes não conseguem acompanhá-lo, havendo assim, uma necessidade de diversificação do conteúdo. Muitas vezes, a sala de aula é vista como um local pouco estimulante, onde há pouca interação, caracterizada pelo silêncio, pela rigidez dos horários, pela privação da espontaneidade e onde os conteúdos são carentes de sentido, dificultando a

compreensão dos assuntos abordados em sala devido à falta de conectividade com o cotidiano.

Buscando romper com esse ensino enciclopédico, foram criados os Institutos Federais (IF), através da Lei n.º 11.982/2008. Essas instituições ficaram responsáveis pela política e oferta de curso voltadas para a superação da dualidade educacional, através da oferta de educação politécnica. Nesse sentido:

[...] a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas. (RAMOS, 2014, p. 85)

Mas essa formação fica comprometida com o alto número de estudantes que reprovam e/ou evadem antes de concluir o curso. Nesse sentido, é preciso que essas instituições se preocupem “com os fatores que levam à retenção escolar, ao abandono dos cursos e aos impedimentos de continuidade no itinerário formativo” (FREDENHAGEM *et al*, 2012, p. 4). A preocupação com a retenção e a evasão, para as instituições que compõem a Rede Federal, ficou evidente com a divulgação do Acórdão n.º 506/2013, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o documento, a Rede Federal, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), deveria elaborar um plano estratégico voltado para o combate à evasão e à retenção que contemplasse:

a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.); [...] d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores; (BRASIL, 2013, p. 1)

Com intenção de dar andamento à recomendação do TCU, em 2013, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) com a incumbência de elaborar os relatórios sobre evasão, retenção e conclusão para os cursos ofertados pelas instituições da Rede Federal de Ensino. O GT foi instituído através da Portaria SETEC/MEC n.º 39 de 22/11/13. A proposta era elaborar um manual orientador para combate à evasão e à

retenção, identificando os fatores influenciadores e buscando soluções a serem praticadas pelas instituições a fim de minimizarem os casos de abandono e repetência em seus cursos.

Neste sentido o objetivo era:

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional. (BRASIL, 2013, p. 28)

Analisando os dados de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com os números apresentados pelo TCU, os índices foram contabilizados de acordo com o nível e modalidade de ensino.

Os maiores identificadores de evasão foram em cursos de nível médio, atingindo principalmente os cursos Proeja e cursos Técnicos Subsequentes: 24,0% e 18,9% das matrículas, respectivamente. Ao analisar os casos de evasão em 2017 disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, os maiores índices foram em cursos de Qualificação Profissional, isto é, cursos de Formação Inicial e Continuada, com 39,6%, e cursos técnicos, 22,4%. Os valores podem ser comparados na tabela a seguir:

Tabela 8 - Comparativo de estudantes evadidos por tipo de curso do IFTO (2012 e 2017)

Ano	Nível Médio				Nível Superior		
	Proeja Médio	Concomitante	Subsequente	Integrado	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
2012	24%	-	19%	6%	9%	4%	6%
2017	23,8%	28,5%	29,9%	12%	19,7%	11,9%	21,1%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do relatório TCU 2012 e PNP 2018.

Em 2017, a Taxa de Evasão na Rede Federal atingiu 23,2% das matrículas, com base nos dados divulgados pela Setec por meio da Plataforma Nilo Peçanha. As maiores taxas foram observadas em cursos técnicos de nível médio. Os cursos EJA/EPT atingiram um percentual de evasão de 23,8%, o que demonstra uma pequena redução desde o Relatório de Auditoria realizado pelo TCU em 2012.

2.1. O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NA EJA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A EJA é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso à educação na idade convencional. Entretanto, o que se percebe no decorrer da pesquisa e na prática do cotidiano é que essa modalidade ainda não ocupa seu papel de promover com êxito a educação para jovens e adultos. Sabe-se que a oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos é recomendada às pessoas com mais de 15 anos para cursarem o ensino fundamental e acima de 18 anos, para cursarem o ensino médio. Trata-se de uma busca pela garantia da educação para todos, mas a realidade mostra que existem mais de 700 milhões de analfabetos no mundo, sendo que 115 milhões estão na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade e as mulheres são a grande maioria, correspondendo a 63% deste público (UNESCO, 2016).

A educação de jovens e adultos merece atenção e engajamento sociopolítico, não devendo se preocupar apenas com a alfabetização (ler, escrever, contar), mas na capacidade de formação cidadã consciente de seus direitos e deveres (SILVA; ARRUDA, 2012). Contudo, o analfabetismo no Brasil ainda é um problema que precisa ser acompanhado.

O país não atingiu as metas estabelecidas conforme apresentadas durante o encontro da Cúpula Mundial de Educação, ocorrida em 2000, em Dakar, que eram de garantir o acesso e a equidade de jovens e adultos à aprendizagem e às habilidades para a vida, e aumentar em 50%, até 2015, a taxa de alfabetização de jovens e adultos, especialmente mulheres (UNESCO, 2000).

As preocupações com os estudantes da EJA vão além da oportunidade de acesso, pois a inclusão escolar não se dá pela simples oferta de vagas, mas também se deve assegurar a aprendizagem e levar em consideração as necessidades individuais do estudante (LIMA, 2013). Além disso, há a necessidade de se dar condições de aprendizagem pela ressignificação dos conhecimentos dos estudantes, considerando o momento sociopolítico e econômico. Contudo, na atualidade, ainda é um dos grandes desafios para a escola superar o paradigma da educação tradicional.

Em 2018, foram registradas mais de 3,5 milhões de matrículas na EJA². Contudo, houve uma diminuição ao longo dos anos. O maior número de matrículas está na rede pública de ensino, que detém mais de 3,3 milhões. Considerando a dependência administrativa, os maiores números de matrículas estão concentrados nas redes estaduais e municipais com mais de 1,9 milhões e 1,3 milhões, respectivamente. Já as instituições privadas detêm mais de 2,2 mil matrículas, enquanto a rede federal apenas 13 mil.

Deve-se destacar, também, o atraso em relação ao tempo regular de conclusão da escolaridade básica para esses estudantes da EJA (SILVA; MADUREIRO; MARQUES, 2015). As constantes reprovações indicam que o estudante permanecerá por muito mais tempo nos estudos, o que resulta, muitas vezes, no abandono. Assim, é preciso avaliar com cautela as propostas de currículo para programar com qualidade as ações pedagógicas em relação à educação de jovens e adultos.

Assim, Os motivos para estudantes da EJA não permanecerem ou continuarem nos cursos são vários. Silva e Arruda (2012) apontam a sobrecarga de trabalho e falta de tempo e recursos, além de condições financeiras para se dedicarem ao curso. Entretanto, os fatores que levam à decisão de deixar o curso não se dão apenas de ordem pessoal do estudante, mas está ligada, também, a fatores internos e externos à instituição e a metodologia do professor (CRUZ; GONÇALVES, 2015). Para tanto, para superar essas contradições típicas de uma sociedade capitalista, Fornari (2010, p. 117) ressalta que “não é possível superar a condição de reprodução assumida pela escola sem que se rompa com o sistema socioeconômico que a faz ser dessa maneira”.

2.2. ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO NO BRASIL: ALGUMAS AÇÕES

A evasão escolar está diretamente ligada à democratização do acesso ao ensino. De acordo com Lüscher e Dore (2011, p. 153) “a complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais”. De acordo com a Convenção sobre os

² - Número de matrículas da educação de jovens e adultos. Notas estatísticas – Censo Escolar 2018. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>> Acesso em 01 set 2019.

Direitos das Crianças (1989), ratificado pelo Brasil através do Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990, em seu Artigo 28, 1-e, define que cabe aos Estados Partes reconhecerem o direito da criança à educação, assegurando a oportunidade e a igualdade de oportunidades, garantindo inclusive a frequência e a redução das taxas de abandono escolar.

Frente a esta realidade, algumas ações são desenvolvidas para tentar atenuar os índices de evasão nos sistemas educacionais. Um exemplo vem do Estado do Rio Grande do Sul, que criou a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente. Essa ficha foi criada em 1997, com o intuito de acompanhar os estudantes em risco de evasão, por ação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, as secretarias Estadual e Municipal de Educação e os Conselhos Tutelares, para monitoramento da frequência escolar dos estudantes da rede pública de ensino (UNICEF, 2012). A intenção era verificar a assiduidade do estudante e realizar uma busca assim que alcançasse determinado número de faltas. Essa busca, segundo o documento, dava-se por meio de visitas domiciliares e reuniões e/ou palestras com os estudantes, os pais ou responsáveis, para verificarem os motivos das faltas e fazer com que o estudante retornasse à escola (UNICEF, 2012).

Nessa mesma linha, para garantir que cada criança e adolescente esteja na escola e aprendendo, foi lançado, no Brasil, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o programa “Fora da Escola Não Pode!”. O objetivo desse programa é conscientizar diferentes atores responsáveis pela inclusão escolar, além da a sociedade em geral, sobre o problema da exclusão escolar e sugerir planos práticos para chegar a uma solução. Uma das estratégias do programa é a utilização da ferramenta “Busca Ativa Escolar”, que possibilita aos Estados e Municípios planejarem, desenvolverem e implementarem políticas públicas, em uma plataforma única, que contribuam para a inclusão escolar, seja nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento. Essa ferramenta permite a identificação de crianças ou adolescentes que estão fora da escola e a tomada das providências necessárias para a efetivação da matrícula em uma instituição, além do acompanhamento da permanência desse estudante (UNICEF, 2017).

Com a Rede Federal, as ações para superação da evasão iniciaram a partir do trabalho do Grupo de Trabalho, em que a Setec elaborou um documento intitulado “Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Este plano de ação é composto por sete dimensões, desde evasão e retenção, medidas para o seu combate, a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores até a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica. Segundo o documento:

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional. (BRASIL, 2013, p. 28)

A igualdade de condições de acesso e permanência na escola tem relação direta com o sucesso escolar. Para que o processo educacional ocorra de forma efetiva, é necessário garantir um conjunto de fatores como: padrão de qualidade, valorização do profissional da educação e vinculação entre a educação formal, o trabalho e as práticas sociais.

Os fatores para evasão podem ser analisados na perspectiva individual do estudante, da instituição e do sistema de ensino (LÜSCHER; DORE, 2011). É fundamental que as instituições conheçam e identifiquem a movimentação de estudantes vinculados a seus cursos, para que possa formular estratégias voltadas para prevenção da evasão e diminuição da retenção.

Nessa perspectiva o IFTO busca “identificar os discentes com baixo rendimento e em risco de evasão, [...] e realizar ações integradas com a equipe de Ensino da Instituição, prevenindo as situações de retenção e minimizando a evasão”. (IFTO, 2014, p. 139). Dentre as estratégias de prevenção da evasão escolar, o IFTO, propôs em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2014-2019: a geração de indicadores, baseados nos estudos do Observatório da Vida do Estudante Profissional (OVEP); acompanhamento dos discentes por área de atuação profissional para subsidiar o planejamento estratégico e direcionamento das atividades-fim da Assistência Estudantil; identificar as maiores causas da evasão; elaborar mecanismo de busca-ativa do evadido. Além disso, elaborar estratégias de acompanhamento de estudantes evadidos, por meio de pesquisas realizadas pelo

OVEP, visando à identificação dos motivos da evasão escolar; e publicitar os relatórios de acompanhamento dos evadidos (IFTO, 2014). Contudo, a proposta do observatório não chegou a ser implementada e desenvolvida na instituição.

Com o objetivo de propor ações para a permanência e êxito dos estudantes e atendendo ao disposto na Portaria SETEC/MEC nº 39 de 22/11/13, o IFTO criou a Comissão de Superação da Evasão e Retenção, estabelecida pela Portaria nº 471/2015/REITORIA/ IFTO, responsável pela elaboração do Plano de Superação da Evasão e Retenção no IFTO. O objetivo era realizar um diagnóstico institucional, qualitativo e quantitativo, verificando quais os motivos que levam à evasão, contribuindo assim para a permanência dos estudantes na instituição. Cabe às instituições de ensino reconhecer a existência de fatores favoráveis ou não para o desempenho de seus estudantes, durante o percurso escolar.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, desde a obtenção, o tratamento e a análise dos dados.

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa está centrado numa perspectiva dialética, visto que busca revelar elementos contraditórios, relacionando-os à lógica social, devendo analisá-los com base no contexto sociopolítico, sociocultural, econômico. De acordo com Oliveira (2008, p. 17), a pesquisa centrada nessa abordagem fundamenta-se “no fato de concebermos a educação como processo omnilateral, que supera a perspectiva unilateral de formação para o trabalho, portanto, capaz de promover transformações nas relações sociais e de romper com o ciclo vicioso da reprodução histórica dos grupos dominantes”. Assim, o método dialético leva o pesquisador a trabalhar com a contradição e o conflito; o devir; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolve seu objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o método dialético

[...] parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35)

A abordagem investigativa adotada foi a da pesquisa quanti-qualitativa. Nesta perspectiva, autores como Dal-Farra e Lopes (2013) dizem que

[...] os estudos quantitativos e qualitativos possuem, separadamente, aplicações muito profícuas e limitações deveras conhecidas, por parte de quem os utiliza há longo tempo. Por esta razão, a construção de estudos com métodos mistos pode proporcionar pesquisas de grande relevância para a Educação como corpus organizado de conhecimento, desde que os pesquisadores saibam identificar com clareza as potencialidades e as limitações no momento de aplicar os métodos em questão (DAL-FARRA; LOPES, 2013, p.71).

Já Minayo e Sanches (1993) não concordam com uma perspectiva que integre as abordagens quantitativas e qualitativas, mas, sim, acreditam que ambas se complementam, conforme as particularidades do objeto de pesquisa.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Ainda, segundo Minayo (2007),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (p. 21).

Para a autora, a pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Por esta razão, o primeiro passo para esta pesquisa foi o de definir os sujeitos sociais pesquisados, bem como a amostra necessária. São estes os sujeitos: os discentes (matriculados e evadidos) e docentes do Curso de Atendimento, além dos membros da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Palmas, que respondem à problematização no que diz respeito às categorias analisadas.

Quanto aos aspectos quantitativos, foram feitos levantamentos quanto ao gênero, à faixa etária, à formação acadêmica, ao tempo de atuação na educação profissional, dentre outras, dos sujeitos pesquisados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizaram-se a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo junto a estudantes do curso de Atendimento, docentes do curso e membros da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Palmas.

Sobre a pesquisa documental, Vergara (2009) pondera que este tipo de investigação se vale de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas. Como fonte de pesquisa documental, utilizamos o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005; o Decreto Presidencial nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que revogou o anterior, designando o Proeja como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; o Documento Base Proeja (2007); e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBN). Por fim, para o delineamento do perfil dos sujeitos participantes deste estudo, recorreremos a questionários socioeconômicos e a dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha.

Na pesquisa bibliográfica, Gil (2008) ressalta que a mesma permite ao pesquisador acesso amplo do assunto, pois se utiliza material já elaborado, principalmente, livros e artigos científicos, permitindo ao autor analisar os aspectos históricos. Já sobre a pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (2003, p. 186) ressaltam que “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A pesquisa dividiu-se em três etapas. A primeira exploratória, na qual foi realizado um levantamento junto ao IFTO e ao *Campus* Palmas sobre o quantitativo de estudantes evadidos entre os anos de 2017 e 2018 no curso de Atendimento, bem como estudantes em curso, que iniciaram até o segundo semestre de 2018. Além disso, foi realizado o levantamento dos docentes que estavam atuando no curso pesquisado e dos membros que estão compondo a Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *campus*, para verificação das ações adotadas para viabilizar a permanência e o êxito dos estudantes do curso pesquisado.

A segunda etapa foi o contato com os estudantes, por meio da Pró-Reitoria de Ensino, que solicitou autorização aos mesmos para que fosse encaminhado o instrumento de pesquisa, uma vez que a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação) não permite à instituição disponibilizar os endereços de e-mail dos estudantes, quando não se tratar de endereço de domínio institucional. No caso dos docentes e dos membros da comissão, os e-mails foram informados pela instituição, por se tratar de e-mail institucional.

A terceira etapa foi a tabulação, análise e apresentação dos dados.

3.1. INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

Quanto à coleta de dados, recorreu-se a um conjunto de procedimentos. Em primeiro momento, para identificação dos índices de evasão no curso de Atendimento Integrado à Educação Profissional na Modalidade EJA, do IFTO – *Campus* Palmas entre os anos de 2017 e 2018 recorreu-se às informações repassadas pela Coordenação de Registros Escolares do *campus* e dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha.

Em segundo momento, para alcançar os objetivos, foram aplicados questionários semiestruturados, com o objetivo de compreender as percepções da população pesquisada a respeito do fenômeno objeto de estudo desta pesquisa, além de buscar identificar o perfil sociodemográfico, as dificuldades e as contradições inerentes a evasão.

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Na visão da autora (2007, p. 39), “é interessante que o pesquisador(a) possa ‘conquistar’ o indivíduo que está respondendo ao questionário para que ele tenha a consciência de que está colaborando para o avanço do conhecimento”.

Os questionários foram elaborados por meio do Aplicativo Formulário Google (*Google Forms*) e encaminhados via e-mail aos participantes, sendo permitida apenas uma resposta por pesquisado, evitando a duplicidade de respostas. Os questionários foram encaminhados a quatro subgrupos da população, a saber: estudantes em curso, estudantes evadidos, docentes do curso e membros da Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *Campus* Palmas. Apesar dos questionários serem distintos, houve questões semelhantes entre aqueles destinados aos estudantes e os questionários destinados aos docentes e membros da comissão.

Os instrumentos de pesquisa foram divididos em três partes: a primeira, referente ao TCLE, responsável por apresentar os riscos e os benefícios com a pesquisa aos participantes, bem como assegurar o sigilo dos dados. A segunda parte

diz respeito à coleta de informações socioeconômicas dos respondentes. Por fim, a terceira etapa teve o objetivo de coletar a percepção dos respondentes em relação ao curso e à evasão escolar no Curso de Atendimento, tendo como base as contradições inerentes à pesquisa de caráter dialético.

Por se tratar de uma pesquisa que envolveu seres humanos, precisou-se garantir aos sujeitos entrevistados uma participação voluntária, a privacidade e a confidencialidade de suas informações. Com isso, o roteiro dos questionários foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa para aprovação de seu uso científico, sendo aprovado pelo CEP em 08/04/2019, CAAE 92339318.9.0000.0036 (Anexos 1 e 2).

Ainda por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, foi preciso que os participantes assinassem termo de consentimento (Anexo 3). O TCLE pôde ser aceito eletronicamente. Caso a pessoa aceitasse participar da pesquisa, deveria marcar a opção “SIM”, o que correspondeu à assinatura do TCLE, que poderia ser impresso se assim o participante desejasse. O envio do termo e do questionário online e do aceite do TCLE permitiu total sigilo quanto à identidade dos participantes da pesquisa, pois não houve identificação dos respondentes.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Quanto à população, Martins e Theóphilo (2009) esclarecem que é o conjunto de indivíduos que apresenta em comum determinadas características definidas para o estudo. Já a amostra é um subconjunto da população, conforme algum critério de representatividade. Nessa perspectiva, a população desta pesquisa será composta pelos discentes do curso Atendimento, ofertado pelo *Campus* Palmas do Instituto Federal do Tocantins, compreendendo como amostra os estudantes evadidos no período de 2017 e 2018 e estudantes em curso que ingressaram até o segundo semestre de 2018. E, ainda, docentes do curso e os membros da Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *campus*. O objetivo, desse modo, é a diversidade de opiniões em torno do tema em questão.

Considerando que no IFTO, *Campus* de Palmas, são ofertado dois cursos através do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade Jovens e Adultos, foram escolhidos representantes do curso de Atendimento, sendo os estudantes em curso e evadidos. A amostragem seguiu o tipo

por acessibilidade ou por conveniência que, segundo Gil (2008, p. 115) é utilizada quando “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”.

O contato com os estudantes se deu por meio da Pró-Reitoria de Ensino do IFTO, que encaminhou aos estudantes um formulário solicitando autorização para a disponibilização do endereço de e-mail para a realização da pesquisa. Obteve-se retorno de 10 (dez) estudantes evadidos e 15 (quinze) estudantes em curso, para os quais foram encaminhados questionários semiestruturados. Já o contato com os docentes e membros da CAPE ocorreu por conta da pesquisadora. Foram encaminhados questionários a 15 (quinze) docentes e a 7 (sete) membros da comissão local de permanência e êxito. Contudo, obteve-se retorno de apenas 9 (nove) docentes e 4 (quatro) membros da comissão.

3.2.1. Perfil dos docentes e membros da comissão

A caracterização dos docentes respondentes está sistematizada no quadro 1. Nesta tabela de professores, prevalece o sexo feminino com 7 (sete) representantes, contra apenas 2 (dois) do sexo masculino. Desses, 4 (quatro) já possuem doutorado, 4 (quatro) possuem mestrado e 1 (um) com especialização. Apenas 1 (um) docente não possui vínculo efetivo com o IFTO; os demais são professores efetivos com dedicação exclusiva.

Quadro 1 - Caracterização dos professores

Sexo	Formação Acadêmica	Vínculo com o IFTO
Feminino	Doutorado	Professor Dedicação Exclusiva
Feminino	Mestrado	Professor Dedicação Exclusiva
Masculino	Mestrado	Professor Dedicação Exclusiva
Feminino	Doutorado	Professor substituto - 40 horas
Feminino	Doutorado	Professor Dedicação Exclusiva
Feminino	Doutorado	Professor Dedicação Exclusiva
Feminino	Especialização	Professor Dedicação Exclusiva
Masculino	Mestrado	Professor Dedicação Exclusiva
Feminino	Mestrado	Professor Dedicação Exclusiva

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos membros da Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *Campus* Palmas, foram caracterizados como mostra o quadro 2. Em relação ao sexo, obteve-se um equilíbrio, com 2 (duas) respostas do sexo feminino e 2 (duas) do sexo masculino. No que diz respeito à formação acadêmica, 3 (três) dos respondentes possuem mestrado e apenas 1 (um) possui graduação. A maioria, 75%, são Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e apenas 25% são docentes efetivos do IFTO. Dentre os TAEs apenas 1 (um) dos membros não possui cargo ou função na gestão. Todos os respondentes possuem mais de oito anos de vínculo com a instituição.

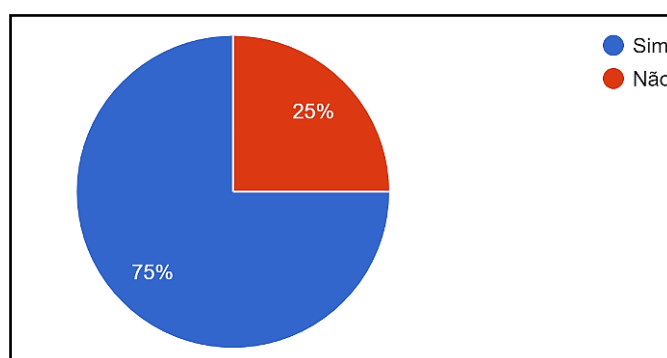
Quadro 2 - Caracterização dos membros da Comissão Local de Permanência e Êxito

Sexo	Formação Acadêmica	Vínculo com o IFTO – <i>Campus</i> Palmas
Feminino	Mestrado	TAE com cargo/função de gestão
Masculino	Mestrado	Docente com cargo/função de gestão
Feminino	Mestrado	TAE com cargo/função de gestão
Masculino	Graduação	TAE sem cargo/função de gestão

Fonte: Elaborado pela autora.

Buscou-se identificar se os pesquisados prestam atendimento direto aos estudantes dos cursos EJA/EPT, em relação ao cargo ou função que exercem no *campus*, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Atendimento direto aos estudantes, em relação ao cargo ou função

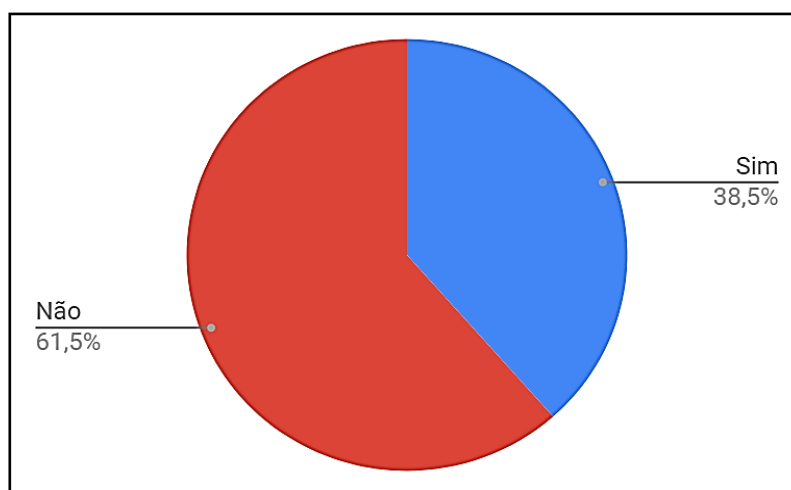


Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o gráfico podemos considerar que os 25% representam os Técnicos-administrativos em Educação, uma vez que os docentes selecionados foram aqueles que estavam atuando no curso.

Por ser um público muito específico, é fundamental uma formação centrada no atendimento desses estudantes. Diante do exposto, foram questionados se eles participaram de algum programa de capacitação Proeja, que pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Participação em programa de capacitação PROEJA



Fonte: Elaborado pela autora.

A Setec/MEC, com o objetivo de capacitar os profissionais e produzir conhecimento em relação a essa nova estrutura de cursos, de forma a viabilizar e incentivar a implantação dos cursos nas instituições ofertou cursos de pós-graduação *lato sensu* Proeja. Apesar dos cursos serem oferecidos entre os anos de 2006 a 2009, apenas 38,5% dos servidores participaram de algum desses cursos. Nesse sentido, a especialização tinha como proposta:

- (a) formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, métodos, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no PROEJA;
- (b) contribuir para implementação democrática, participativa e socialmente responsável de programas e projetos educacionais, bem como identificar na gestão democrática ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização do PROEJA;
- (c) colaborar no desenvolvimento de currículos integrados de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA, reconhecendo a avaliação como dinâmica, contínua, dialógica e participativa e, ainda, como importante

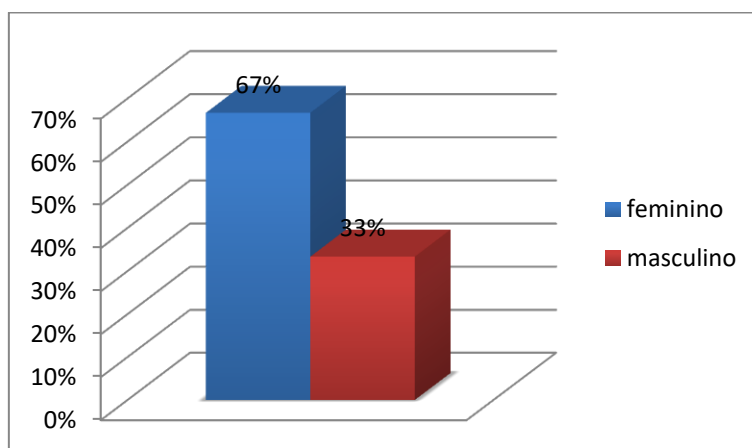
instrumento para compreensão do processo de ensino aprendizagem.

O IFTO aderiu à oferta dos cursos presenciais entre 2007 e 2009, pelo *campus* Palmas e, em 2013, foram abertas turmas para a especialização na modalidade a distância.

3.2.2. Perfil dos estudantes

No curso de Atendimento, constata-se uma predominância do sexo feminino, 67% dos estudantes são mulheres e apenas 33%, homens.

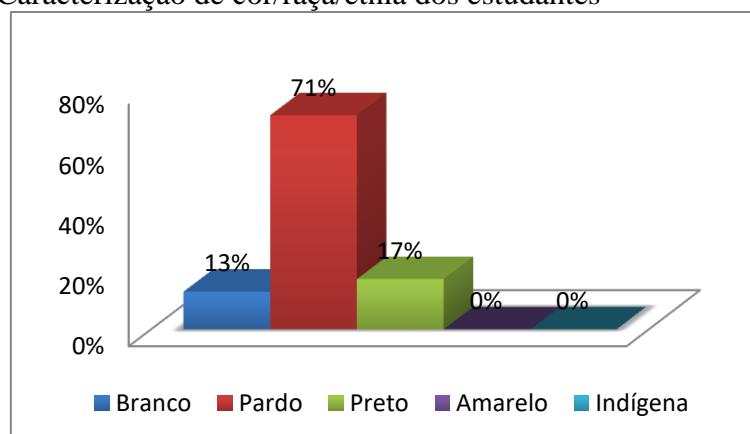
Gráfico 4 - Sexo dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto a cor/raça/etnia, a grande maioria se autodeclara pardo, representado por 71% dos respondentes. Os autodeclarados pretos foram 17%.

Gráfico 5 - Caracterização de cor/raça/etnia dos estudantes

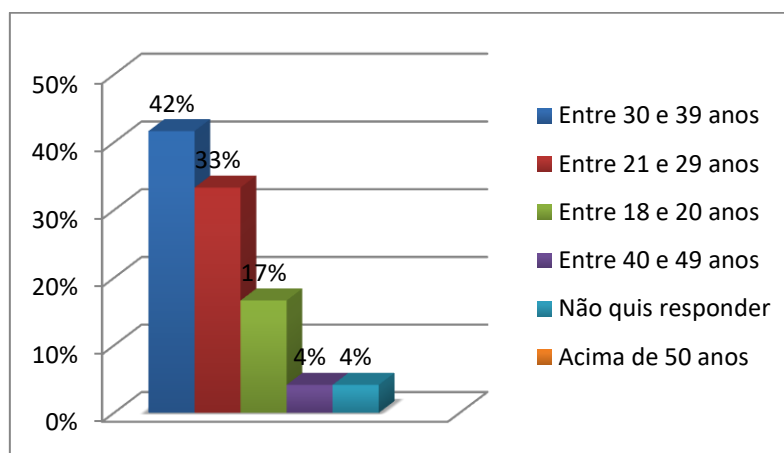


Fonte: Elaborado pela autora.

O público formado por pretos e pardos representa mais de 80%, enquanto os autodeclarados brancos representam apenas 13%. Segundo dados do IBGE, a população preta e parda ainda detém o maior percentual de analfabetismo, representando 9,3% da população de 15 anos ou mais de idade (PNAD, 2017).

Quanto à idade, 42% estão na faixa etária entre 30 a 39 anos; 33% estão entre 21 a 29; 17% possuem entre 18 a 20 anos; apenas 4% estão com faixa etária superior a 50 anos de idade e 4% não quiseram responder. Considerando a faixa etária do PNE, que tem como objetivo elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, apesar de 50% se enquadrarem nessa situação, ainda há muito que se buscar para ter equidade na educação.

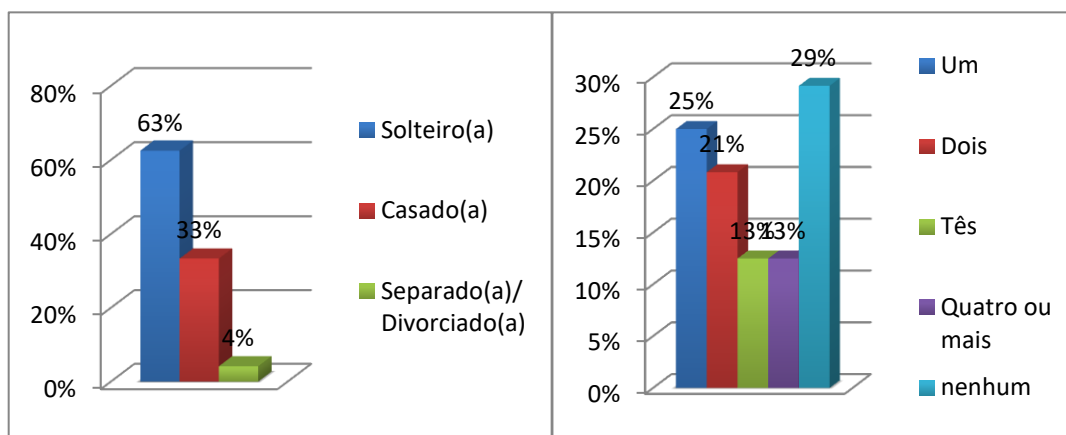
Gráfico 6 - Faixa etária dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora.

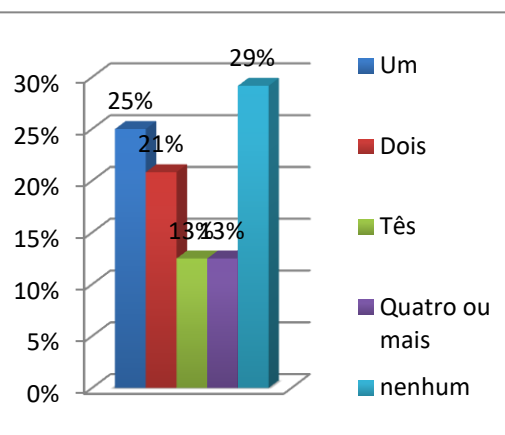
Outra questão abordada foi em relação ao estado civil, ao número de filhos e à situação socioeconômica. Apenas 27% responderam não possuir filhos. Contudo, 71% dos respondentes possuem pelo menos 1 (um) filho. Apesar de informarem possuir filhos, 63% se declararam solteiros, sendo que os casados corresponderam apenas 33% e 4% são divorciados.

Gráfico 7 - Estado civil



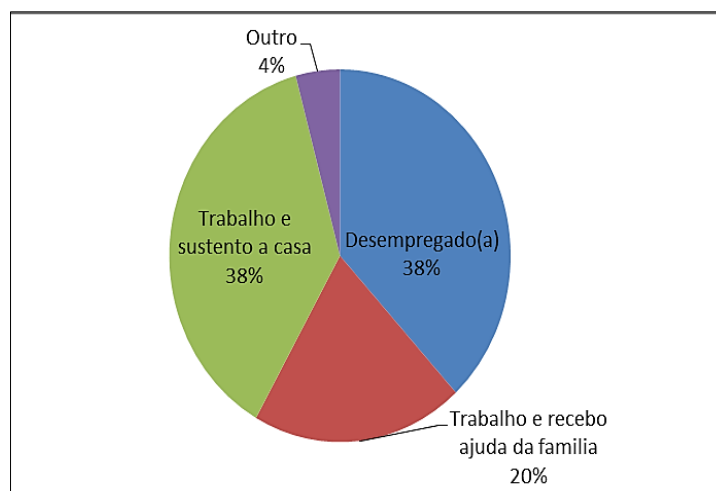
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 8 - Número de filhos



Ao se traçar a situação trabalhista e financeira, identificou-se que 38% dos estudantes estão desempregados no momento e os outros 63% trabalham e sustentam a casa ou recebem ajuda financeira de familiares para se sustentar. Considerando a estrutura familiar e financeira, 75% dos respondentes moram com os filhos, com os cônjuges ou companheiros; 21% ainda moram com os pais e somente 4% moram sozinhos.

Gráfico 9 - Situação financeira e trabalhista



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro ponto importante a ser considerado é em relação à renda: o percentual de estudantes cuja renda familiar é de até 3 (três) salários mínimos foi de 87%. Isso significa que apenas uma pequena parcela (13%) vive com uma renda superior a 3 (três) salários mínimos.

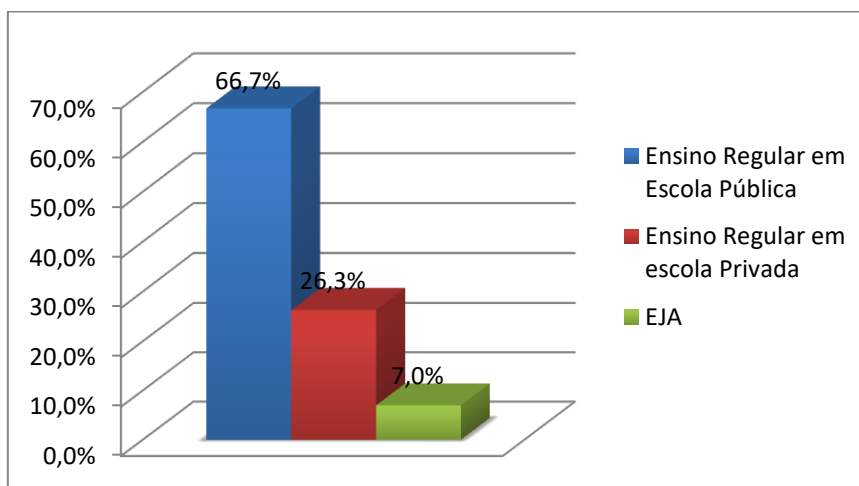
Gráfico 10 - Renda familiar



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa é uma realidade da própria população do Estado do Tocantins, onde mais de 70% da população vive com uma renda de até 3 (três) salários mínimos, conforme dados do IBGE.

Gráfico 11 - Tipo de ensino fundamental



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao tipo de instituição que concluiu o ensino fundamental, 66,7% cursaram o ensino regular em instituição pública, enquanto 7% cursaram a EJA e 26,3% fizeram o ensino regular em instituição privada.

3.3. PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa resultou como produto educacional a elaboração de um projeto denominado Observatório da Vida do Estudante em Vias de Evasão do IFTO, a ser

desenvolvido por todas as unidades da instituição, como uma das ações do Plano Estratégico Institucional de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO.

3.3.1. O Observatório da Vida dos Estudantes em Vias de Evasão do IFTO

Apresentação

A evasão é um problema de ordem nacional, que atinge todas as instituições de ensino brasileiras, nos seus níveis e modalidades de ensino. As consequências dessa evasão refletem desde alocações orçamentárias, à extinção de cursos. Para contornar essa situação, muitas instituições buscam alternativas para viabilizar a permanência e a saída com êxito de seus estudantes. Na Rede Federal, essa prática foi intensificada após a aprovação do Programa de Permanência e Êxito (PPE) pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover ações para a permanência e êxito dos estudantes em suas instituições de ensino. As ações iniciaram com o Grupo de Trabalho (GT) formado com o objetivo de diagnosticar os índices de evasão e retenção nas instituições que compõem a Rede Federal. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) ficou responsável, inclusive, pela elaboração de um manual de orientação para o combate à retenção e evasão na Rede Federal de Ensino.

Identificar os fatores influenciadores para os altos índices de evasão é fundamental, para que as instituições busquem ações viabilizadoras que permitam o acesso e prosseguimento dos estudos dos discentes que ingressam em seus cursos, fazendo com que possam concluir o curso com êxito. Diante do exposto, percebe-se que é necessário compreender e interferir nesse processo e, a partir desse levantamento de dados, buscar estratégias para manter os alunos vinculados ao curso até a sua completa formação.

Problema

Quais os fatores que podem levar um estudante a abandonar o curso antes de concluir o seu processo formativo? Qual a percepção dos estudantes em relação aos cursos e à instituição? Qual o perfil desse estudante em vias de evasão?

Justificativa

Há fatores que fazem com que o estudante não consiga cumprir o percurso formativo no tempo adequado ou que conduzem ao abandono, podendo ser de ordem individual, interna e/ou externas às instituições. Dessa forma, a escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionado por características individuais, por fatores sociais e familiares, por característica do sistema escolar e por grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (FINI; DORE; LUSCHER, 2013).

A preocupação com a evasão e a retenção, para as instituições que compõem a Rede Federal, ficou evidente com a divulgação do Acórdão n.º 506/2013, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme o documento, a Rede Federal deveria elaborar um plano estratégico voltado para o combate à evasão e à retenção em seus cursos, que contemplasse:

- a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.); [...] d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores; (BRASIL, 2013, p. 1).

Com intenção de dar andamento à recomendação do TCU, em 2013, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) com a incumbência de elaborar os relatórios sobre evasão, retenção e conclusão para os cursos ofertados pelas instituições da Rede Federal de Ensino. O GT foi instituído através da Portaria SETEC/MEC nº 39 de 22/11/13. A proposta era elaborar um manual orientador para combate à evasão e à retenção, identificando suas causas e buscando soluções a serem praticadas pelas instituições a fim de minimizarem os casos de abandono e repetência em seus cursos.

A intenção de se investigar o fenômeno da evasão escolar deve-se em virtude de buscar entender, também, os fatores que levam à permanência escolar. Segundo a Plataforma Nilo Peçanha, em 2017, 23,3% dos alunos matriculados na Rede Federal abandonaram os estudos. No Instituto Federal do Tocantins (IFTO), esse índice alcançou 27,6% das matrículas.

Nesta perspectiva, é fundamental que as instituições conheçam e identifiquem a movimentação de estudantes vinculados a seus cursos, para que possam formular estratégias voltadas para prevenção da evasão. Diante disso, o IFTO busca “identificar os discentes com baixo rendimento e em risco de evasão, [...] e realizar ações integradas com a equipe de Ensino da Instituição, prevenindo as situações de retenção e minimizando a evasão”. (IFTO, 2014, p. 139).

Objetivos

Geral

Mapear informações da vida do estudante em vias de evasão e, em um segundo momento, desenvolver ações de intervenção para viabilizar a permanência, o êxito dos estudantes do IFTO.

Específicos

1. Mapear os períodos de renovação de matrícula em cada unidade;
2. Mapear as informações, através de relatórios do sistema acadêmico, dos estudantes em vias de evasão, isto é, estudantes com situação "matriculado" e estudantes infrequentes;
3. Coletar informações, por meio de contato telefônico e/ou questionários, dos estudantes que não realizaram a renovação de matrícula no prazo estabelecido, de acordo com os calendários escolares/acadêmicos das unidades do IFTO;
4. Traçar o perfil dos estudantes que poderiam abandonar o curso no IFTO e sua trajetória dentro da educação profissional e tecnológica;
5. Realizar o mapeamento socioeconômico dos estudantes em vias de evasão;
6. Realizar pesquisa e análise quantitativa e qualitativa dos fatores que influenciam a evasão escolar no IFTO;

Metodologia

A consecução dos objetivos explicitados dar-se-á a partir do desenvolvimento, da análise e da sistematização de pesquisas que traçam o perfil dos

estudantes; das causas para que os estudantes não realizem a renovação de matrícula dentro do prazo estipulado em calendário e do mapeamento das causas da evasão. Tais pesquisas assumem as seguintes dimensões: caracterização socioeconômica e acompanhamento do desempenho acadêmico. Para isso, a metodologia a ser utilizada nesse projeto contempla: reuniões com as Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito; reuniões com os setores de ensino, pesquisa, extensão; reuniões com setores responsáveis pelos assuntos estudantis (psicólogos, assistentes sociais, equipe multiprofissional etc.). As reuniões podem ocorrer de forma presencial ou por videoconferência.

A proposta será realizada nas seguintes etapas:

1. Realização da Pesquisa: mapeamento dos prazos de renovação de matrícula dos *campi*;
2. Realização da Pesquisa: mapeamento do perfil dos estudantes em vias de evasão e sua trajetória dentro da instituição, levantados pelo sistema acadêmico e SISTEC;
3. Realização da Pesquisa: contatar os estudantes que deixaram de renovar a matrícula dentro do prazo estabelecido no calendário escolar/acadêmico, para mapeamento dos motivos, por meio de contato telefônico e/ou questionários;
4. Tabulação e sistematização dos dados coletados;
5. Análise dos dados: análise qualitativa e quantitativa dos dados.
6. Produção de relatórios estatísticos;

Público-alvo

São público-alvo deste projeto os estudantes em vias de evasão, entendido como aqueles que atingiram o percentual de ausências permitidas na legislação brasileira e os estudantes que deixaram de solicitar a renovação de matrícula em prazo definido em calendário escolar da unidade.

Para contatar os estudantes infrequentes, as comissões locais poderão realizar levantamento e monitoramento durante todo ano ou semestre letivo. Contudo, em se tratando de estudantes que não solicitaram renovação de matrícula, as Comissões Locais terão 15 (quinze) dias, após o prazo final do período de renovação de matrícula, para manter contato, possibilitando ao estudante requerer a matrícula fora do prazo e retornar às atividades escolares e/ou acadêmicas. Após o prazo de 20 dias

do período de renovação de matrícula, o sistema acadêmico altera a situação de matrícula desses estudantes para “evadido”.

Responsáveis

Os responsáveis e as ações que deverão ser executadas consta do quadro a seguir:

Quadro 3 - Responsáveis e ações do Observatório de Vida dos Estudantes em Vias de Evasão

Responsável	Ação
Comissão Geral de Acesso, Permanência e Êxito do IFTO	Planejar, desenvolver, orientar e coordenar a execução das atividades.
Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito do IFTO	Realizar os levantamentos, conduzir a pesquisa em sua unidade e produzir relatórios.
Setores de Registros Escolares das unidades do IFTO	Realizar o levantamento dos estudantes em vias de evasão.
Gerências/Diretorias de Ensino	Coordenar e supervisionar as atividades na unidade
Direções-gerais e direções das unidades	Coordenar e supervisionar as atividades na unidade.
Setores de Assistência ao Estudante (Psicologia, Assistência Social, equipe multiprofissional)	Coordenar a execução das atividades e realização de visitas, caso necessário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Recursos Necessários

- **Organizacional:** espaço físico para realização de reuniões presenciais; internet para reuniões a distância (via webconferência) e aplicação do instrumento de dados; elaboração do material de coleta de dados; telefone para contatar os estudantes;
- **Político:** mobilização social e articulação interunidade e intersetorial;
- **Financeiro:** aquisição de materiais de divulgação; pagamentos de diárias para os participantes em reuniões presenciais, caso necessário.

Resultados Esperados

Presume-se que o IFTO possua condições necessárias que venham a contribuir com a diminuição das causas da evasão, por meio da implantação e desenvolvimento do Observatório de Vida dos Estudantes em Vias de Evasão. Com

base na implementação desse observatório, espera-se identificar os fatores associados à evasão, bem como conhecer o perfil dos estudantes vinculados à instituição, viabilizando a permanência e o êxito escolar.

3.3.2. Síntese das atividades desenvolvidas

A proposta do Observatório da Vida do Estudante em Vias de Evasão do IFTO foi apresentada à Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito do IFTO no dia 06 de maio de 2019, que contou com a presença dos membros instituídos pela Portaria n.º 687/2018/REI/IFTO, de 13 de junho de 2018. A proposta inicial ficou disponível aos membros da comissão central para contribuições durante 15 dias. Após esse prazo, as sugestões apresentadas foram analisadas e incluídas no projeto, para ser apresentado às comissões locais.

Figura 2 - Nota oficial no Instagram³ do IFTO



Fonte: Página oficial do IFTO no Instagram.

³ Disponível em <<https://www.instagram.com/ifto.official/>> Acesso em 01 set. 2019.

Figura 3 - Membros da Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito, durante a reunião do dia 06/05/2019.



Fonte: (Foto: Reprodução/Instagram)

No dia 18 de junho, foi realizada a primeira reunião com os presidentes das comissões locais para apresentação da minuta do Plano Estratégico e do Observatório. Durante a reunião os presidentes das comissões locais das unidades puderam apresentar contribuições para melhor adequação da proposta, com vistas à realidade das unidades.

As principais contribuições se deram em relação aos responsáveis pelas ações nas unidades, como inclusão dos setores responsáveis pela assistência estudantil: setor de psicologia, assistência social, equipe multiprofissional, entre outras. Além disso, a necessidade de as direções-gerais e as Gerências e/ou Direções de Ensino acompanharem a execução das atividades, dando assistência ao andamento e suporte na execução do projeto.

Figura 4 - Reunião com os presidentes e membros das comissões locais das unidades do IFTO.



Fonte: DICOM IFTO, 2019.

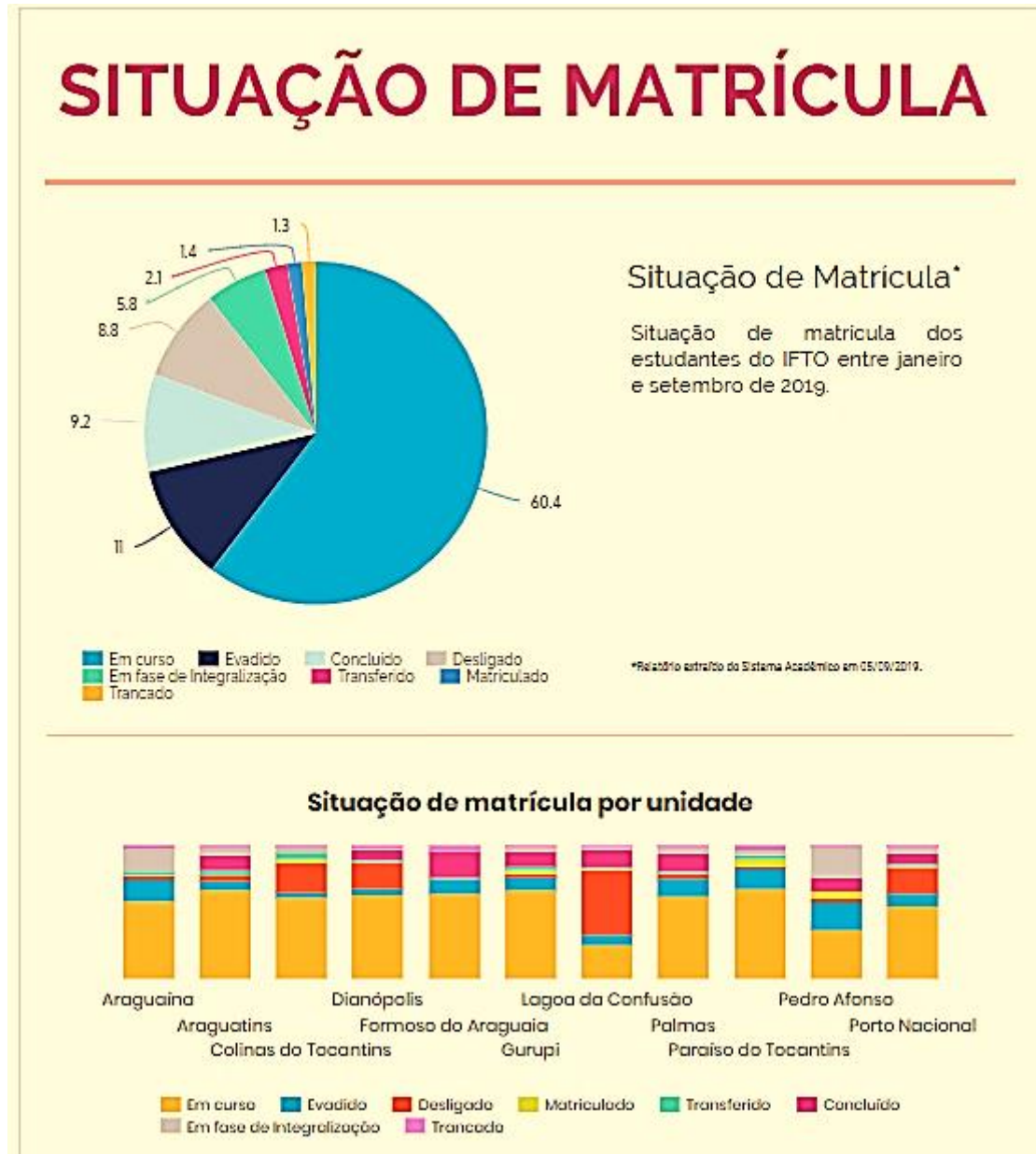
Em razão da mudança da presidência da Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito, houve atraso para início das atividades e para aprovação dos instrumentos de pesquisa a serem utilizados para o levantamento dos dados, no caso, dos questionários que seriam utilizados na pesquisa. Neste sentido, as etapas que puderam ser desenvolvidas foram: levantamento do período de renovação de matrícula dos *campi*, levantamento da quantidade de alunos que deixaram de solicitar a renovação de matrícula e elaboração relatório das situações de matrícula dos estudantes.

A primeira etapa consistiu no levantamento dos períodos de renovação de matrícula dos cursos técnicos e graduações, referente ao segundo semestre de 2019. Como cada unidade é responsável por elaborar seu calendário escolar/acadêmico. Contudo os calendários são homologados pelas diretorias de Ensino Básico e Técnico e de Graduação, ligadas à Pró-Reitoria de Ensino. Depois de homologado os

calendários devem ser publicados na página de cada unidade, para conhecimento da comunidade interna e externa.

A segunda etapa correspondeu ao levantamento das situações dos estudantes no sistema acadêmico, conforme pode ser observado a seguir:

Figura 5 - Situação de matrícula dos estudantes do IFTO, com base no Sistema Acadêmico.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos dados apresentados, caberá às comissões locais, a aplicação dos instrumentos de pesquisa aos estudantes em vias de evasão.

3.4. CONTRIBUIÇÕES

Artigo 1 – A EVASÃO ESCOLAR NO IFTO: um olhar sobre o PROEJA

Autores: Rayce Cristina Monteiro Parente e Jussara de Fátima Alves Campos
Oliveira

Publicado: Caderno de resumos do V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e IV Workshop Nacional de Educação Profissional e Evasão Escolar.



TCU. O Acórdão recomendou à Rede Federal, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a elaboração de um plano voltado para o combate à evasão que contemplasse:

- a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão;
- b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.); [...]
- d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores; (BRASIL, 2013, p. 1).

Ainda em 2013, foi criado o Grupo de Trabalho com a incumbência de elaborar os relatórios sobre evasão, retenção e conclusão para os cursos da Rede Federal de Ensino, através da Portaria SETEC/MEC nº 39 de 22/11/13. Além de realizar esse estudo, a portaria propunha a elaboração de um manual orientador para combate à evasão e retenção, identificando suas causas e buscando soluções a serem praticadas pelas instituições, a fim de minimizarem os casos de abandono e repetência em seus cursos, levando em consideração as especificidades de cada instituição que a compõe.

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional. (BRASIL, 2013, p. 26)

Em 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou um levantamento em relação à evasão e à retenção nas instituições que compõem a Rede Federal, nas quais detectaram o alto índice, mais de 49%, considerando apenas cursos técnicos de nível médio. A partir desses dados, o TCU fez recomendações à SETEC para que se elaborassem estratégias para solucionar o problema da evasão na Rede Federal. Assim, o IFTO elaborou um planejamento estratégico com o objetivo de possibilitar a permanência e êxito de seus estudantes na instituição.

Atendendo à Portaria nº 23 de 10 de julho de 2015, foi instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes da Rede Federal. A Comissão foi criada com o intuito de auxiliar as instituições na elaboração de Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. No mesmo ano, foram publicadas a Nota Técnica nº. 282/2015 e Nota Informativa nº. 138/2015, que detêm orientações para a elaboração e implementação dos planos estratégicos. Diante dessa realidade, o Instituto Federal do Tocantins criou a Comissão de Superação da Evasão e Retenção, estabelecida pela Portaria nº 471/2015/REITORIA/IFTO.

[...] indica-se que cada instituição da Rede Federal elabore e desenvolva um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. As metas e as ações desse plano deverão estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados no relatório anual de gestão institucional. Com base nesses documentos e de ações próprias de supervisão, a SETEC/MEC deverá realizar o acompanhamento das ações implementadas e da evolução das taxas de evasão, retenção e conclusão de cada instituição. (BRASIL, 2014, p. 29, grifo no original)

A Comissão ficou responsável pela construção do Plano Estratégico de Ações para Permanência e Êxito dos Estudantes no âmbito do Instituto Federal do Tocantins. O documento teve objetivo de, além de fazer o diagnóstico institucional sobre a permanência e êxito, diagnosticar qualitativa e quantitativamente os motivos que levam à evasão, e propor metas a fim de contribuir para a permanência dos alunos.

O trabalho da comissão do IFTO iniciou em 2015, com a instituição das comissões locais em cada unidade, *campus* e *campus* avançado, e uma comissão geral, composta por representantes dos gestores, equipe técnico-pedagógica, estudantes, egressos e pais, com atribuições de:

[...] coordenar a elaboração e a avaliação do plano de permanência e êxito; zelar pelo cumprimento das ações e das metas previstas no plano de permanência e êxito; zelar pela correta informação e manutenção dos dados acadêmicos; realizar ações que promovam o diagnóstico de indicadores quantitativos e qualitativos de acesso, permanência e êxito, e inserção socioprofissional; realizar ações que promovam a avaliação das metas e das ações previstas no plano de permanência e êxito; elaborar relato das atividades



de acompanhamento das ações de permanência e êxito desenvolvidas, para constar no relatório de gestão anual; dar publicidade às ações de forma eletrônica ou outros meios. (IFTO, 2017, p. 11-12)

Ao elaborar seu planejamento estratégico, o IFTO buscou analisar a realidade de cada um de seus *campi*, seus problemas e desafios para combater a evasão em seus diversos cursos. A partir da elaboração do Planejamento Estratégico de Permanência e Êxito, o IFTO realizou debates em todos os seus *campi* que resultaram na elaboração do plano de ação para alcançar as metas do planejamento estratégico realizado.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado pelo Decreto nº 5.478/2005, com o objetivo de atender as demandas sociais pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, pelas instituições federais de educação tecnológica, que atendessem jovens e adultos, que em geral são excluídos (MEC, 2007). Azevedo e Tavares (2015) assim ressaltam:

Tendo como objetivo se constituir em uma política de inclusão social emancipatória, parte da compreensão de que a escola é um locus integrante e atuante nas dinâmicas sociais, devendo contribuir para o desenvolvimento das vocações produtivas e das potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental. (AZEVEDO; TAVARES, 2015, 111)

Os cursos, segundo o decreto, poderiam ocorrer como formação inicial ou continuada, ou ainda, formação técnica de nível médio. Para tanto, os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no âmbito do PROEJA, deveriam ser ofertados em, no máximo, 1.600 horas, levando em consideração a formação geral e específica. Já para cursos de educação profissional técnica de nível médio, a carga horária máxima deveria ser de 2.000 horas, devendo respeitar a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica (BRASIL, 2005). Coutado, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ressaltam que a limitação de carga horária dos cursos é o mesmo que limitar a formação dos jovens e adultos trabalhadores.

Com a necessidade de ampliação do Programa, em 2006, o governo revogou o Decreto nº 5.478/2005, com a publicação do Decreto nº 5.840/2006. As mudanças foram motivadas, principalmente, por questionamentos sociais quanto à abrangência e atendimento. Outras mudanças se deram em relação ao nível de ensino (fundamental e médio), forma de articulação (integrado ou concomitante) e instituições ofertantes, permitindo outras instituições, não pertencentes à Rede Federal, oferecerem cursos PROEJA. Com isso, visava à universalização da educação básica, principalmente, o atendimento aos jovens e adultos que interromperam as trajetórias escolares (MEC, 2007).

Essas modificações implicaram, inclusive, na denominação do programa, passando a ser chamado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos, cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (BRASIL, 2007).

Esse decreto evidenciava a importância do aluno no processo ensino-aprendizagem, a contextualização dos conceitos e conteúdos desenvolvidos. Além disso, o decreto reconhecia os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos educandos por meios informais, adquiridos nas experiências de suas vidas. Apesar de o PROEJA ter sido criado com o objetivo de aumentar a escolarização do trabalhador, sua implementação não alcança todos os fins propostos, assim como descreve Moura e Henrique (2012):

Vários aspectos contribuem para um quadro preocupante, dentre eles: a falta de processos sistemáticos de formação continuada dos docentes; a ausência de discussões mais qualificadas no interior das instituições acerca da concepção do EMI e da implantação do Programa; a forma impositiva como esse Programa



entrou em vigor; os elevados índices de evasão; e uma visão elitista de parte dos profissionais que integram a rede federal, os quais vinculam a entrada do público da EJA nessas instituições a uma ameaça à qualidade do ensino ali existente. Dessa forma, esse conjunto de fatores está contribuindo significativamente para que haja uma parcial rejeição ao Programa no interior da rede, reforçando a visão preconceituosa em direção aos seus sujeitos. (Moura, Henriques, 2012, p. 121)

A oferta do PROEJA, nos moldes da integração ensino médio e educação profissional, vem pagar uma dívida social que temos com os mais prementes, a qual foi gerada por um modelo de desenvolvimento que não promove a justiça social. Precisam-se buscar estratégias e implantar políticas públicas que promovam mudanças para superação das desigualdades socioeducacionais, universalizando assim a educação básica.

Há necessidade de buscar estratégias para que este programa supere as dificuldades encontradas até hoje, sendo necessário monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados, buscando sempre a capacitação dos profissionais envolvidos no processo educacional, controle da evasão e aumento significativo do êxito dos cursos ofertados pelas instituições. É necessário levar em consideração as características dos alunos, valorização de suas histórias e reconhecer suas necessidades para que não haja desmotivação, desistências ao longo do percurso escolar.

3 A EVASÃO NO ÂMBITO DO IFTO

O quadro educacional brasileiro é ainda bastante insatisfatório. Sabemos que o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino público, pois as causas e consequências da evasão e repetência escolar estão ligadas a fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e outros.

Dore e Lüscher (2011) ressaltam que a evasão pode se dar na forma de repetência ou de saída sem êxito, que ocorre na forma de desligamento, transferência ou a desistência do curso. Ao analisar os casos de evasão e retenção nas instituições de ensino brasileiras, deparamo-nos com dados inquietantes. Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2016, 18,5% dos estudantes matriculados na educação básica reprovaram ou abandonaram os estudos. Esse “fracasso escolar” reflete negativamente para as instituições, inclusive financeiramente, já que há influenciam na alocação de recursos.

O conceito de evasão a ser utilizado será em conformidade com o descrito na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC, onde, entende-se que a evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, ocorrendo na forma de: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa. Cabe observar que, a escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionado por características individuais, por fatores sociais e familiares, por característica do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (DORE, 2013).

Segundo Ferreira (2010), a decisão de permanecer estudando é subjetiva ao indivíduo, podendo ocorrer por diversas causas, mas, em geral são cumulativas. Para o autor, “[...] a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola” (FERREIRA, 2010, p. 3). A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola tem relação direta com o sucesso escolar.

Fini, Dore e Lüscher (2013) referem-se à permanência e êxito como a oportunidade do acesso, viabilizada tanto na oportunidade de ingresso como nas condições oferecidas para a permanência do estudante até a conclusão do nível escolar em que se encontra. Seguindo essa linha de raciocínio, Ferraz (2015) ressalta que:

Uma escola eficaz é aquela em que o maior número possível de estudantes consegue obter um bom desempenho acadêmico, ou seja, a capacidade que têm as instituições de ensino de influenciar no desenvolvimento dos estudantes mais do que seria esperado, levando em consideração a realidade social, cultural e econômica. Esse conceito diz respeito a uma escola de qualidade promotora da equidade, que tem como foco a educação como direito público subjetivo e como um direito humano. Ela é inclusiva quando considera as subjetividades dos seus estudantes e consegue atender às suas necessidades. (FERRAZ, 2015, p. 19)



A evasão escolar é um problema presente no sistema educacional brasileiro em todas as suas modalidades, atingindo desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior. Essa também é uma realidade que atinge a educação profissional. Segundo Dore e Lüscher (2011), é necessário identificar em qual desses níveis a evasão ocorre, pois as causas são diferentes em cada um deles, ou seja, são distintas para adultos, jovens e crianças. Conforme as autoras, a evasão no Ensino Técnico é um processo social que demanda ações complexas de prevenção e acompanhamento e identificam a necessidade de políticas públicas que favoreçam a permanência na escola.

As autoras complementam que às dificuldades conceituais para identificar as principais causas de evasão estudantil no ensino técnico somam-se as dificuldades existentes no campo empírico. Assim, quando se trata, especificamente, das pesquisas sobre evasão escolar do PROEJA nos cursos técnicos de nível médio, a questão torna-se ainda mais complexa dada a dificuldade de se encontrar publicações que apresentem estudos sistematizados, com dados estatísticos dos órgãos especializados nesse tipo de pesquisa.

São vários os indicadores da evasão escolar no PROEJA, como: a incompatibilidade entre trabalho e horário dos cursos ofertados; inadequações do currículo; dificuldades com os conteúdos curriculares; formação de professores; transporte; fatores socioeconômicos; questões familiares e reprovação/repetência. Ante essa diversidade de implicações, a Evasão escolar é uma questão complexa e é realidade nas várias modalidades e níveis de ensino e não se restringe unicamente à EJA, apesar de se ter índices bem mais expressivos nessa modalidade de ensino. Nesse aspecto, Arroyo (2002) considera que:

Notadamente, a educação brasileira, desde sua gênese, é marcada pelas inferências motivadas pelo processo de exclusão. Portanto, a evasão escolar no PROEJA está relacionada a várias razões que se comunicam com múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e ainda referente à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores. (ARROYO, 2002, p. 37)

Saviani (2007) destaca que o fato das escolas não levar em conta a origem socioeconômica e cultural dos educandos, impondo programas e currículos fora da realidade dos mesmos, pode-se considerar uma das causas da evasão escolar. Dessa forma, é importante que a escola busque a realidade vivida pelos educandos como forma de atraí-los e motivá-los para a aprendizagem e frequência às aulas. Resta evidente que as causas da evasão abrangem questões pessoais, sociais, econômicas, culturais e aquelas relativas à instituição de ensino.

A figura 1 mostra as taxas relativas à evasão, à retenção e às matrículas (taxa de permanência) nos cursos ofertados pelo IFTO ao longo dos anos de 2011 a 2014.

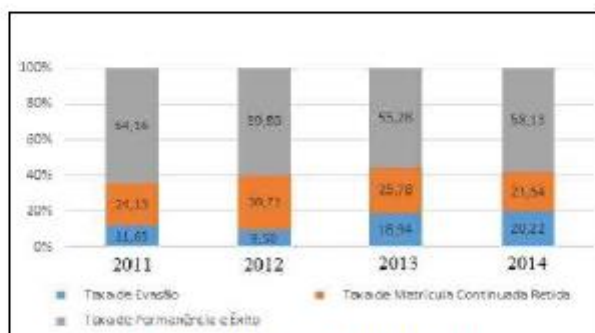


Figura 1 - Taxas gerais IFTO 2011 a 2014
Fonte: IFTO, 2017.

As taxas de evasão de 2011 a 2014 tiveram uma oscilação, demonstrando um processo de crescimento ao longo dos anos de 2013 e 2014. Em relação aos motivos apresentados pelos alunos evadidos pesquisados para o abandono do curso, apresentados na Figura 2, consideraram-se apenas as respostas que foram marcadas com “concordo totalmente”.

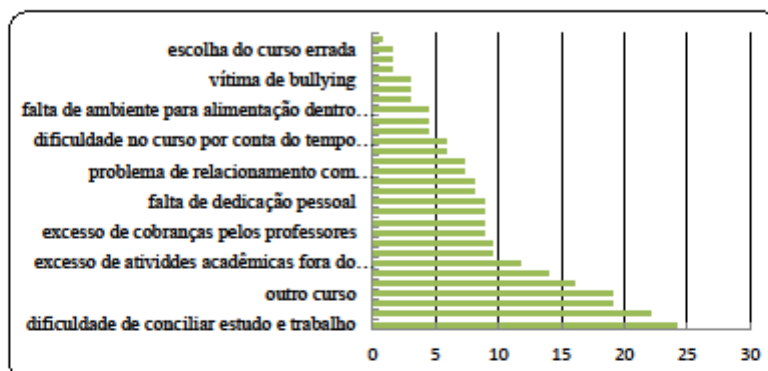


Figura 2 - Causas da evasão

Fonte: IFTO, 2017.

Nota-se que o desinteresse pelos estudos foi um dos motivos menos relatado pelos pesquisados, representando menos de 1% dos respondentes. Em relação aos cursos de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional na modalidade PROEJA, ao longo dos anos de 2014 a 2017, o IFTO vem enfrentando dificuldades para o preenchimento das vagas e conclusão dos alunos que iniciam esses cursos. Observa-se, na Figura 3, que ao longo desses anos, foram ofertadas mais de 800 vagas para cursos de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, foram preenchidas por cerca de 50% das vagas, sendo que, aproximadamente, 75% desses alunos matriculados não concluíram com êxito seus cursos.

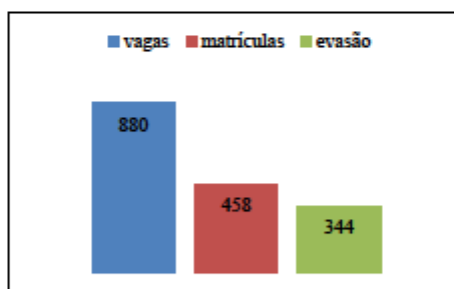


Figura 3 - Dados Cursos PROEJA 2014 a 2017

Fonte: Dados elaborados a partir dos dados da SETEC.

Mapear as causas da evasão e propor mecanismos para o acesso, permanência e êxito é fundamental para a proposição e efetivação de uma educação de qualidade, capaz de atender todos os alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino.

4 METODOLOGIA

A produção dos dados se deu a partir de procedimentos de pesquisa quanti-qualitativa, por meio de formulários *online*, cujo objetivo foi identificar as principais causas da evasão e retenção. Os questionários foram encaminhados pela CAPEE-IFTO a egressos, discentes, docentes e servidores técnico-administrativos que trabalhavam, diretamente, nas ações de ensino. Foram pesquisados mais de 3.000 estudantes, regularmente



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal**. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf>. Acesso em: 28 out 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013**, de 22 de novembro de 2013. Instinui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 22 de novembro de 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário**, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jun. 2006. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 138/2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=32151>>. Acesso em: 15 out 2017.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

FARIA, Débora Sá; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do PROEJA. **HOLOS**, v. 4, 2015.

FERRAZ, Maria do Carmo Gomes. **Exclusão na escola no contexto das políticas afirmativas: reprovação e evasão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - campus de Barreiras sob o olhar dos atores envolvidos no processo**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2015.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Evasão escolar**. Promotoria de Justiça de São Paulo, 2010.

FINI, Roberto; DORE, Rosemary Heumans; LUSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In.: CUNHA, Deisy Moreira et al. **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

IFTO, Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO 2016-2017**. Palmas, TO, 2017.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, AL S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, v. 2, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, Editores Associados, 2007.



Fonte: PARENTE e OLIVEIRA (2019).

CAPÍTULO 4 - EVASÃO ESCOLAR E A EJA/EPT: ACHADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados dos questionários encaminhados aos estudantes (matriculados e evadidos), aos docentes que ministram aulas no curso de Atendimento e aos membros da Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *Campus* Palmas.

Os questionários encaminhados aos estudantes tiveram como objetivo traçar o perfil socioeconômico, identificar os fatores que os levaram a escolher o curso de Atendimento, bem como sobre os fatores condicionantes à evasão. Já os questionários dos docentes e membros da comissão tiveram o objetivo de identificar as ações para o público da EJA/EPT, com o intuito de viabilizar a permanência nos cursos, diminuindo, assim, os índices de evasão.

4.1. FATORES QUE DESPERTAM O INTERESSE E A PERMANÊNCIA NO CURSO: O OLHAR DOS ESTUDANTES

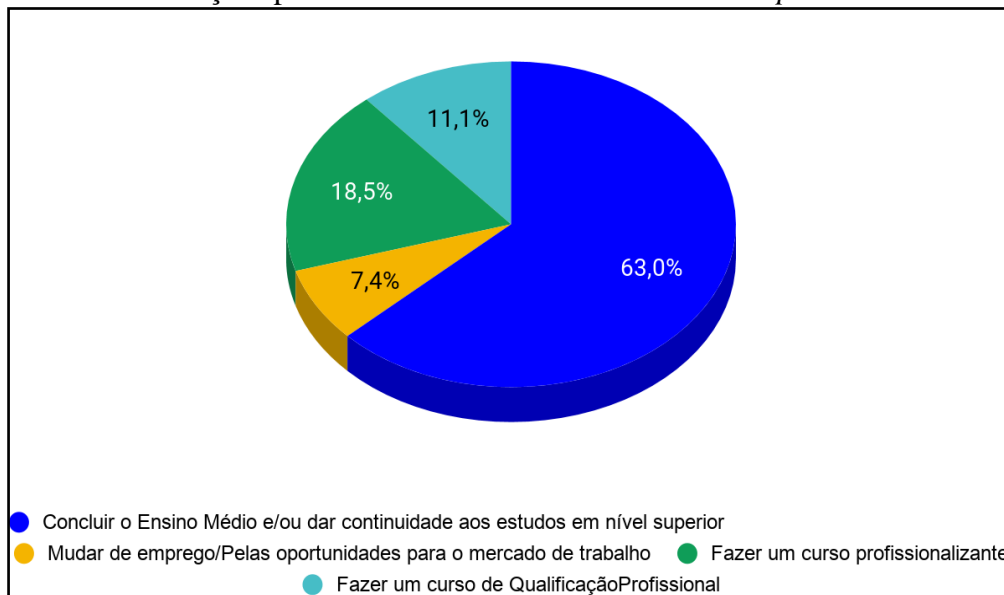
A pesquisa mostrou que a grande maioria dos estudantes optou espontaneamente pelo curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA (88,9%). Aqueles que informaram que não optaram espontaneamente, 11,1% escolheram o curso em virtude de não identificação com o outro curso ofertado no *campus*, a saber, o curso de Manutenção e Operação de Computadores.

Muitos estudantes optam pela EJA/EPT para concluir o ensino médio e ter possibilidade de se qualificar profissionalmente, podendo assim, seguir a vida acadêmica em nível superior. Ao longo do tempo, a EJA/EPT poderá assumir outros papéis como ressaltam Moura e Henrique (2012, p. 116)

[...] em vez de se destinar à formação inicial, poderá centrar-se na formação continuada da classe trabalhadora e, portanto, na capacitação com vistas ao exercício de atividades mais complexas dentre as profissões técnicas de nível médio e, inclusive, como forma de contribuir para o acesso à educação superior.

Retoma-se a discussão sobre os motivos que despertam o interesse no curso, principalmente, considerando que o principal apontado pelos estudantes foi “para concluir o ensino médio e/ou dar continuidade aos estudos em nível superior”, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 12 - Motivações para se matricular no PROEJA do *Campus Palmas* - IFTO



Fonte: Elaborado pela autora.

Fornari (2010, p. 117) adverte que:

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, [...] muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à posição social. [...] Essa influência não aparece apenas no momento mesmo da escolha de um curso superior. Aparece no decorrer de todo o processo, ou seja, na postura assumida [...] diante do que consideram importantes ou não [...] no que se refere à educação.

Nota-se que grande parte dos estudantes pretende continuar os estudos de nível superior, representando 63% dos respondentes. Isso pode se dar em virtude da faixa etária dos respondentes, entre 18 e 39 anos de idade, considerando assim, um público jovem. Outro fator relatado foi a obtenção de certificação profissional permitida pela qualificação que o habilita a atuar na área de formação. Dos estudantes respondentes, 80% disseram que pretendem exercer a profissão após a conclusão do curso, ressaltando a necessidade desses cursos estarem alinhados às necessidades locais e regionais.

A formação de jovens e adultos conforme a proposta do PROEJA só se justifica pela possibilidade de inserção laboral e da inclusão social dos coletivos excluídos que retornam à escola. Essa, portanto, deve proporcionar-lhes uma formação que não esteja centrada exclusivamente no mercado de trabalho, mas no pleno desenvolvimento humano e no exercício da cidadania. (FARIA; MOURA, 2015, p. 162)

Em média, os estudantes do curso de Atendimento Integrado a Educação Profissional na Modalidade EJA do *Campus* Palmas ficaram cinco anos afastados da escola. Assim, por essa razão, os estudantes da EJA podem, no decorrer do curso, mais uma vez se afastarem do sistema educacional. Diante disso, foi questionado aos estudantes que permanecem matriculados se já tinham cogitado a possibilidade de abandonar o curso: 66% afirmaram que já tiveram a intenção de abandonar, mas permanecerem, principalmente, pela vontade de concluir o ensino médio. Além disso, as respostas também foram em relação: à vontade de ingressar em nível superior; à possibilidade conseguir um emprego; à força de vontade e motivação pessoal em concluir o curso; à capacidade de aprender; à qualidade do ensino; à chance de estudar no IFTO e aos docentes da instituição.

Assim, o PROEJA, integrando a educação profissional aos ensinos fundamental e médio, etapas da educação básica, pretende possibilitar aos jovens e adultos a apropriação de saberes científico-tecnológicos complementados por uma formação cidadã, para qualificada (re)inserção no mundo do trabalho, a ampliação de escolarização e melhor integração socioeconômica, política e cultura. (Silva e Sá, 2016, p. 380-381)

Vemos pelas respostas dos estudantes que a força de vontade é determinante para permanência no curso. Aliado a isso, também temos como referência o próprio ensino ofertado pelo IFTO e os profissionais, fazendo com que esses estudantes busquem ingressar nessa instituição.

4.2. FATORES CONDICIONANTES A EVASÃO

A busca pela qualidade da educação perpassa pela eficiência e pela eficácia de uma instituição de ensino. Por sua vez, a busca pela eficiência e eficácia tem sido um desafio para muitas instituições, considerando a grande quantidade de estudantes que

abandonam os cursos antes de sua conclusão. Fini, Dore e Luscher (2013, p. 247) afirmam:

A eficiência da escola diz respeito à relação insumo-produto e resulta de um cálculo econômico que associa o desempenho escolar a uma medida de qualidade. Já a eficácia, relaciona-se à capacidade de cada escola produzir os resultados dela esperados, sob uma medida que procura associar o desempenho do estudante à qualidade dos processos internos à instituição escolar.

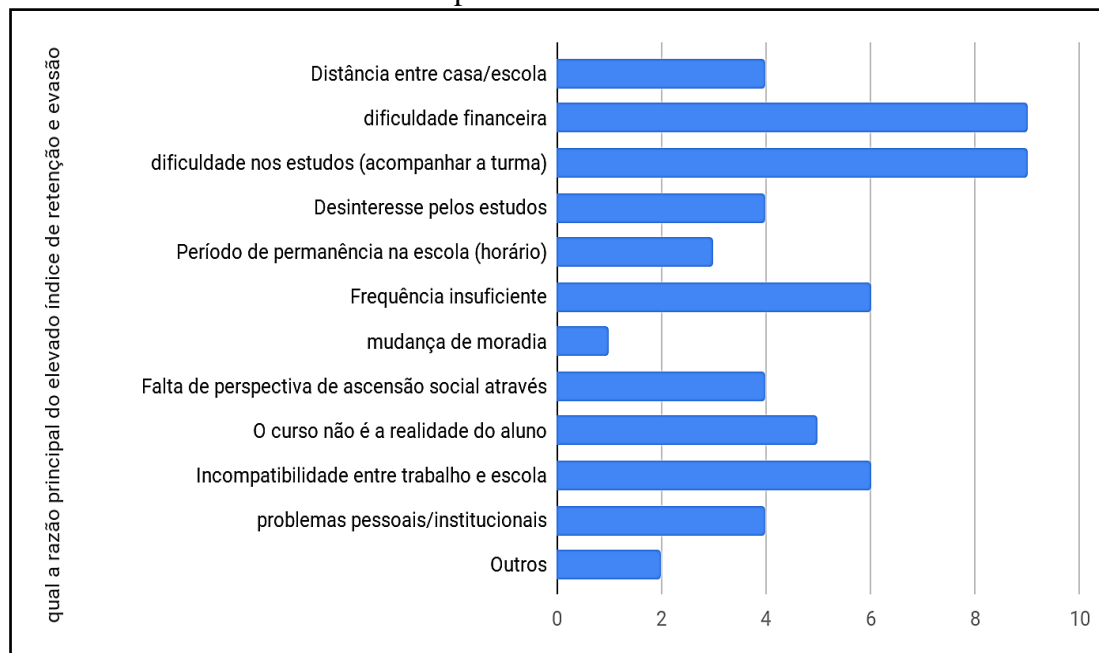
A evasão indica a pouca eficiência, considerando que parte dos estudantes têm baixos rendimentos acadêmicos, ou seja, a qualidade fica a desejar. Outro indicativo é a ineficácia dos processos educativos, considerando que um número significativo não atinge os resultados esperados, tornando-se algo sem a devida qualidade.

No ano de 2018, o índice de evasão em cursos EJA/EPT do *campus* Palmas aumentou em relação ao ano anterior, saltando de 67,7% para mais de 70%. Podemos observar um aumento de mais de 2,3% em menos de 1 ano. Cabe-nos questionar: se a instituição possui um Plano Estratégico de combate à evasão, o que levou a esse aumento? Nesse sentido ressalta-se que:

a escola não pode mais esperar que o sentido da situação escolar venha de fora, das famílias cujo julgamento os professores fazem, alias, muitas vezes. É preciso, portanto, rever a oferta escolar. Seria preciso rever os programas e as ambições de um modo que os alunos não sejam colocados da entrada em situações de fracasso. (PERALVA; SPOSITO, 1997, p. 12)

Nesse sentido, foi questionado aos participantes da pesquisa qual seriam os principais fatores para o elevado índice de evasão escolar nos cursos Atendimento e Manutenção e Operação de Computadores. A pesquisa obteve respostas que foram organizadas em duas categorias: a primeira em relação à opinião dos servidores (docentes e membros da comissão) e a segunda dos estudantes (evadidos e em curso), conforme gráficos 13 e 14 abaixo:

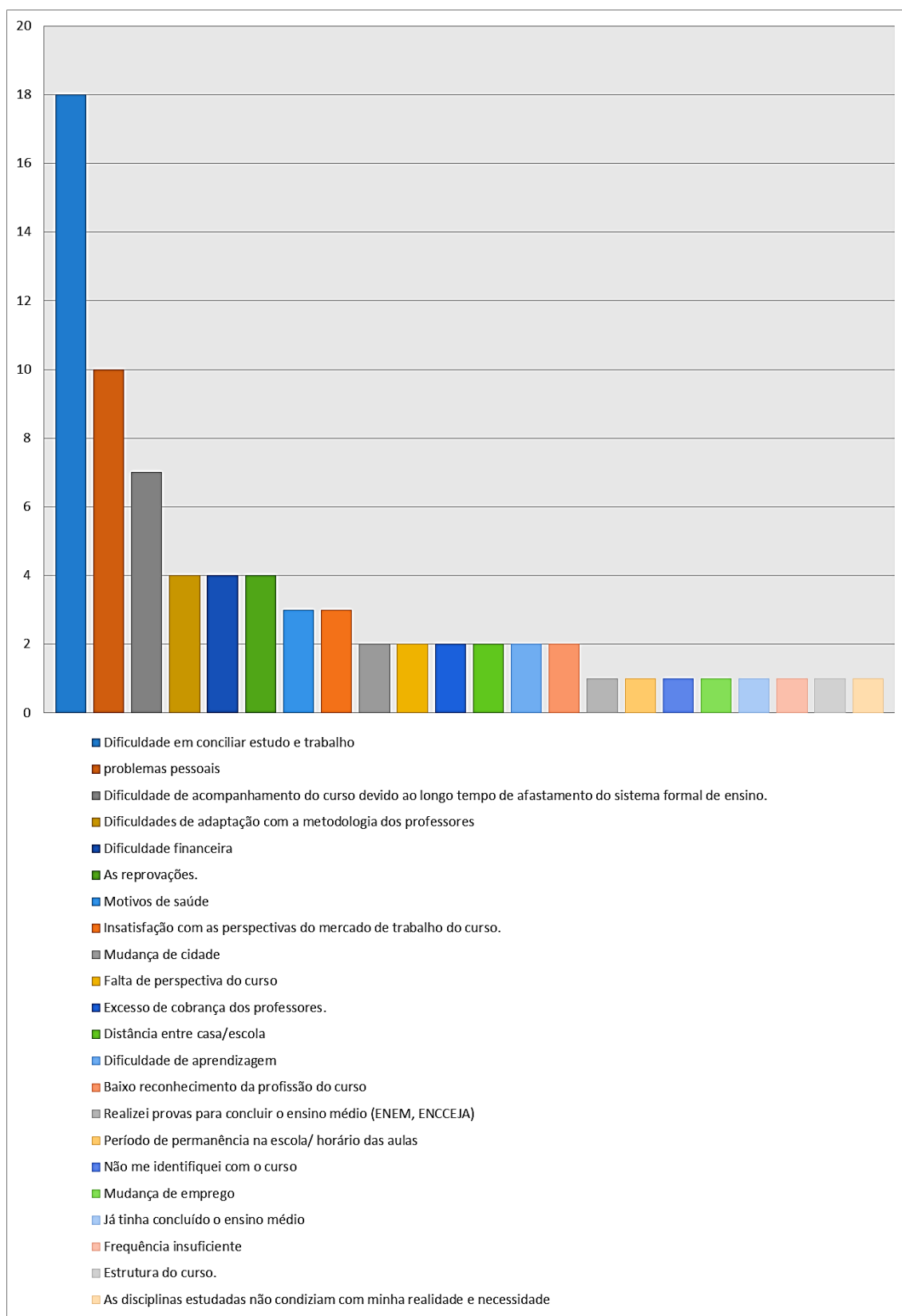
Gráfico 13 - Fatores determinantes para o abandono do curso - docentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Para os docentes e membros da comissão, os principais fatores apontados foram as dificuldades financeiras; as dificuldades nos estudos (acompanhar a turma), sendo que a frequência insuficiente e a dificuldade de conciliar escola e trabalho possuem menor impacto na decisão de permanecer ou abandonar o curso.

Gráfico 14 - Outros fatores determinantes para o abandono do curso - estudantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os gráficos, observamos uma contradição entre os entendimentos para a evasão nos cursos EJA/EPT. Contudo, podemos observar no gráfico 14 que, na visão dos estudantes, a maior dificuldade é conciliar o estudo e o trabalho. Sendo o fator que mais impacta na decisão para a permanência ou não no curso.

Cabe ressaltar que o horário das aulas, no *campus* Palmas, se inicia às 18h40 e termina às 22h40. Visto que muitos estudantes matriculados na EJA/EPT são jovens e adultos ativos no mercado de trabalho formal ou informal, tal horário de início faz com que cheguem atrasados ou não consigam se dedicar somente aos estudos, já que a maioria dos horários comerciais, de setor público e de prestação de serviços vão até às 18h. Além disso, por saírem do trabalho diretamente para a escola, chegam, geralmente apresentando grande cansaço físico e mental, atingindo níveis de exaustão.

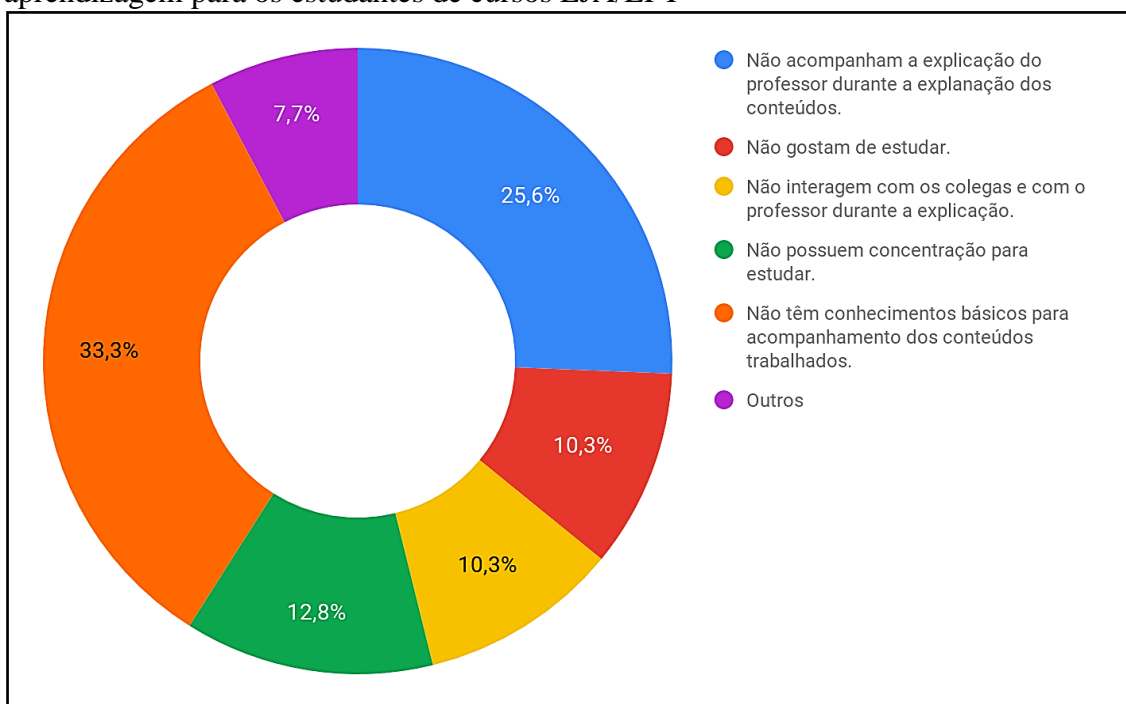
Araújo (2016) reitera esse entendimento quanto afirma que os estudantes de cursos EJA, por serem “obrigados” a trabalhar para ajudar na renda familiar, acabam chegando exaustos e desmotivados em sala de aula, levando-os a desistir dos estudos.

Foi questionado aos docentes e aos membros da comissão quais as principais dificuldades, identificadas por eles, para trabalhar com estudantes da EJA/EPT. Alguns participantes relataram que nunca detectaram dificuldades, em contrapartida, a grande maioria relatou: a diferença de idade dos estudantes; a deficiência (essa deficiência pode ser tanto físicas quanto de aprendizagem); a compreensão do perfil dos estudantes; a complicação dos professores de programar metodologias e linguagem acessível a esse público. Além disso, foi ressaltada também a falta de interesse dos estudantes. Segundo Fornari (2010, p. 122)

[...] a evasão e reprovação escolar não dependem única e exclusivamente da vontade individual, mas são fenômenos decorrentes de dois fatores: 1. Da maneira como a escola se organiza e, dentro disso, da postura adotada pelos professores em relação não apenas ao aluno, mas, inclusive, à história desse aluno; 2. De qual herança cultural, social e econômica o aluno dispõe como base para seu desenvolvimento intelectual.

Em seguida, foi questionado aos docentes qual maior dificuldade que os alunos demonstram no transcorrer do processo ensino-aprendizagem. As respostas podem ser observadas no gráfico a seguir:

Gráfico 15 - Dificuldades identificadas pelos professores, no processo de ensino-aprendizagem para os estudantes de cursos EJA/EPT

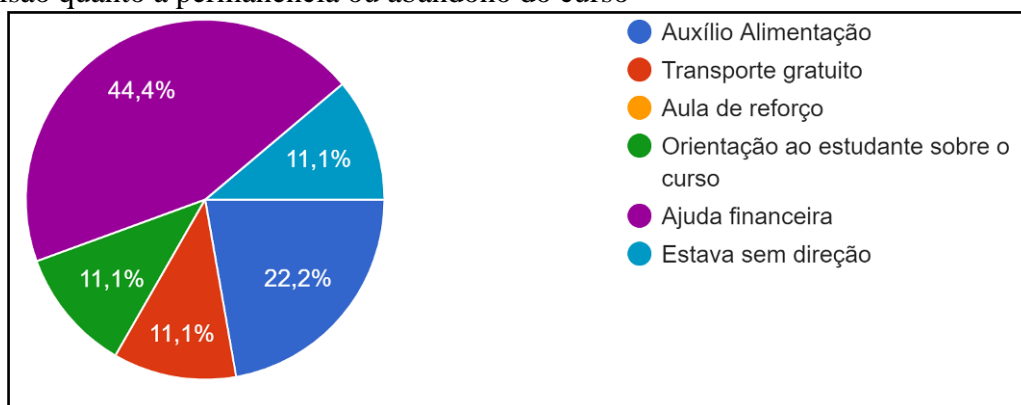


Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma a pesquisa apontou que os professores consideram que faltam conhecimentos básicos aos estudantes e que eles têm dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Destaca-se que muitos desses estudantes ficaram anos afastados da escola e, além disso, essa dificuldade pode se dar em razão do esgotamento, por terem de trabalhar e/ou se dedicar às tarefas de casa. Assim não conseguem absorver os conteúdos e se dedicarem às atividades escolares com a qualidade que se espera para atingir os resultados.

A necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar condiciona o estudante a pesar o fator econômico e a continuidade dos estudos. Diante disso, foi perguntado quais benefícios concedidos dentro da instituição teriam influência na tomada de decisões quanto a permanência ou abandono do curso. Além disso, se esses benefícios poderiam influenciar na diminuição da evasão. As respostas podem ser observadas no gráfico 16 e 17.

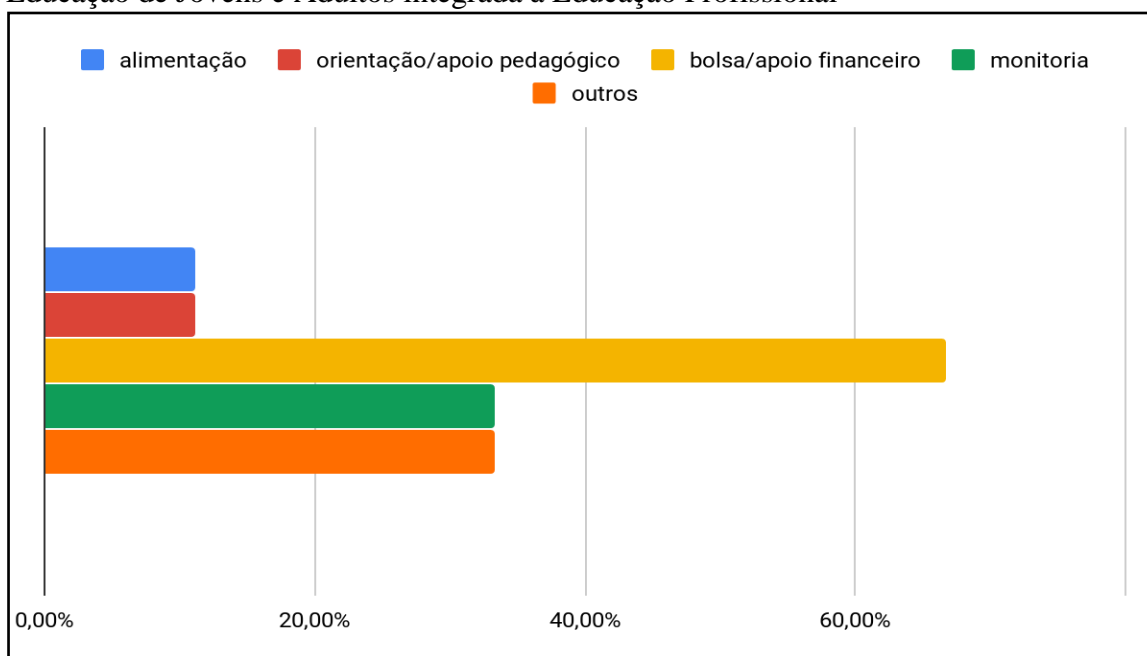
Gráfico 16 - Benefícios concedidos pela instituição que influenciam na tomada de decisão quanto a permanência ou abandono do curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que a ajuda financeira é um dos principais pontos destacados pelos respondentes, indicando que as políticas de assistência estudantil podem ser utilizadas como de fator de permanência do estudante na EPT. No entanto, não se pode afirmar que a ajuda financeira é garantia de permanência de um estudante, já que outros fatores relevantes foram apresentados.

Gráfico 17 - Itens de suma importância para a permanência dos estudantes de cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional



Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2008 foi destinado um recurso específico para estudantes da EJA/EPT, como resultado do Projeto de Inserção Contributiva da Setec, que buscou diagnosticar a situação dos cursos ofertados e, além disso, identificar as causas do alto índice de

evasão, buscando estabelecer estratégias para a permanência e êxito desses estudantes nas instituições.

A assistência ao estudante do PROEJA foi criada, em 2008, a partir dos relatos recebidos nos encontros do projeto de Inserção Contributiva em que os alunos apontavam como um dos fatores que contribuíam para seu abandono do curso a dificuldade de transporte até a escola e a falta de alimentação, principalmente no caso dos cursos noturnos. (TAUFICK, 2013, p. 93)

Esse recurso era descentralizado às instituições, que realizavam os pagamentos aos estudantes. O valor pago variava entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 200,00 (duzentos reais) por estudante, dependendo da normativa interna da instituição, para subsidiar suas despesas no curso, como: transporte, alimentação, reprodução de material. Isto é, era uma ajuda financeira com o propósito de incentivar a permanência do estudante no curso. O *Campus Palmas* do IFTO recebeu os recursos entre os anos de 2009 e 2010. Como não havia regulamento para o pagamento desse benefício, era destinado R\$ 100,00 (cem reais) a todos os estudantes matriculados.

A partir de 2011, após a publicação do Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010, responsável por instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o recurso deixou de ser repassado para atender especificamente os estudantes dos cursos EJA/EPT e esses estudantes passaram a ser contemplados na política de assistência estudantil.

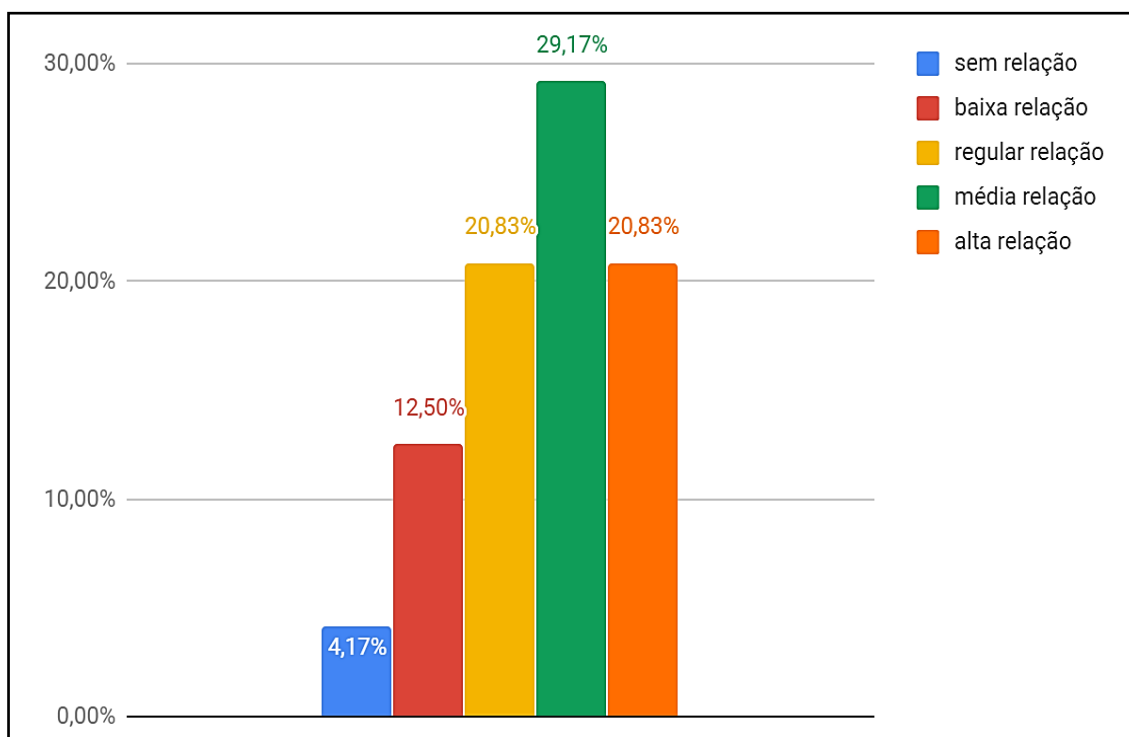
Neste novo contexto, a partir do estabelecimento de critérios, como condição socioeconômica, por exemplo, nem todos os alunos do PROEJA apresentavam perfil socioeconômico para continuar recebendo os benefícios da Assistência Estudantil. Por outro lado, a concessão pode ter tomado contornos mais justos ao privilegiar aqueles que realmente carecem de auxílio financeiro. (TAUFICK, 2013, p. 96)

Apesar dos recursos financeiros serem destinados com o intuito de viabilizar a permanência dos estudantes, por si só não são garantia de continuidade do estudante no curso. Os estudantes que buscam os cursos de EJA/EPT trazem consigo uma trajetória escolar interrompida. Nesse sentido, é preciso que, aliado às questões financeiras, o processo de ensino-aprendizagem esteja adequado para atender esses estudantes que trazem para a escola suas particularidades, especificidades e conhecimentos.

Importante salientar que os estudantes dessa modalidade possuem perfil diferenciado em relação à vivência e faixa etária, carregando um nível de aprendizagem representado por saberes gestados na sua prática social, que necessitam ser propostos nos conteúdos de cada disciplina. Partindo desse pressuposto, caberá ao professor motivar e estimular os jovens e adultos com vistas à sua permanência em sala de aula, contextualizando os conteúdos de aprendizagem com a sua realidade de vida. (FARIA, ASSIS, 2014, p. 125)

Nesse sentido foi perguntado aos estudantes se as disciplinas do curso possuem relação ou são contextualizadas com a vida cotidiana, conforme pode ser observado no gráfico que se segue.

Gráfico 18 - Relação entre as disciplinas cursadas e o seu cotidiano



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os estudantes, mesmo de forma mediana, os conteúdos trabalhados em sala de aula são contextualizados com o cotidiano. De acordo com Oliveira (1999), quando se trabalha com pessoas adultas, o professor precisa reconhecer que esse aluno possui características diferentes daquele do ensino médio regular, como habilidades e dificuldades no mundo em que vive. Isso “faz com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem” (p. 60). Dessa forma, é importante que os docentes busquem trabalhar os conteúdos e as disciplinas

com o que o estudante vivencia. Assim, o programa abandona “a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo” (BRASIL, 2007, p. 43). Segundo Moura (2007, p. 24),

[...] todo conhecimento significativo é contextualizado, produzido e utilizado em contextos específicos. Contextualizar a aprendizagem significa superar a aridez das abstrações científicas para dar vida ao conteúdo escolar relacionando-o com as experiências passadas e atuais vivenciadas pelos estudantes/educadores, projetando uma ponte em direção ao seu futuro e ao da realidade vivencial.

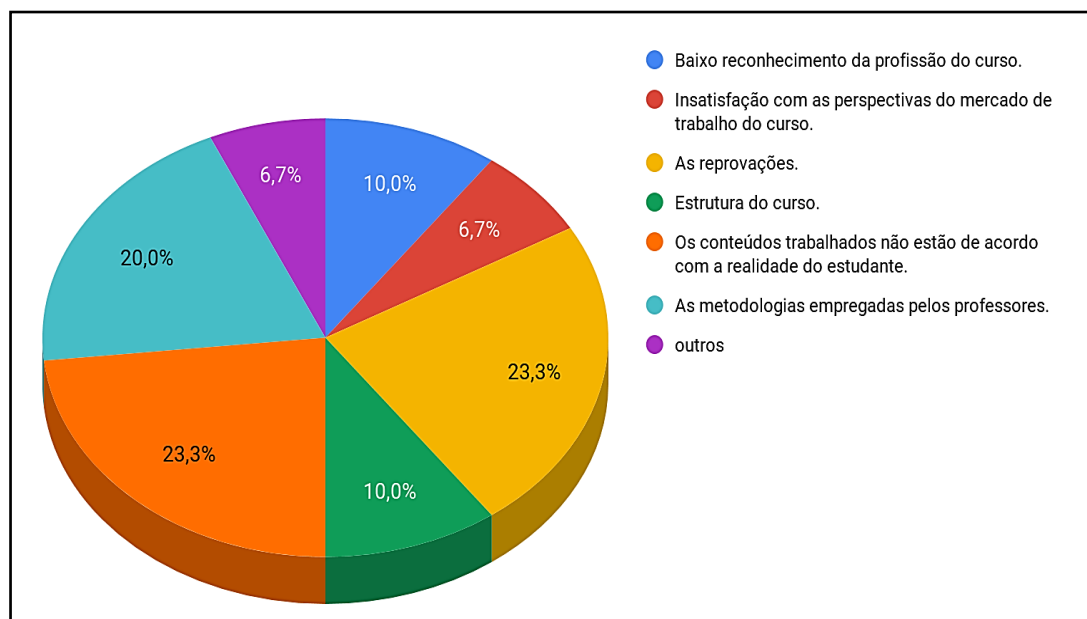
Oliveira (1999, p. 61) diz em seu artigo que:

Um primeiro ponto a ser mencionado aqui é a adequação da escola para um grupo que não é o “alvo original” da instituição. Currículos, programas, métodos de ensino, foram originalmente concebidos para crianças e adolescentes que percorriam o caminho da escolaridade de forma regular.

Ainda citando Oliveira (1999, p. 62), “na verdade, os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem [...]”.

Quanto aos profissionais, aos docentes e ao membros da comissão, as reprovações e os conteúdos trabalhados distantes da realidade dos estudantes são fatores determinantes para a evasão, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. As questões ligadas ao curso e internas à instituição foram os itens mais ressaltados. Já as questões ligadas aos estudantes não foram ressaltadas.

Gráfico 19 - Fatores que podem influenciar o estudante a evadir do curso



Fonte: Elaborado pela autora.

A transformação social, papel da educação escolar, começa com condições dignas de acesso às instituições, a condições de permanecer e de concluir o curso. Os Institutos Federais são instituições de ensino básico, profissional, com oferta de educação em diferentes modalidades, buscando a verticalização do ensino. Assim, os docentes que atuam nos Institutos Federais devem ter condições de trabalhar com todos os públicos, desde estudantes de cursos de nível médio à pós-graduação.

Os profissionais devem buscar metodologias adequadas para cada público e estudante, e quando se fala em educação de jovens e adultos, é preciso “repensar [...] a formação dos professores para lecionar na EJA, tendo em vista que é um público plural e específico que necessita ter uma formação que priorize a relação entre educação e trabalho” (FARIA, MOURA, 2015, p. 163). Assim, para trabalhar com estudantes da EJA, é preciso que o profissional de educação mobilize recursos didático-pedagógicos diferenciados.

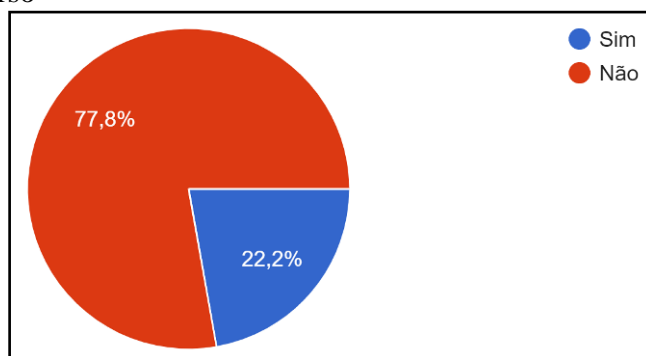
Aos evadidos, foi questionado se, ao tomarem a decisão de abandonar o curso, chegaram a conversar com outras pessoas. A grande maioria, 77,8%, tomou a decisão sozinho/a e os outros 22,2% conversaram com familiares e/ou amigos. Dos estudantes evadidos, nenhum estudante procurou a instituição para relatar a intenção de deixar o curso. Por conseguinte, dos profissionais entrevistados, 69,2% relataram já terem sido procurados por estudantes da instituição, que informaram a intenção de abandonar o curso.

Quanto a intenção de retornar ao curso, uma grande maioria (55,6%) afirmou que, sim, retornaria ao curso. Aqueles que ainda têm dúvidas representam 33,3% e apenas 11,1% disseram que não tem a intenção de retornar. Dentre os motivos apresentados para o seu possível retorno estão: ajuda financeira e/ou ajuda de custo; menos cobrança por parte dos professores; mais aulas práticas; aulas mais dinâmicas; mudança da estrutura e/ou tipo do curso e alteração do horário do início do curso. Aqueles que responderam que não tem intenção de retornar informaram já ter concluído a etapa de ensino correspondente.

É importante destacar que a **democratização da educação** não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com **acesso e permanência** de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. Mas, somente essas três características ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação. [...] Se, de um lado, **acesso, permanência e sucesso** caracterizam-se como aspectos fundamentais da democratização e do direito à educação, de outro, o modo pelo qual essa prática social é internamente desenvolvida pelos sistemas de ensino, as escolas tornam-se a chave-mestra para o seu entendimento. (BRASIL, 2010, p. 62, grifo no original)

Aos evadidos, foi perguntado se, em algum momento, após a sua saída, a instituição entrou em contato para entender os fatores que o influenciaram na decisão de evadir do curso ou sobre a possibilidade de retornarem ao curso. O gráfico 20 mostra as respostas dos estudantes.

Gráfico 20 - Procura da instituição de ensino pelos estudantes evadidos para que retornassem ao curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Fini, Dore e Luscher (2013, p. 238) afirmam que, “[...] no caso de o estudante não seguir um percurso escolar obrigatório no tempo legalmente estabelecido, o sistema precisará adotar estruturas alternativas que permitam seu retorno [...]”. Assim, foi verificado como é trabalhado o Plano Estratégico para Permanência e Êxito com os alunos de cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e se há indicadores próprios para esse público.

Segundo os membros da comissão, esse plano está voltado a todos os estudantes da instituição, não tendo ações específicas para esse público, isto é, a evasão é discutida de forma geral, suas variáveis, suas causas e suas implicações para a instituição. Empreendemos que a instituição não vem adotando ações que busquem (re)integrar os estudantes evadidos da EJA/EPT ao sistema escolar. Em muitos casos, só passa a ter conhecimento desses estudantes ao analisar os dados para elaboração do seu Relatório de Gestão, quando esses estudantes se tornam dados estatísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa pesquisa consistiu em identificar as contradições que permeiam a evasão escolar no Curso de Atendimento, ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do *Campus* Palmas do IFTO, tendo em vista tratar-se de um quantitativo expressivo de estudantes.

Essa análise perpassou aspectos qualitativos relacionados aos motivos de evasão, a definição dos sujeitos sociais pesquisados, bem como a amostra necessária. Quanto aos aspectos quantitativos, foram feitos levantamentos quanto ao gênero, à faixa etária, à formação acadêmica, ao tempo de atuação na educação profissional, dentre outras, dos sujeitos pesquisados. Buscou-se, por intermédio de uma perspectiva dialética, captar os significados atribuídos pelos respondentes aos mais diversos elementos de seu percurso, investigando de que modo cada um dos fatores de evasão alegados se enquadrava no contexto.

A partir da revisão de literatura e dos resultados coletados na pesquisa de campo, analisaram-se os fatores determinantes na evasão do curso, na visão dos docentes e dos estudantes (evadidos e matriculados).

Dentre os fatores principais para a evasão, os docentes pesquisados apontaram: dificuldades financeiras (90%); dificuldades nos estudos (90%); frequência insuficiente (60%) e dificuldade de conciliar escola e trabalho (60%).

Entretanto, quando se analisa a visão dos estudantes em relação aos fatores determinantes da evasão, percebe-se uma contradição. Os principais fatores que levam à evasão do curso, segundo os estudantes pesquisados, são: dificuldade de conciliar estudo e trabalho (18%); problemas pessoais (10%) e dificuldade de acompanhamento do curso devido ao tempo fora da escola (7%).

A dificuldade de conciliar estudo e trabalho deve-se ao fato de que as aulas dos cursos EJA/EPT, no *campus* Palmas, iniciam-se às 18h40min. Como a maioria dos estudantes trabalham, tal horário de início das aulas faz com que cheguem atrasados ou não consigam se dedicar somente aos estudos, já que a maioria dos horários comerciais, no setor público e na prestação de serviços vai até as 18 horas.

Quanto às dificuldades de cunho pessoal, foram identificados alguns elementos significativos: precariedade de estudos anteriores, que leva à

desmotivação em sala de aula; conciliação do curso com o trabalho devido ao cansaço físico; processos excludentes de avaliação e o excesso de conteúdos ministrados pela Instituição. Embora constituam elementos que, por razões pragmáticas, sejam enquadrados no âmbito do indivíduo, o estudante evadido não pode ser responsabilizado pelo seu fracasso, visto que envolvem circunstâncias como a sua história de vida e a própria rigidez das normas e práticas da Instituição. Fornari (2010, p. 123) observa que “sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional”.

Em relação à dificuldade de acompanhamento devido ao longo tempo fora da escola, foram identificadas nos discursos dos estudantes questões relativas às dificuldades de aprendizagem como: critérios de avaliação pouco flexíveis; método pedagógico pouco dinâmico; professores pouco incentivadores e ausência de flexibilidade de horários.

Os docentes foram questionados quanto à dificuldade de se trabalhar com estudantes da EJA/EPT. Foram apontados os seguintes fatores de dificuldade: a diferença de idade dos estudantes; a deficiência, tanto física quanto de aprendizagem; compreensão do perfil dos estudantes; a complicação dos professores de implementar metodologias e linguagem acessíveis a este público. Foi ressaltada, também, a falta de interesse dos estudantes.

Quanto ao processo ensino-aprendizagem, os docentes apontaram que os estudantes apresentam as seguintes dificuldades: falta de conhecimentos básicos para acompanhar os conteúdos (33,3%); não acompanham a explicação do professor durante a explanação do conteúdo (25,6%); não possuem concentração para estudar (12,8%) e 10,3% dos docentes afirmam que os estudantes não gostam de estudar, além de não interagirem com os colegas e com o professor durante a explicação do conteúdo, ou seja, são apáticos.

Pode-se depreender, em relação aos fatores apontados pelos docentes, que muitos desses estudantes ficaram anos afastados da escola e, ademais, outro ponto que se deve levar em consideração é a dificuldade que eles têm em conciliar escola e trabalho. Assim, não conseguem absorver os conteúdos nem se dedicarem às atividades escolares com a qualidade que os docentes esperam.

Por outro lado, a Instituição tem buscado alternativas para combater a evasão nos cursos EJA/EPT por meio dos programas oferecidos pela Assistência

Estudantil como auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio permanência. Há também as atividades oferecidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP): aulas de apoio pedagógico e orientações a respeito do curso.

Os estudantes apontaram que dentre os benefícios oferecidos que influenciam na tomada de decisão de permanecer ou abandonar o curso estão: ajuda financeira, como auxílio permanência (44,4%); auxílio alimentação (22,2%); auxílio transporte e orientações sobre o curso (11,1%). Pode-se, então, inferir que as políticas de assistência estudantil podem ser utilizadas como fator de permanência do estudante na EPT.

No entanto, aliado aos programas de assistência estudantil, o processo de ensino-aprendizagem precisa estar adequado a atender a esses estudantes que trazem para a escola suas particularidades, especificidades e conhecimentos. Haja vista que o perfil diferenciado desses estudantes, em relação à vivência e à faixa etária, carrega um nível de aprendizagem representado por saberes gestados na sua prática social, que necessitam ser propostos nos conteúdos de cada disciplina (FARIA; ASSIS, 2014, p. 125).

Dessa forma, foi perguntado aos estudantes se eles percebiam alguma relação entre o conteúdo ministrado em sala com o seu cotidiano. A maioria dos estudantes (29,17%) apontaram que a contextualização ocorria de forma mediana; 20,83% apontaram a contextualização como regular e alta; 12,50% disseram haver pouca contextualização e, por fim, 4,17% não percebiam nenhuma contextualização do conteúdo ministrado com o seu cotidiano.

Segundo Oliveira (2010, p. 125), ao analisar a condição de excluídos da escola, verifica-se que esse grupo precisa de um espaço diferente daquele que o deixou de fora do processo de ensino e aprendizagem formal, implicando grandes mudanças nos espaços e estratégias de ensino. A instituição que oferece cursos EJA/EPT deve ter em mente que seu projeto pedagógico precisa ter características diferenciadas dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos regulares, a fim de evitar que esses alunos se tornem novamente excluídos do processo educacional.

A pesquisa mostrou que os avanços em torno da educação profissional são contraditórios e marcados por proposições de políticas públicas governamentais. Ainda assim, percebeu-se, ao longo da pesquisa, que os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia possibilitam o acesso à educação de muitas

realidades sociais existentes nas pequenas cidades, nas populações ribeirinhas e distantes dos grandes centros urbanos.

Constata-se que, apesar dos desafios, esse modelo de ensino apresenta ganhos para todos: estudantes, professores, comunidade. Ao considerar o desenvolvimento integral dos sujeitos, o estudante que passa pelos Institutos Federais tem maior possibilidade de desenvolver seu próprio projeto de desenvolvimento social, intelectual, político, dentre outros.

Contudo, foi possível perceber que os cursos ofertados não correspondem ainda aos percentuais estabelecidos por lei e que a evasão é uma forte realidade nos Institutos Federais. Além disso, nota-se que o maior quantitativo de estudantes evadidos está nos cursos Proeja e que os trabalhadores, jovens e adultos, pouco escolarizados, praticamente não fazem escolhas profissionais. Eles ocupam postos de trabalhos que lhes são disponibilizados, como construção civil, empregadas domésticas, babás, serviços gerais, com renda inferior a 2 (dois) salários mínimos, reforçando a ideia de uma lógica de exclusão.

Constata-se a real necessidade de se buscar a equidade, já que o processo educacional deve preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho. Assim, pode-se seguir um dos modelos: o primeiro, como uma instituição que tem função reparadora, que se propõe restaurar o direito à igualdade, anteriormente negado; o outro, com função equalizadora, que diz respeito à igualdade de oportunidades; e, por fim, com função qualificadora, que se refere à aprendizagem permanente do ser humano, defendida como aprendizagem ao longo da vida.

Percebe-se que os governos estaduais, municipais e/ou federal devem buscar o aumento gradual da escolarização dos jovens e adultos, articulando com a qualificação profissional e oportunizando o exercício pleno de sua cidadania.

Sabe-se que a proposta do Proeja colocava a necessidade de evidenciar a importância do estudante no processo ensino-aprendizagem, com a contextualização dos conceitos e dos conteúdos desenvolvidos. Além disso, reconhecia os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelos educandos por meios informais.

Atualmente, evidencia-se a importância da retomada da implantação e consolidação da EJA/EPT (Proeja) nas instituições da Rede Federal, por meio dos relatos de experiências, as quais trouxeram ações que contribuíram para a superação de muitos problemas enfrentados por essa modalidade educativa nestes onze anos de

existência. Afinal, essa modalidade e esse programa dizem respeito à busca de efetivação do direito à educação de mais de 80 milhões de brasileiros que não concluíram a Educação Básica.

Faz-se necessário o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação dos resultados, buscando sempre a capacitação dos profissionais envolvidos no processo educacional, além do controle da evasão e do aumento significativo do êxito dos estudantes nos cursos ofertados pelas instituições. Há ainda a necessidade de se dar condições de aprendizagem pela ressignificação dos conhecimentos dos estudantes, considerando o momento sociopolítico e econômico do país.

Os estudantes que buscam os cursos de EJA/EPT trazem consigo uma trajetória escolar interrompida, sendo preciso que os profissionais da educação estejam atentos às questões financeiras do jovem-adulto, ao processo de ensino-aprendizagem adequado para atender esses estudantes, que trazem para a escola suas particularidades, especificidades e conhecimentos. Nesse sentido, cabe ao professor levar em conta a especificidade dos alunos da EJA, seu perfil socioeconômico, cognitivo e afetivo.

Os resultados da pesquisa revelam a necessidade de esforços por parte das diferentes esferas de atuação na instituição (gestores, docentes, técnicos administrativos), a fim de estabelecer ações que favoreçam a permanência dos estudantes nos cursos. O fenômeno da evasão é impossível de ser impedido, visto que tem suas origens no próprio sistema capitalista em que estamos inseridos. Entretanto, é preciso ir além do que tem sido feito. Não podemos, simplesmente, cruzar os braços, sempre que um estudante evade. A partir do acompanhamento de cada estudante, como proposto pelo Observatório da Vida dos Estudantes em Vias de Evasão do IFTO, e baseado nos dados levantados por esse Observatório, será possível avaliar as medidas necessárias para cada caso, a fim de realizar um trabalho preventivo e de resgate desses estudantes. Além disso, a instituição poderá disponibilizar esses dados para acesso e conhecimento de toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

AFONSO, Anthone Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 92, p. 719-742, 2016.

AMORIM, Rodrigo de Freitas. A formação do trabalhador no Proeja: entre os laços e embaraços do discurso oficial e os diálogos Proeja no IFG. 2016. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em 10 jan 2018.

ARAÚJO, Elaine de Jesus Melo de. Evasão no PROEJA: estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.

DE AZEVEDO, Márcio Adriano; DO NASCIMENTO TAVARES, Andrezza Maria B. Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional No Brasil: Caminhos E Descaminhos No Contexto Da Diversidade. **HOLOS**, v. 4, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/3182/1130>. Acesso em 30 nov 2017.

DE AZEVEDO, Márcio Adriano. Uma década do Decreto nº 5.154/2004 e do PROEJA: notas do debate. **HOLOS**, v. 6, p. 92-102, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4992>. Acesso em 27 nov 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro. 1937.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 1942 - Seção 1 - 27/2/1942, Página 2957.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1961 - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Congresso Nacional. Brasília-DF. 1989.

BRASIL. Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996 - Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833.

BRASIL. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1997. Seção 1 - 18/4/1997, Página 7760.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara da Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1**, de 5 de julho de 2000, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília-DF, 2000.

BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2004 - Seção 1 - 26/7/2004, Página 18.

BRASIL. Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005 - Seção 1 - 27/6/2005, Página 4.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs_02fev05.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: MEC, 2007. **Documento Base**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em 10 out 2017.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008. Seção 1 – 30/12/2008, Página 1.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Histórico da Educação Profissional**. Brasília, DF, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 15 set 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 3/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de junho de 2010, Seção 1, p. 66.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Seção 1 – 20/07/2010, Página 5.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (Conae). **Documento Final**, Brasília – DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013**, de 22 de novembro de 2013. Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 22 de novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década: **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. – Brasília-DF, 2014. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 20 jan 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_de_indicadores_da_rfefpct_2016.pdf. Acesso em 25 nov 2017.

BRASIL. **Terceiro Relatório global sobre a aprendizagem e educação de adultos**. – Brasília: UNESCO, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação, INEP. Notas Estatísticas Censo Escolar 2018. **Brasília**: janeiro de, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília: 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em 20 jun 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação** – 2018. – Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/1476034> Acesso em: 07 jun 2018.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

BUENO, José Lino. **A evasão de alunos**. Jornal da USP, São Paulo, USP, 14 a 20 de junho de 1993.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CRUZ, Erica; GONÇALVES, Márcia Ribeiro. Evasão na educação de jovens e adultos. **LINKSCIENCEPLACE-Interdisciplinary Scientific Journal**, v. 2, n. 3, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos-Parecer CEB n. ° 11/2000. **Resolução CNE/CEB**, v. 1, p. 18, 2000.

DAL-FARRA, Rossano André Paulo; LOPES, Tadeu Campos. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>. Acesso em: 10 set. 2015.

DA ROCHA, Marcelo Hugo. JOBIM, Marco Félix. STF: direito à educação de qualidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**. V. 7, N. 2 (2016). Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/article/view/2034>. Acesso em 20 jun 2018.

DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos; DO SOCORRO RODRIGUES, Doriedson. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim técnico do SENAC**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG. ENCONTRO NACIONAL DA EJA INTEGRADA A EPT DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, I, 2018, Goiânia. **Plano de ação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica - EJA/ EPT e para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja (2018-2019)**. Goiânia: IFG, 2018.

FARIA, Débora SA; ASSIS, Sandra Maria. O PROEJA integrado à educação profissional: desafios, possibilidades e práticas docentes. **HOLOS**, v. 2, p. 123-133, 2014.

FARIA, Débora SA; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do proeja. **HOLOS**, v. 4, p. 151-165, 2015.

- FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Papyrus Editora, 1993.
- FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. - 50 ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREDENHAGEM, Sheyla et al. A voz da evasão. **Revista Eixo**, v. 1, n. 2, p. 2-19, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
- GAMA, Carlos Alberto Machado da; ARAÚJO, Judith Maria Daniel de. A Educação Profissional no Brasil – Contexto e Reformas: anos 2000. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.18, n.1, p. 49-63, jan./abr. 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- DE OLIVEIRA, Edna Castro; MACHADO, Maria Margarida. O desafio do PROEJA como estratégia de formação dos trabalhadores. **Anpae**, 2012.
- JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, vol.10, nº spe, Florianópolis, 2007.
- LIMA, Mary Jane Araújo de. **Educação de jovens e adultos**: evasão e repetência em duas escolas da rede estadual de ensino no município de Manaus-Amazonas (2008 2011). 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, E. R. S.; SILVA, C. D.; CUNHA, A. L. B. M.. Educação profissional e Tecnológica no Brasil: Expansão e Políticas Públicas Educacionais. In: **V Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**, 2014, Garanhuns- PE. Educação e Desenvolvimento na Perspectiva do Direito à Educação, 2014.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, A. L. S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, v. 2, 2012.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, 2015.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza et al. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?**. 2015.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação do trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

DE OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 12, p. 59-73, set./dez. 1999.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; FONSECA, Cristiane Amorim; SANTANA, Luís Edgar Barros. A busca de uma aprendizagem significativa para alunos do Proeja: estratégias adotadas no Curso Técnico em Agroindústria do IF Goiano *campus* Morrinhos. In: MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, João Ferreira de(Orgs.). **A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção**. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. **A institucionalização das políticas neoliberais na reconfiguração da educação profissional no Brasil: do Decreto nº 2.208/97 à Lei nº 11.892/08**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2014.

ORTIGARA, Claudino. **Reformas educacionais no período Lula (2003-2010):** implementação nas instituições federais de ensino profissional. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PACHECO, Eliezer. **Novas perspectivas para a rede federal de educação profissional e tecnológica.** 2009. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf>
. Acesso em: 02/05/2019.

PACHECO, Eliezer. (Org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: direito, concepções e sentidos.** 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

PAIVA, Francisco Da Silva. Ensino técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, v. 3, n. 8, 2013.

PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual.** Autores Associados, 2005.

PERALVA, Angelina T.; SPOSITO, Marília P. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, 1997.

PICANÇO, Iracy Silva. **Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil.** Brasília: INEP, 1995. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/G%C3%AAAnese+do+Ensino+T%C3%A9cnico+Industrial+no+Brasil+-+Uma+Nova+%C3%89tica+do+Trabalho+nos+Anos+20+-+Projeto+Fidelis+Reis/5dd0ad26-102e-4550-93bb-ef69d15f87?version=1.0>.
Acesso em 15 out 2017.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A Reconstrução dos conhecimentos na educação escolar de jovens e adultos e a organização do trabalho pedagógico. **Inep**, 1995.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RIBEIRO, Reuvia de Oliveira. **Formação Cidadã, Juventude e Trabalho: A Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA).** Goiânia-GO: UFG, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval et al. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, 2007.

SHWARTZMAN, Simon. **A questão da diversidade do ensino médio**. Seminário. Como aumentar a audiência no Ensino Médio, novembro de 2010. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/divmedio.pdf>. Acesso em: 16/01/2018.

SILVA, Adrino Larentes da. **Currículo Integrado**. Florianópolis: IFSC, 2014.

SILVA, Esequias Rodrigues; MADUREIRO, Maria do Carmo Carvalho; MARQUES, Claudio de Albuquerque. Avaliação do ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos: uma análise curricular. In: **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p. 407-416, Setembro a Dezembro de 2015.

SILVA, Greice Palhão; ARRUDA, Roberto Alves. Evasão escolar de alunos na Educação de Jovens e Adultos-EJA. **Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 3, p. 113-120, 2012.

SILVA, J. M. N.; SÁ, A. L. T. F. O proeja no IFRN-campus Mossoró por seus estudantes. **HOLOS**, v. 7, p. 378-387, 2016.

SOARES, Manoel Jesus Araújo. Uma Nova Ética do Trabalho nos Anos 20 – Projeto Fidelis Reis. Brasília: INEP, 1995. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/G%C3%AAAnese+do+Ensino+T%C3%A9cnico+Industrial+no+Brasil+-+Uma+Nova+%C3%89tica+do+Trabalho+nos+Anos+20+-+Projeto+Fidelis+Reis/5dd0ad26-102e-4550-93bb-ef69d15fafa8?version=1.0>. Acesso em 15 out 2017.

SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. A Assistência Estudantil para o PROEJA nos Institutos Federais: Implementação e Perspectiva de continuidade. **EJA em Debate**, n. 1, p. 89-105, 2013.

THEÓPHILO, Carlos Renato; MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: **Atlas**, v. 2, n. 104-119, p. 25, 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos**. Brasília, 2008.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. A Convenção sobre os Direitos da Criança. **Adaptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas**, v. 20, 1989.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes - Brasília: **UNICEF**, 2012.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes - Brasília: **UNICEF**, 2012.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da exclusão escolar no Brasil. Brasília: **UNICEF**, 2017.

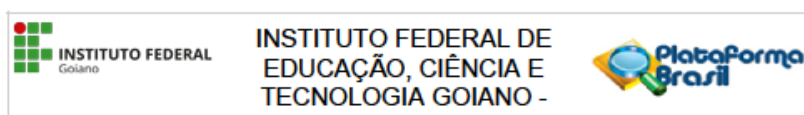
VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. A educação profissional no Brasil. **Interações**, v. 12, n. 40, 2017.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. **Produção do conhecimento no PROEJA**: cinco anos de pesquisa. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

ZAMBEL, Luciana. LASTÓRIA, Luiz Antônio Nabuco. Educação e emancipação em Adorno: contribuições para a formação de professores. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 2205-2218, 2016.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética – IFGOIANO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas.

Pesquisador: RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 92339318.9.0000.0038

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.248.396

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as causas da evasão na percepção dos estudantes evadidos e em curso, docentes do curso de Qualificação em Atendimento e comissão de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas. No processo investigativo, no tratamento das informações, nas interpretações e nas análises de dados buscar-se-ão os documentos oficiais que tratam do tema. A produção de dados se dará a partir de procedimentos de pesquisa quanti-qualitativa, por meio de formulários online, cujo objetivo será identificar as principais razões para a evasão. Os questionários semiestruturados serão encaminhados a alunos evadidos em 2017 e 2018, alunos em curso, aos membros da Comissão local de Permanência e Êxito e aos docentes que atuam no curso de Qualificação em Atendimento do Campus Palmas. Os dados coletados serão analisados em forma de gráficos e tabelas.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os fatores influenciadores para a evasão ou permanência no curso de Qualificação em Atendimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, buscando compreender as contradições desse processo para a instituição.

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.248.396

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Relata-se "Como será utilizada, como método, a pesquisa com seres humanos, precisa-se garantir aos sujeitos entrevistados uma participação voluntária, a privacidade dos participantes e a confidencialidade de suas informações. Com isso, os roteiros dos questionários semiestruturados serão previamente enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa para a aprovação de seu uso científico. Somente após a aprovação, qualquer sujeito poderá ser entrevistado. Os sujeitos que concordarem em participar da pesquisa assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegura direito e deveres dos pesquisados e pesquisadora. Além disso, os participantes da pesquisa podem incorrer nos seguintes riscos e/ou desconfortos: cansaço, desconforto pelo tempo gasto no preenchimento do formulário, e ao relembra algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Se isto ocorrer, o participante poderá interromper o preenchimento dos instrumentos e retomá-los, posteriormente, se assim o desejar."

Parecer: atende a legislação

Benefícios

Relata-se:"As informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento e melhoria acerca dos dados de evasão em cursos Proeja ofertados pelo Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins, sendo assim os dados coletados, após serem compilados e constarão em relatórios, artigos e publicação em periódicos científicos que serão disponibilizados aos participantes e à comunidade"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todos os itens apresentados no projeto de pesquisa apresentado atende a RESOLUÇÃO No 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

a) Justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;

Parecer: atende a legislação

b) Explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação e apresentação das providências para se reduzir seus efeitos, além dos benefícios esperados;

Parecer: atende a legislação

Endereço: Rua 88, nº280	
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.248.396

c) Esclarecimento sob a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa;

Parecer: atende a legislação

d) Garantia de liberdade de recusa de participação e/ou retirada da pesquisa sem penalizações;

Parecer: atende a legislação

e) Garantia de sigilo e privacidade;

Parecer: atende a legislação

f) Garantia do recebimento do TCLE (vias e não cópias);

Parecer: atende a legislação

g) Explicitação da garantia dos ressarcimentos;

Parecer: atende a legislação

h) Garantia de indenização diante de danos eventuais;

Parecer: atende a legislação

i) dados de contato do pesquisador e do CEP.

Parecer: atende a legislação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova sua emenda. Caso haja alguma outra modificação, solicitamos que seja inserida nova emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Página 03 de 05

Continuação do Parecer: 3.248.396

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_130248_9_E1.pdf	08/03/2019 11:52:27		Aceito
Outros	Cronograma.pdf	07/03/2019 19:47:42	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_emenda.pdf	07/03/2019 09:11:11	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_emenda.pdf	01/03/2019 17:40:57	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	01/03/2019 17:38:17	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	13/07/2018 16:02:45	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	13/07/2018 16:02:19	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	13/07/2018 16:02:02	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Rayce_Cristina.pdf	22/08/2018 15:57:31	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Jussara_de_Fatima_Alves_Campos_Oliveira.pdf	22/08/2018 15:57:17	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instituicao_Participante.pdf	22/08/2018 15:56:24	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaraca_responsabilidade_pesquisador.pdf	22/08/2018 15:54:42	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua 88, nº280
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.248.396

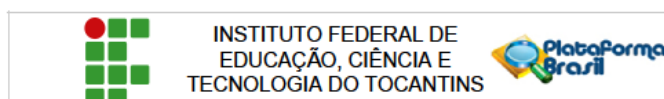
GOIANIA, 08 de Abril de 2019

Assinado por:
Roberto Takashi Sanda
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Página 05 de 05

Anexo 2 - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética do IFTO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas.

Pesquisador: RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02339318.0.3002.8111

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.344.534

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as causas da evasão na percepção dos estudantes evadidos e em curso, docentes do curso de Qualificação em Atendimento e comissão de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas. No processo investigativo, no tratamento das informações, nas interpretações e nas análises de dados buscar-se-ão os documentos oficiais que tratam do tema. A produção de dados se dará a partir de procedimentos de pesquisa quanti-qualitativa, por meio de formulários online, cujo objetivo será identificar as principais razões para a evasão. Os questionários semiestruturados serão encaminhados a alunos evadidos em 2017 e 2018, alunos em curso, aos membros da Comissão local de Permanência e Êxito e aos docentes que atuam no curso de Qualificação em Atendimento do Campus Palmas. Os dados coletados serão analisados em forma de gráficos e tabelas.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os fatores influenciadores para a evasão ou permanência no curso de Qualificação em Atendimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, buscando compreender as contradições desse processo para a instituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.020-450
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-2237 **E-mail:** cep@ifto.edu.br

Página 01 de 04



Continuação do Parecer: 3.344.534

Relata-se "Como será utilizada, como método, a pesquisa com seres humanos, precisa-se garantir aos sujeitos entrevistados uma participação voluntária, a privacidade dos participantes e a confidencialidade de suas informações. Com isso, os roteiros dos questionários semiestruturados serão previamente enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa para a aprovação de seu uso científico. Somente após a aprovação, qualquer sujeito poderá ser entrevistado. Os sujeitos que concordarem em participar da pesquisa assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegura direito e deveres dos pesquisados e pesquisadora. Além disso, os participantes da pesquisa podem incorrer nos seguintes riscos e/ou desconfortos: cansaço, desconforto pelo tempo gasto no preenchimento do formulário, e ao relembra algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Se isto ocorrer, o participante poderá interromper o preenchimento dos instrumentos e retomá-los, posteriormente, se assim o desejar."

Parecer: atende a legislação

Benefícios

Relata-se: "As informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento e melhoria acerca dos dados de evasão em cursos Projea ofertados pelo Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins, sendo assim os dados coletados, após serem compilados e constarão em relatórios, artigos e publicação em periódicos científicos que serão disponibilizados aos participantes e à comunidade"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Está de acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos atendem a legislação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto de acordo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1331442.pdf	24/04/2019 00:30:02		Aceito

Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08
Bairro: Plano Diretor Sul CEP: 77.020-450
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-2237 E-mail: cep@ifto.edu.br



Continuação do Parecer: 3.344.534

Outros	Questionarios_CEP_IFTO.pdf	23/04/2019 11:38:16	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoRayce_CEP_IFTO.pdf	23/04/2019 11:35:04	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Cronograma.pdf	07/03/2019 19:47:42	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_emenda.pdf	07/03/2019 09:11:11	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_emenda.pdf	01/03/2019 17:40:57	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	13/07/2018 16:02:45	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	13/07/2018 16:02:19	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	13/07/2018 16:02:02	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Rayce_Cristina.pdf	22/08/2018 15:57:31	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Jussara_de_Fatima_Al ves_Campos_Oliveira.pdf	22/08/2018 15:57:17	RAYCE CRISTINA MONTEIRO PARENTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 23 de Maio de 2019

Assinado por:

CANDICE CRISTIANE BARROS SANTANA NOVAES
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08
Bairro: Plano Diretor Sul CEP: 77.020-450
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-2237 E-mail: cep@ifto.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.344.534

Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08
Bairro: Plano Diretor Sul CEP: 77.020-450
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-2237 E-mail: oep@ifto.edu.br

Página 04 de 04

Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus Palmas*”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador(a) responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) responsável Rayce Cristina Monteiro Parente através do e-mail crisrcmp@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo email: cep@ifgoiano.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos (Os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, detalhando todo o processo de participação dos sujeitos da pesquisa. Caso haja, explicitar procedimentos alternativos que possam ser vantajosos aos participantes).

A presente pesquisa é motivada para se investigar o fenômeno da permanência escolar deve-se em virtude de buscar entender também os fatores que levam à evasão escolar, aqui entendida como uma forma de exclusão escolar e que pressupõe compreendê-la como fracasso produzido e legitimado dentro da estrutura escolar. Assim sendo, esta pesquisa pretende fomentar uma discussão sobre os fatores que influenciam a evasão do estudante nos cursos que fazem parte do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA do IFTO - *Campus Palmas*. Bem como, pretende-se fazer uma proposição de um Plano de Intervenção no qual serão

traçadas ações e estratégias que favoreçam a permanência escolar nos referidos cursos. Dessa maneira, a realização de um trabalho como esse, torna-se relevante.

O objetivo desse projeto é identificar a percepção dos diferentes atores sobre a evasão escolar no Curso de Atendimento, ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do *Campus* Palmas do IFTO, buscando compreender as influências desse processo para a instituição. Para a coleta de dados será utilizado questionários online semiestruturados, aplicados estudantes do IFTO - *Campus* Palmas, evadidos período de 2017 e 2018 e estudantes em curso; docentes que atuam nos cursos e membros da Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Para os participantes da pesquisa existe desconforto ou riscos relacionados a cansaço, desconforto pelo tempo gasto no preenchimento do formulário, e ao relembrar algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Os benefícios oriundos de sua participação serão pelo subsídio para a construção de conhecimento e melhoria acerca do conhecimento das possíveis causas da evasão no curso de Qualificação Profissional em Atendimento - Proeja ofertado pelo *Campus* Palmas do Instituto Federal do Tocantins e ajudar a instituição na busca por melhor atender esses alunos.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado da seguinte maneira, entrar em contato pelo email: crisrcmp@gmail.com.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar,

retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Este Termo deverá ser assinado eletronicamente.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus Palmas*”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento. _____, de _____ de 20__.

APÊNCIDES

Apendice 1 – Questionario Alunos em Curso

Caro(a) Estudante,

Este questionário tem por objetivo coletar informações e delimitar os múltiplos aspectos que envolvem a pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas”.

Sua colaboração e opinião nas respostas deste questionário são de suma relevância para a concretização da referida pesquisa e análise dos resultados.

Informamos que a sua identidade não será exposta, caso venhamos a transcrever suas escritas.

Agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente.

Rayce Cristina Monteiro Parente
Mestranda do Programa ProfEPT

Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Orientadora

I – PERFIL DOS RESPONDENTES

Sexo: () feminino () Masculino

Faixa etária:

() Entre 15 e 19 anos () Entre 20 e 29 anos () Entre 30 e 39 anos
() Entre 40 e 49 anos () Acima de 50 anos

Em relação a sua cor/raça, você se considera?

() Branco(a) () Negro(a) () Pardo(a) () Amarelo(a) (de
origem oriental) () Indígena ou de origem indígena

Qual o seu estado civil?

() Solteiro (a) () Casado (a) () Separado (a) / desquitado (a) / divorciado (a)
() Viúvo (a) () Outro _____

Quantos filhos você tem?

() Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro ou mais

Com quem você mora atualmente?

- Com os pais Com o (a) esposo (a) e/ou com o(s) filho(s)
 Com amigos (compartilhando despesas ou de favor)
 Com colega(s) Sozinho(a) Outro. _____

Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso.

- Desempregado(a) Trabalho e recebo ajuda da família.
 Trabalho e sustento a casa. Outro. _____

Se você trabalha ou já trabalhou, qual é (ou foi) a carga horária aproximada de sua atividade remunerada?

- Não trabalho / nunca exerci atividade remunerada.
 Trabalho / trabalhei até 20 horas semanais.
 Trabalho / trabalhei em tempo integral - 40 horas semanais ou mais.

Qual a faixa de renda mensal da sua família?

- Menos que um salário mínimo.
 Um salário mínimo
 Dois salários mínimos.
 Três salários mínimos.
 Mais de 3 até 5 salários mínimos.
 Mais de 5 até 7 salários mínimos
 Mais de 7 até 9 salários mínimos.
 Mais de 10 salários mínimos.

Que tipo de ensino fundamental (1ª série a 8ª série) você concluiu?

- Ensino regular, em escola pública
 Ensino regular, em escola privada
 Educação de Jovens e Adultos (EJA)
 Supletivo
 Telecurso
 Enem / ENCCEJA

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

A escolha pelo curso de Atendimento foi espontânea?

- Sim Não

Qual o principal motivo que o levou a se matricular no curso de Atendimento do *Campus* Palmas do IFTO?

- Concluir o ensino médio e/ou dar continuidade aos estudos em nível superior
 Mudar de emprego/ Trabalhar na área do curso
 Fazer um curso de Qualificação Profissional

- Fazer um curso profissionalizante
- Outros. _____

Por quanto tempo você ficou sem estudar entre a conclusão do Ensino Fundamental e o início do curso técnico do PROEJA?

- Por ano(s) ou mês(es). Quanto tempo? _____
- Não houve interrupção de estudos.

Você trabalha ou tem intenção em trabalhar na área de formação do curso?

- Sim
- Não

Já pensou em abandonar o curso em algum momento?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido “Não”, o que te motivou a continuar?

Em sua opinião, quais os fatores contribuem para um estudante abandonar o curso de Atendimento?

- Dificuldades de adaptação com a metodologia dos professores
- Baixo reconhecimento da profissão do curso.
- Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.
- As reprovações.
- Estrutura do curso.
- Os conteúdos trabalhados não estão de acordo com a realidade do estudante.
- Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino.
- Motivos de saúde
- Motivos pessoais
- O curso é muito difícil
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
- Mudança de emprego
- Mudança de cidade
- Excesso de cobrança dos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Dentre estes itens abaixo, qual você acha que é de suma importância para a continuidade dos estudos:

- Alimentação
- Transporte gratuito
- Aula de reforço
- Orientação ao estudante

- Bolsa de estudo
- Outro. _____

Em relação aos conteúdos que você estuda ou estudou, qual sua avaliação?

- Sem relação
- Baixa relação
- Relação regular
- Média relação
- Alta relação

Como o IFTO (professores, equipe gestora, equipe pedagógica) pode ajudar um estudante a continuar no curso?

Apêndice 2 – Questionário Estudantes Evadidos

Caro(a) Estudante,

Este questionário tem por objetivo coletar informações e delimitar os múltiplos aspectos que envolvem a pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas”.

Sua colaboração e opinião nas respostas deste questionário são de suma relevância para a concretização da referida pesquisa e análise dos resultados.

Informamos que a sua identidade não será exposta, caso venhamos a transcrever suas escritas.

Agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente.

Rayce Cristina Monteiro Parente
Mestranda do Programa ProfEPT

Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Orientadora

I – PERFIL DOS RESPONDENTES

Sexo: () feminino () Masculino

Faixa etária:

() Entre 15 e 19 anos () Entre 20 e 29 anos () Entre 30 e 39 anos
() Entre 40 e 49 anos () Acima de 50 anos

Em relação a sua cor/raça, você se considera?

() Branco(a) () Negro(a) () Pardo(a) / mulato(a)
() Amarelo(a) (de origem oriental) () Indígena ou de origem indígena

Qual o seu estado civil?

() Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a)/ divorciado(a)
() Viúvo(a) () Outro _____

Quantos filhos você tem?

() Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro ou mais

Com quem você mora atualmente?

- Com os pais
- Com o(a) esposo(a) e/ou com o(s) filho(s)
- Com amigos (compartilhando despesas ou de favor)
- Com colega(s)
- Sozinho(a)
- Outro. _____

Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso.

- Desempregado(a)
- Trabalho e recebo ajuda da família.
- Trabalho e sustento a casa.
- Outro. _____

Se você trabalha ou já trabalhou, qual é (ou foi) a carga horária aproximada de sua atividade remunerada?

- Não trabalho / nunca exerci atividade remunerada.
- Trabalho / trabalhei até 20 horas semanais.
- Trabalho / trabalhei em tempo integral - 40 horas semanais ou mais.

Qual a faixa de renda mensal da sua família?

- Menos que um salário mínimo.
- Um salário mínimo
- Dois salários mínimos.
- Três salários mínimos.
- Mais de 3 até 5 salários mínimos.
- Mais de 5 até 7 salários mínimos
- Mais de 7 até 9 salários mínimos.
- Mais de 10 salários mínimos.

Que tipo de Ensino Fundamental (1ª série a 8ª série) você concluiu?

- Ensino regular Supletivo Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Telecurso ENEM/ENCCEJA Outro _____

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

A escolha do curso foi espontânea?

- Sim Não

Qual o principal motivo que o levou a se matricular no curso de Atendimento do IFTO - *Campus* Palmas?

- Concluir o Ensino Médio
- Fazer um curso de qualificação profissional
- Concluir o ensino médio para dar continuidade aos estudos
- Ensino gratuito
- Influência dos amigos (parentes) que estudam ou estudaram no *campus*
- Pelas oportunidades para a carreira, mercado de trabalho.
- Outro _____

Por quanto tempo você ficou sem estudar entre a conclusão do Ensino Fundamental e o início do curso técnico do PROEJA?

- Por ano(s) ou mês(es). Quanto tempo? _____
- Não houve interrupção de estudos.

Qual o principal motivo que o levou a desistir do curso PROEJA?

- Distância entre casa/escola
- Dificuldade financeira
- Período de permanência na escola/horário
- Frequência insuficiente
- Mudança de moradia
- Falta de perspectivas com o curso e de ascensão social através dos estudos.
- Tinha dificuldade de aprendizagem.
- Incompatibilidade entre trabalho e escola.
- As disciplinas estudadas não condiziam com a minha realidade e necessidades.
- Insatisfação com o curso
- problemas pessoais
- realizei provas/ exames para concluir o nível de ensino (ENEM, ENCCEJA)
- discriminação/ preconceito
- Dificuldades de adaptação com a metodologia dos professores
- Baixo reconhecimento da profissão do curso.
- Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.
- As reprovações.
- Estrutura do curso.
- Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino.
- Motivos de saúde
- O curso é muito difícil
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
- Mudança de emprego
- Mudança de cidade
- Excesso de cobrança dos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Dentre estes itens abaixo, qual você acha que é de suma importância para você ter continuado a estudar no PROEJA:

- Alimentação
- Transporte gratuito

- Aula de reforço
- Orientação ao estudante
- Bolsa de estudo
- Outro. _____

Quanto aos conteúdos que você teve oportunidade de estudar, qual a sua avaliação?

- Sem relação
- Baixa relação
- Relação regular
- Média relação
- Alta relação.

Antes de abandonar o curso, você chegou a conversar com alguém?

- Não.
- Sim, conversei com familiares e/ ou amigos
- Sim. Conversei com o coordenador e/ ou professores do curso

Após a sua saída do curso, a instituição te procurou alguma vez para retornar ao curso?

- Sim
- Não

Você gostaria de retornar para o curso Proeja?

- Sim
- Não
- Talvez

Você gostaria de retornar ao PROEJA? O que sugere para que ocorra esta situação?

Apêndice 3 – Questionário Docentes

Caro(a) Professor(a),

Este questionário tem por objetivo coletar informações e delimitar os múltiplos aspectos que envolvem a pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas”.

Sua colaboração e opinião nas respostas deste questionário são de suma relevância para a concretização da referida pesquisa e análise dos resultados.

Informamos que a sua identidade não será exposta, caso venhamos a transcrever suas escritas.

Agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente.

Rayce Cristina Monteiro Parente
Mestranda do Programa ProfEPT

Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Orientadora

I – PERFIL DO RESPONDENTE

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação acadêmica:

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado:

Vínculo com o IFTO – *Campus* Palmas:

() Professor substituto - 20 horas () Professor substituto - 40 horas
() Professor 40 horas () Professor 40 horas – DE
() Outro _____

Tempo (anos) em que trabalha no *Campus* Palmas - IFTO: _____

Vínculo com os cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA)?

- Professor Coordenador
 Professor e coordenador Outro _____

Tempo (anos) em que trabalha/trabalhou na Coordenação (ou como professor) do PROEJA: _____

II – PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

Você participa/participou de algum Programa de Capacitação sobre o PROEJA?

- Não Sim. Qual? _____

Na sua concepção, qual o grau de importância da capacitação dos professores para a melhoria da qualidade do ensino de PROEJA?

- Grande importância Média importância
 Pequena importância Sem importância.

Justifique sua resposta:

Você tem/ teve alguma dificuldade para trabalhar com alunos do Proeja? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.

Considerando sua experiência como docente, na sua visão, qual a razão principal do elevado índice de evasão escolar no PROEJA?

- Distância entre casa/escola
 Dificuldade financeira
 Período de permanência na escola/horário
 Frequência insuficiente
 Mudança de moradia
 Falta de perspectivas com o curso e de ascensão social através dos estudos.
 Tinha dificuldade de aprendizagem.
 Incompatibilidade entre trabalho e escola.
 As disciplinas estudadas não condiziam com a minha realidade e necessidades.
 Insatisfação com o curso
 problemas pessoais
 realizei provas/ exames para concluir o nível de ensino (ENEM, ENCCEJA)
 discriminação/ preconceito
 Dificuldades de adaptação com a metodologia dos professores
 Baixo reconhecimento da profissão do curso.

- Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.
- As reprovações.
- Estrutura do curso.
- Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino.
- Motivos de saúde
- O curso é muito difícil
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
- Mudança de emprego
- Mudança de cidade
- Excesso de cobrança dos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Qual a maior dificuldade que os alunos demonstram no transcorrer do processo ensino-aprendizagem?

- Não acompanham a explicação do professor durante a explanação dos conteúdos.
- Não gostam de estudar.
- Não interagem com os colegas e com o professor durante a explicação.
- Não possuem concentração para estudar.
- Não têm conhecimentos básicos para acompanhamento dos conteúdos trabalhados.
- Outro: _____

Em 2017, dos estudantes matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA) 7,71% estavam retidos e 60,1% evadiram. Diante dessa realidade, em sua opinião, o que deve melhorar para o IFTO – *Campus* Palmas, reduzir o índice de retenção e evasão escolar em cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA)?

- Maior empenho dos professores no sentido de promover uma política pedagógica direcionada à redução da evasão.
- Adequar o currículo do PROEJA no sentido de atender as expectativas e reais necessidades dos educandos.
- Proporcionar aos professores maior participação em programas de capacitação direcionados à modalidade PROEJA.
- Implantar uma política de ‘discriminação’ positiva, ou seja, valorizar o estudante do PROEJA no sentido de promover sua autoestima e valorizar seus conhecimentos e sua cultura no próprio processo de ensino aprendizagem.
- Outro. _____

Entre estes itens, qual você acha que é de suma importância para os educandos continuarem a estudar no PROEJA:

- Alimentação
- Transporte gratuito
- Monitoria
- Orientação ao estudante
- Bolsa de estudo
- Outro. _____

Algum dos seguintes fatores contribuem para o abandono do curso?

- Baixo reconhecimento da profissão do curso.
- Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.
- As reprovações.
- Estrutura do curso.
- Os conteúdos trabalhados não estão de acordo com a realidade do estudante.
- As metodologias empregadas pelos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Algum aluno, de cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA), já relatou a você alguma intenção em abandonar o curso?

- Sim
- Não

Como proceder com estudantes que pretendem de desistir do curso antes da conclusão com êxito?

Apêndice 4 – Questionário Comissão de Acesso, Permanência e Êxito do *Campus* Palmas

Caro(a) Membro(a) da Comissão,

Este questionário tem por objetivo coletar informações e delimitar os múltiplos aspectos que envolvem a pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas”.

Sua colaboração e opinião nas respostas deste questionário são de suma relevância para a concretização da referida pesquisa e análise dos resultados.

Informamos que a sua identidade não será exposta, caso venhamos a transcrever suas escritas.

Agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente.

Rayce Cristina Monteiro Parente
Mestranda do Programa ProfEPT

Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Orientadora

I – PERFIL DO RESPONDENTE

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação acadêmica:

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Vínculo com o IFTO – *Campus* Palmas:

() Professor substituto - 20 horas () Professor substituto - 40 horas
() Professor 40 horas () Professor 40 horas – DE
() Técnico-administrativo em Educação () Outro _____

Tempo (anos) em que trabalha no *Campus* Palmas - IFTO: _____

Vínculo com o PROEJA

() Professor () Coordenador

() Técnico-administrativo () Outro _____

Você presta atendimento a alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA) Proeja?

() Sim () Não

II – PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

Você participou/participa de algum Programa de Capacitação sobre o PROEJA?

() Não

() Sim. Qual? _____

Você nota ou já notou alguma dificuldade dos profissionais do IFTO em trabalhar com alunos do Proeja? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.

Na sua visão, qual a razão principal do elevado índice de evasão escolar no PROEJA?

- () Distância entre casa/escola
- () Dificuldade financeira
- () Período de permanência na escola/horário
- () Frequência insuficiente
- () Mudança de moradia
- () Falta de perspectivas com o curso e de ascensão social através dos estudos.
- () Tinha dificuldade de aprendizagem.
- () Incompatibilidade entre trabalho e escola.
- () As disciplinas estudadas não condiziam com a minha realidade e necessidades.
- () Insatisfação com o curso
- () problemas pessoais
- () realizei provas/ exames para concluir o nível de ensino (ENEM, ENCCEJA)
- () discriminação/ preconceito
- () Dificuldades de adaptação com a metodologia dos professores
- () Baixo reconhecimento da profissão do curso.
- () Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.
- () As reprovações.
- () Estrutura do curso.
- () Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino.
- () Motivos de saúde
- () O curso é muito difícil

- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
- Mudança de emprego
- Mudança de cidade
- Excesso de cobrança dos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Em 2017, dos estudantes matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA) 7,71% estavam retidos e 60,1% evadiram. Diante dessa realidade, em sua opinião, o que deve melhorar para o IFTO – *Campus* Palmas, reduzir o índice de retenção e evasão escolar em cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA)?

- Maior empenho dos professores no sentido de promover uma política pedagógica direcionada à redução da evasão.
- Adequar o currículo do PROEJA no sentido de atender as expectativas e reais necessidades dos educandos.
- Proporcionar aos professores maior participação em programas de capacitação direcionados à modalidade PROEJA.
- Implantar uma política de ‘discriminação’ positiva, ou seja, valorizar o estudante do PROEJA no sentido de promover sua autoestima e valorizar seus conhecimentos e sua cultura no próprio processo de ensino aprendizagem.
- Outro. _____

Em sua opinião, qual a maior dificuldade que os alunos demonstram no transcorrer do processo ensino-aprendizagem?

- Não acompanham a explicação do professor durante a explanação do conteúdo;
- Não gostam de estudar
- Não se identificam com o curso
- Não interagem com os colegas
- Não possuem concentração para estudar
- Não tem conhecimentos básicos para acompanhar os conteúdos trabalhados

Dentre estes itens abaixo, qual você acha que é de suma importância para você ter continuado a estudar no PROEJA:

- Alimentação
- Transporte gratuito
- Aula de reforço
- Orientação ao estudante
- Bolsa de estudo
- Outro. _____

Algum dos seguintes fatores contribuem para o abandono do curso?

- Baixo reconhecimento da profissão do curso.
- Insatisfação com as perspectivas do mercado de trabalho do curso.

- As reprovações.
- Estrutura do curso.
- Os conteúdos trabalhados não estão de acordo com a realidade do estudante.
- As metodologias empregadas pelos professores.
- Outro motivo. Qual? _____

Algum aluno já relatou a você alguma intenção em deixar o curso?

- Sim Não

Como o *campus* avalia e monitora os alunos em situação de risco de evasão?

Como é trabalhando o plano estratégico com os alunos do proeja? Há indicadores próprios para esse público?

Em sua opinião, que tipo de abordagem ou intervenção a instituição (IFTO) deve utilizar com o estudante em vias de abandonar o curso antes da sua conclusão com êxito?

Apêndice 5 – Autorização para Pesquisa

10/09/2019

Autorização para pesquisa

Autorização para pesquisa

A pesquisadora Rayce Cristina Monteiro Parente, orientada pela Dra. Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira, estão realizando a pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT), pelo Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, intitulada "A evasão e retenção em cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional do Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins". Nessa pesquisa, pretendem investigar as causas da evasão e retenção na percepção dos estudantes dos cursos PROEJA do Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins.

Para a coleta de dados, optaram pela aplicação de um questionário semiestruturado, que permitirá saber um pouco mais sobre sua concepção de evasão e retenção. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Dessa forma, solicitamos, por gentileza, autorização para que o IFTO nos forneça seu endereço de e-mail, para que possamos encaminhar o instrumento de pesquisa. Favor preencher a informação abaixo:

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

O IFTO está autorizado a encaminhar meu endereço de e-mail às pesquisadoras? *

Sim

Não

ENVIAR

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#)

Apêndice 6 – Termo de Autorização de Uso de Imagem

Neste ato, e para todos os fins de direito, AUTORIZO o uso da minha imagem em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação para ser utilizado na pesquisa denominada “EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas”, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso acadêmico, desde que não haja desvinculamento de sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionadas em todo o território nacional e/ou no exterior, em todas as suas modalidades, inclusive: folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo etc); folder de apresentação; revistas e jornais em geral; home page; cartazes; mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, data show, entre outros).

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso das imagens acima descritas, sem que nada haja a ser declarado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, ____ de _____ de 2019.